

Francisco Javier Calvo Del Olmo



História da

LÍNGUA ESPANHOLA



História da língua espanhola

Francisco Calvo del Olmo

2017

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

O61h Olmo, Francisco Calvo del
História da língua espanhola / Francisco Calvo del Olmo. - 1.
ed. - Curitiba, PR : IESDE Brasil, 2017.
142 p. : il. ; 21 cm.
Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-387-6300-0

1. Língua espanhola - História . 2. Linguística - História. I.
Título.

17-40682

CDD: 460.9
CDU: 81'42

Capa: IESDE BRASIL S/A.

Imagem da capa: GOYA, Francisco de. Tourada em arena dividida. ca. 1816.
óleo sobre tela, color.: 98,4 x 126,4 cm. Museu Metropolitano de Nova
Iorque, Nova Iorque.

Todos os direitos reservados.

IESDE BRASIL S/A.

Al. Dr. Carlos de Carvalho, 1.482. CEP: 80730-200
Batel – Curitiba – PR
0800 708 88 88 – www.iesde.com.br

Para entender melhor as características da língua espanhola é necessário conhecer a sua formação no eixo cronológico; sendo assim, o estudo da história da língua deve estar presente nos currículos dos cursos de Letras.

O livro que você vai ler é fundamentalmente uma síntese que apresenta de forma concisa fatos e fenômenos que tiveram um peso determinante no devir histórico da língua espanhola ou castelhana e nas comunidades de falantes que empregaram alguma das suas variedades em diferentes épocas e em espaços geográficos distintos.

A história da língua espanhola é dividida em oito capítulos nesta obra: no primeiro, estudamos a romanização e a implantação do latim na Hispânia; no segundo, colocamos o foco da análise nos processos que originaram as línguas românicas durante a Alta Idade Média; no terceiro, apresentamos o castelhano como língua autônoma que firma seu uso na chancelaria real e nas produções literárias durante os últimos séculos medievais; no quarto, examinamos o espanhol clássico que se cristaliza como veículo de expressão dos grandes autores do chamado *Siglo de Oro*; enquanto no quinto, a nossa atenção se dirige para o processo de implantação desse mesmo idioma nos vastos espaços da América em decorrência da colonização do continente; já no sexto, abordamos o processo de padronização empreendido pela Real Academia Española que individualiza o espanhol moderno; no sétimo, examinamos os principais fenômenos que definem a variação do espanhol contemporâneo nas comunidades *hispanohablantes*; por último, no oitavo, descrevemos certas tendências que estão reconfigurando o perfil dessa língua no início do século XXI.

Esperamos fazer a nossa exposição dos fatos de maneira dosada, dividindo cada capítulo em três partes. Na primeira, traçamos o contexto político do período estudado; na segunda, analisamos os fenômenos que configuraram e transformaram a língua num estágio da sua evolução; e, na terceira, apresentamos um resumo do panorama cultural e das produções escritas na época. Em determinados momentos, precisamos empregar conceitos de outras disciplinas dos campos das Ciências Humanas e Sociais, como a História Política, a Demografia, a Antropologia, a Geografia, o Direito e a Literatura. Por esse motivo, procuramos explicar tais conceitos fundamentais para nossa exposição quando aparecem pela primeira vez.

Bons estudos!

Francisco Calvo del Olmo

Doutor em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014), é Professor Auxiliar II do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas da Universidade Federal do Paraná, onde atua nos níveis de graduação e pós-graduação. É formado e mestre em Letras pela Universidade Complutense de Madri, na Espanha. Realizou estadias na Scuola Normale e Superiore di Pisa, Itália (2010) e na Université Paul-Valéry Montpellier III, França (2008). É autor de artigos científicos em periódicos publicados no Brasil, na Argentina, na Espanha, na Polônia, em Portugal, na Colômbia e no México, abordando sempre as relações linguísticas, literárias e culturais entre as línguas neolatinas. Em 2016, publicou seu primeiro romance: *Crónica Córnic*, finalista do Prêmio de Novela Xerais.

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | A romanização da Península Ibérica | 9 |
| 1.1 | A província romana de Hispânia: da segunda Guerra Púnica (218 a.C.) à queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) | 10 |
| 1.2 | História e variação do latim falado na Hispânia | 13 |
| 1.3 | Panorama cultural da Hispânia no mundo romano | 19 |
| 2 | A formação das línguas românicas peninsulares | 25 |
| 2.1 | A Península Ibérica durante a Alta Idade Média (do século V ao X): visigodos, árabes e reinos cristãos | 26 |
| 2.2 | A formação do castelhano e a diglossia entre o latim medieval e as línguas românicas | 29 |
| 2.3 | Panorama cultural na chamada Idade das Trevas | 35 |
| 3 | O castelhano medieval | 43 |
| 3.1 | O reino de Castela durante a Baixa Idade Média | 44 |
| 3.2 | Expansão territorial e mudanças linguísticas do castelhano medieval | 47 |
| 3.3 | Língua da chancelaria e língua literária | 51 |
| 4 | A língua espanhola no <i>Siglo de Oro</i> | 59 |
| 4.1 | O Império Espanhol sob a dinastia Habsburgo: de Carlos I (1516) até a Guerra de Sucessão (1714) | 60 |
| 4.2 | O espanhol clássico: mudanças, escrita e codificação | 63 |
| 4.3 | O Siglo de Oro das letras espanholas | 67 |

| | | |
|----------|---|------------|
| 5 | A difusão do espanhol na América | 75 |
| 5.1 | Conquista do território americano e estabelecimento dos vice-reinos de Nova Espanha (1535) e do Peru (1542) | 76 |
| 5.2 | Contatos linguísticos e implantação do espanhol | 80 |
| 5.3 | Panorama cultural dos vice-reinos | 84 |
| 6 | O espanhol moderno | 91 |
| 6.1 | Do império absolutista bourbônico (1714) às independências das repúblicas hispano-americanas (1810-1898) | 92 |
| 6.2 | O processo de padronização do espanhol moderno | 97 |
| 6.3 | Panorama cultural do mundo hispânico durante a era das revoluções | 100 |
| 7 | Variação e norma do espanhol contemporâneo | 109 |
| 7.1 | O século XX nos países e sociedades hispânicas | 110 |
| 7.2 | Divergências e convergências no espanhol atual | 113 |
| 7.3 | Processos de letramento e cânon literário no mundo hispânico | 117 |
| 8 | O espanhol do século XXI: língua de comunicação global? | 125 |
| 8.1 | O processo de globalização na modernidade tardia | 126 |
| 8.2 | Perfil glotopolítico do mundo hispanohablante e o ensino da língua espanhola | 128 |
| 8.3 | O espanhol como meio de comunicação e expressão | 134 |

A romanização da Península Ibérica

Nesta primeira unidade, começamos a estudar o devir – isto é, as transformações – histórico da língua espanhola ou castelhana e das comunidades de falantes que empregaram alguma das suas variedades em diferentes épocas e em espaços geográficos distintos. Os fatos, fenômenos e aspectos que merecem a nossa atenção são numerosos e, portanto, precisamos fazer uma síntese deles, explicando de forma mais detalhada aqueles que tiveram um peso determinante. Além disso, fez-se necessário organizar em três partes o conteúdo, tanto deste primeiro capítulo quanto dos restantes, a fim de tornar nossa exposição mais acessível. Na primeira, apresentamos alguns dos fatos políticos fundamentais da presença romana na Península Ibérica; na segunda, abordamos o latim como língua histórica que deu origem ao espanhol; e, na terceira, mostramos resumidamente o panorama cultural e as produções escritas durante a época da Hispânia romana.

1.1 A província romana de Hispânia: da segunda Guerra Púnica (218 a.C.) à queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.)

Nesta primeira parte, vamos apresentar alguns fatos políticos, históricos e militares que determinaram a entrada da Península Ibérica no mundo romano e a implantação nesse território da língua de Roma: o latim. Hispânia foi o nome que os romanos deram à região, mas é importante não o confundir com o nome da atual Espanha, já que a semelhança fonética poderia levar-nos a pensar que são equivalentes. Vejamos essa diferença: *Hispânia* define a província do Império Romano que teve diferentes formulações administrativas ao longo dos séculos em que ficou submetida a Roma; já *Espanha* refere-se ao Estado que divide o espaço da Península com Portugal e que só se configura como é conhecido hoje durante a Idade Moderna – e, principalmente, no período absolutista bourbônico, como veremos no sexto capítulo.

Situada no extremo ocidental do continente europeu, lugar de passagem entre a África e a Europa e aberta ao Mar Mediterrâneo, a Península Ibérica foi um espaço de convivência entre povos e culturas de origens diferentes desde a época antiga. Berço da misteriosa cultura dos tartessos, contemporâneos dos antigos egípcios, foi visitada por navegantes gregos, fenícios e cartagineses que também instalaram algumas colônias e enclaves (territórios enclavados em outros, com diferenças políticas, sociais e/ou culturais) no litoral ibérico-mediterrâneo. Os historiadores atuais consideram que a maior parte do território peninsular estava habitado por dois povos principais na época que precedeu à ocupação romana: os iberos, povo de origem incerta localizado no sul e no litoral mediterrâneo, e os celtas, povo indo-europeu que morava no norte e no litoral atlântico. Havia um terceiro povo assentado no Golfo de Biscaia e na parte ocidental dos Pireneus que tem grande importância histórica, não só por ser o único que conseguiu preservar a sua língua e a sua identidade após a conquista romana, mas pelo papel central que assumiu na origem da língua espanhola como estudaremos no próximo capítulo. Referimo-nos ao povo basco, falante de uma língua ancestral, sem parentes conhecidos: o euskara.

Os exércitos romanos desembarcaram na Península Ibérica, no porto de Empório (atual Empúries), no ano 218 a.C., logo após um incidente diplomático que havia acontecido em Sagunto, uma outra cidade ibera aliada de Roma. As legiões sob o comando dos generais Cneo e Públio Cornélio Cipião tinham a missão de cortar os subministros do general cartaginês Aníbal, uma grande ameaça por utilizar elefantes como arma de guerra contra as tropas romanas. Assim, podemos afirmar que o início da presença romana em solo hispânico produziu-se dentro do contexto das **Guerras Púnicas** que enfrentavam Roma e a sua rival Cartago pelo controle das rotas comerciais do Mediterrâneo Ocidental.

Como antecedente, devemos mencionar a aliança entre patrícios e plebeus que havia permitido o fortalecimento da República romana e a conquista de toda a Península Itálica. A

partir daí, Roma tenta transformar-se em uma potência marítima e naval, conquistando as ilhas da Sicília, da Córsega e da Sardenha. Mas os interesses romanos entravam em conflito com os de outra cidade igualmente poderosa: Cartago, localizada no litoral norte da África, próxima da atual Tunísia. Finalmente, o general cartaginense Aníbal é derrotado pelo general romano Públio Cornélio Cipião, na batalha de Zama, e Cartago precisa definir as condições da sua rendição com Roma, em 201 a.C.

Concluída a guerra, no ano 197 a.C. a faixa litorânea da Península Ibérica, conquistada pelos romanos, fica dividida em duas províncias: a Hispânia Citerior, ao norte, com Tarraco (atual Tarragona) como capital; e a Hispânia Ulterior ao sul, com a capital em Córdoba. A partir do litoral, os exércitos romanos penetram para o interior peninsular ao longo desse mesmo século. No ano 135 a.C., o cônsul Décimo Júnio Bruto, o Galaico, em uma expedição militar, atravessa o rio Lethes (atual Lima) e entra no extremo noroeste, no território mais afastado. Por último, Júlio César completa a conquista com a vitória sobre as tribos cantábricas em 19 a.C. Cabe dizer que Roma adotou com os rivais derrotados e povos conquistados uma política cruel de extermínio e de duras condições para os sobreviventes, o que quase levou à extinção dessas culturas pré-romanas. Um bom exemplo disso é o cerco, a conquista e destruição, em 133 a.C., da cidade celtíbera de Numância (perto da atual Sória). Por outro lado, os historiadores também dão notícias de atos de resistência contra o invasor, sendo uma das figuras mais conhecidas o líder da tribo lusitana Viriato, que enfrentou os romanos até ser traído e assassinado em 139 a.C.

Uma vez concluídas as guerras de conquista, sufocadas as revoltas e instaurada a chamada *Pax Romana*, começou um longo período de estabilidade política e econômica que permitiu a romanização da Hispânia. Os novos governantes reorganizaram o território para uma administração mais eficaz que, desse modo, ficou dividido em três províncias: a Tarraconensis, ao nordeste; a Baetica, ao sul; e a Lusitânia, ao oeste. E ainda foram criadas, na época do imperador Augusto, subdivisões legais chamadas de *iuridicus conventus*, assembleias judiciais das quais participavam as elites romanas, iberas e celtas para decidir os assuntos do governo local. Fundaram-se novas cidades, como Emerita Augusta (atual Mérida), Legio VI Victrix (atual León) ou Bracara (atual Braga); enquanto outros núcleos urbanos nativos foram profundamente reorganizados como Gades (atual Cádiz), onde se instalaram a colônia Julia Augusta Caditana e Cartago Nova (atual Cartagena, em Múrcia).

A construção de obras públicas – como teatros, termas, anfiteatros, calçadas, muralhas, pontes e aquedutos –, a instalação de famílias de colonos vindos da Itália e as transformações econômicas – como a expansão do uso da moeda nas transações comerciais – e sociais – como o recrutamento obrigatório de jovens no exército – aceleraram a romanização da Hispânia. Os romanos administram a nova província impulsionando a agricultura, a pesca, o comércio e a exploração das riquezas minerais nas jazidas de ouro de Las Médulas (na atual província de León). Em 74 d.C., todos os habitantes da Hispânia recebem o *ius latii*, ou seja, a lei romana, fato que mostra a sua assimilação cultural ao mundo latino. O mapa que apresentamos a seguir permite visualizar a vastidão do Império Romano no seu auge militar e político.

Figura 2 – Hispânia após a divisão provincial de Diocleciano.

Fonte: Rastrojo/Wikimedia Commons.

Apesar da revitalização da província que trouxe a nova organização, várias tribos germânicas penetraram nos territórios romanos sob a pressão dos hunos, um povo originário da Ásia que devastava as regiões centrais da Europa. Em 405 d.C., vários dos chamados “povos bárbaros” pelas fontes clássicas penetraram na Península Ibérica pelo norte, através da Gália. Os suevos estabeleceram um reino na província da Gallaecia, no noroeste, em 411 d.C.; e os vândalos, ocuparam a Baetica (Bética) no sul, em 428 d.C.

Com boa parte da Hispânia fora do seu controle, o Imperador Honório concede ao rei visigodo Ataulfo, casado com a sua irmã Gala Placídia, o direito de instalar-se na Península Ibérica, para cooperar na defesa e manutenção da região dentro do domínio romano. Os visigodos conseguem subjugar os suevos e expulsar os vândalos. Em 484 d.C., estabelecem em Toledo a capital do seu reino, o qual ocupa a maior parte da Península e é independente de Roma. A historiografia data a queda do Império Romano do Ocidente em 4 de setembro 476 d.C., quando Odoacro, rei dos ostrogodos, depôs Rômulo Augusto, o último imperador romano, proclamando-se governante da Itália. Mesmo sendo essa convenção sujeita a muitas nuances e interpretações, podemos afirmar que, ao final do século V da Era Comum, os laços que durante mais de seiscentos anos uniram a Hispânia com a metrópole italiana estavam quebrados. A partir desse momento, cada um dos territórios romanos seguiria o seu próprio percurso histórico, linguístico e cultural.

1.2 História e variação do latim falado na Hispânia

Começamos a nossa história da língua espanhola traçando as suas origens na língua latina que o Império Romano implantou nas províncias conquistadas. Mas de onde provinha a língua desses conquistadores? O latim também tinha uma origem e um passado remoto. No século XIX, vários intelectuais perceberam as semelhanças entre o grego clássico, o

latim, o sânscrito (idioma de grande cultura usado na Índia) e outras línguas antigas, como o gótico, o persa, o eslavo, o armênio e o irlandês. A partir de comparações sistemáticas, reconstruiu-se uma língua ancestral comum a todas elas que teria sido falada, provavelmente, nas proximidades do Mar Negro e no sul da atual Rússia a cerca de 5.000 anos atrás. Na historiografia, o idioma desse povo ancestral recebe o nome de **língua proto-indo-europeia**; isto é, “proto” por ser reconstruída, já que não temos nenhum registro escrito dela, e “indo-europeia”, porque dela provém a maior parte das línguas faladas hoje na Europa e na Índia.

Um dos ramos desta família migrou para a Península Itálica durante o segundo milênio antes da Era Comum, dando lugar às **línguas itálicas**, das quais o latim fazia parte, junto a outras de povos vizinhos, como o osco, usado pelos samnitas, ou o umbro, falado ao leste de Roma, desde o alto curso do rio Tevere até o litoral adriático. No sul da Itália, assentaram-se importantes colônias gregas que introduziram o uso do alfabeto, o qual passou por adaptações e foi transformado pelos romanos, dando origem ao alfabeto que ainda hoje usamos para escrever o espanhol, o português, o francês, o catalão e a maioria das línguas ocidentais, como o inglês, o alemão, o polonês e mesmo o turco.

Segundo a lenda, Roma foi fundada por Rômulo em 753 a.C. Até nós, chegaram registros do latim datados dos séculos VII e VI a.C. Trata-se de breves inscrições e gravuras em objetos, como a famosa Fíbula Prenestina, o documento em latim mais antigo de que se tem notícia, ou o Vaso Duenos.

Figura 3 – Fíbula Prenestina, conservada no Museo Nazionale Preistorico Luigi Pigorini, em Roma.



Fonte: Pax:Vobiscum/Wikimedia Commons.

Só a partir do século III a.C. aumenta o volume de documentos e começam a aparecer os **primeiros textos literários** que ainda estão escritos em um **latim arcaico**, diferente do latim clássico. Lembremos que, nesse momento, os romanos já eram um povo em expansão que estendiam a sua cultura por áreas cada vez maiores, enquanto recebiam a influência de um outro povo que admiravam: os gregos.

Nesse mesmo período, os exércitos romanos desembarcaram na Península Ibérica, trazendo consigo o latim. Mas qual era o panorama linguístico que os conquistadores encontraram? Cabe salientar que vários povos da Península Ibérica possuíam alfabetos próprios para registrar as suas leis, história, poemas e canções; como os turdetanos, que habitavam no sul, ao longo do Vale do Guadalquivir. É simples datar o começo do contato linguístico entre os colonizadores romanos e os povos hispanos no ano 218 a.C.; muito mais complicado seria estabelecer quando se completou o processo de aculturação. Quando faleceu o

último falante de ibero ou de línguas célticas na Península? Em todo caso, sabemos que o processo de romanização foi mais rápido, e a romanização é mais profunda no sul e no litoral mediterrâneo, e mais moroso e superficial no noroeste, região mais afastada e isolada da metrópole. Apenas o **euskera**, a língua do povo basco, sobreviveu à dominação romana nos vales dos Pireneus e nas terras do Golfo de Biscaia, entre a Gália e a Hispânia. Os documentos epigráficos, ou seja, os textos e inscrições conservados, mostram o avanço do latim como língua escrita na província a partir do primeiro século da Era Comum, ainda que, algumas vezes, apareça misturado com o ibero – fato que prova o plurilinguismo e a situação de contato entre idiomas e culturas diferentes nos territórios hispânicos.

Até agora, vimos como o conjunto da Hispânia foi integrado no mundo romano e acompanhou as tendências linguísticas e culturais desse vasto espaço. Também explicamos que o latim é uma língua pertencente ao grupo indo-europeu, mais especificamente ao tronco itálico. Mas como era a língua dos romanos? Quais traços definiam as suas características e especificidades mais marcantes?

Ora, para responder essas questões, devemos lembrar, em primeiro lugar, que o latim, como qualquer outra língua histórica, nunca foi uma unidade estanque, uma língua cristalizada no seu léxico e gramática. Ou seja, existiram vários tipos de latim, superpostos em um *continuum* espaço-temporal. A caracterização de cada um deles é fundamental para conhecer as origens do espanhol e de todas as outras línguas românicas. Já aludimos aos primeiros registros escritos desse idioma e aos trechos mais ou menos extensos de textos literários e jurídicos que conservamos a partir do século III a.C. Essa fase do latim recebe o nome de **latim arcaico**, por ser uma língua ainda em formação, que vai adquirindo novos registros de uso e assimilando vocabulário dos povos com os que entra em contato – gregos, oscos, etruscos e celtas, principalmente.

Ao longo do primeiro século antes de Cristo, determinadas formas se fixam enquanto outras são rejeitadas, de modo a criar um estilo de língua literário e culto usado pelos grandes autores – como Ovídio, Virgílio, Cícero, Horácio, Catulo, Júlio César – para compor os seus poemas, discursos e tratados. Esse latim se cristaliza como modelo de língua de cultura a ser imitado; é o **latim clássico**, que ainda hoje é ensinado nas universidades de muitos países. Trata-se de uma língua altamente flexional, que possui uma rica morfologia verbal dividida em quatro conjugações. Talvez as declinações sejam uma das mais marcantes características do latim e que, ao mesmo tempo, o afastam das línguas românicas modernas (com exceção do romeno). O latim clássico distinguia cinco casos: nominativo, acusativo, genitivo, dativo e ablativo para cinco modelos de declinação. Mas o que é uma declinação? O que são os casos? A **declinação** é formada por um conjunto de desinências que modificam um substantivo, pronome ou adjetivo para expressar sua função sintática dentro da oração. Essas desinências recebem o nome de *casos*. Na sentença *dominae rosam uident* (as senhoras veem a rosa), *dominae* é o sujeito e está em caso nominativo plural, desinência *-ae*; *rosam* é o objeto direto e está em caso acusativo singular, desinência *-m*. Os casos possibilitavam uma relativa liberdade na colocação das palavras dentro da sentença: *dominae rosam uident*, *dominae uident rosam*, *rosam dominae uident* eram combinações possíveis e inteligíveis, abertas a nuances estilísticas.

O chamado *latim clássico* é uma variedade estilizada do latim falado pelas classes altas romanas. Autores como Cícero fornecem-nos exemplos disso, já que encontramos diferenças notáveis entre o registro elevado que ele utilizava para compor seus discursos e aquele empregado nas suas cartas pessoais, mais simples e afetivo. À medida que a sociedade romana foi-se tornando mais complexa, a língua também se diversificou nos seus registros. A escrita variou pouco nos séculos seguintes e produziu o **latim imperial** e o **latim tardio**. Mas a língua falada foi se afastando cada vez mais do modelo dos grandes autores. Além disso, o latim influenciou e recebeu influências das línguas com as quais convivia nos vastos territórios submetidos a Roma, fenômeno que, unido a outros fatores, certamente contribuiu para sua diversificação. Além da influência do latim, fatores referentes à procedência geográfica e social dos colonos latinos, às diferentes relações estabelecidas entre as províncias e a metrópole e às diferenças cronológicas na romanização de cada província (pois nem todas foram conquistadas e romanizadas ao mesmo tempo) também foram marcantes para a instauração de variantes na língua.

Atualmente, os linguistas consideram que deve ter existido uma variedade de latim falado pelas classes urbanas, o chamado *sermo urbanus*. Junto a ele, as classes populares – as quais careciam de acesso à cultura letrada – utilizavam o *sermo plebeius*, também nomeado *sermo rusticus*, *peregrinus* ou *militaris*; isto é, a fala dos plebeus, dos camponeses, dos viajantes e dos soldados. Em síntese, uma variedade precursora das futuras línguas românicas, conhecida como **latim vulgar**; este, cheio de diminutivos e de vozes afetivas, apresentava profundas reestruturações fonéticas, morfológicas e sintáticas.

É preciso esclarecer que latim vulgar não é uma língua reconstruída, como era o caso do proto-indo-europeu; muito pelo contrário, nosso conhecimento se apoia em testemunhas diretas e indiretas, em desvios do latim literário. As fontes utilizadas pelos linguistas para documentá-lo são muitas: comentários de gramáticos da Antiguidade, inscrições e pichações encontradas nos muros das cidades de Pompeia e Herculano, glossários, tratados técnicos, cartas privadas, formulários e obras de autores cristãos dos séculos IV, V e VI d.C. que defendiam um uso pragmático do idioma, como Gregório de Tours ou a peregrina Egéria (desta última falaremos com mais detalhe no final da terceira parte do capítulo). Igualmente, o estudo comparado das línguas românicas fornece informação a respeito dessa fase. Por exemplo, o infinitivo do verbo *poder* em espanhol, *poder* em português, *potere* em italiano e *pouvoir* em francês não deriva do infinitivo clássico POSSE, mas de uma forma reconstruída: *POTERE.

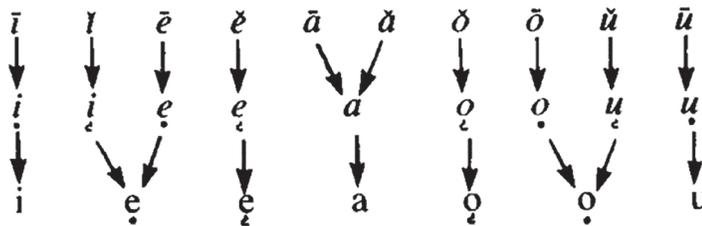
Em seguida, vamos estudar algumas das principais diferenças que se observam entre o latim vulgar e o latim clássico.

Começaremos pelas diferenças fonéticas e fonológicas. O latim clássico possuía dez fonemas vocálicos diferenciados pelo timbre: a, e, i, o, u; e pela duração: breve ou longa. Nas edições atuais dos textos latinos, o uso do acento breve (˘) indica que a vogal é curta; enquanto o uso do acento longo, chamado de macron (¯), indica que a vogal é longa. Assim, as vogais do latim clássico eram *ā, a, ē, e, ī, i, ō, o, ū, u*. Algumas línguas atuais, como o inglês e o alemão, também possuem vogais longas. Essa diferença servia para distinguir palavras: por exemplo, *mālum* (a longo: *maçã*) ~ *malum* (a breve: *mau, ruim*); marcar tempos verbais, por

exemplo, *uenit* (*e* curto indica presente de indicativo: *ele vem*) ~ *uēnit* (*e* longo indica pretérito perfeito: *ele veio*); ou mesmo casos gramaticais, por exemplo: *cum reginā* (com a rainha) ~ *cum regina* (quando a rainha). Também existiam três ditongos: *ae*, *oe*, *au*.

Porém, a partir do século II da Era Comum, começa a desaparecer essa distinção. As vogais passam a se diferenciar apenas pelo timbre e o conjunto do sistema sofre uma importante reestruturação. No latim de muitas províncias do Império, entre eles, o latim hispânico, surgem dois novos fonemas: *e* aberto, representado no Alfabeto Fonético Internacional com o símbolo /ɛ/ (como o do português em *café*), e *o* aberto, representado no alfabeto Fonético Internacional com o símbolo /ɔ/ (como o do português em *avó*). Ao mesmo tempo, os três ditongos monotongam (isto é, transformam-se em um único som vocálico): *ae* > /ɛ/, *oe* > /e/, *au* > *o* (assim, a palavra em latim *causa* em espanhol, italiano e catalão evolui para *cosa*, mas em português evolui para *cousa* e, modernamente, para *coisa*). A seguinte representação esquemática ajuda a visualizar a reconfiguração do sistema vocálico na passagem do latim clássico ao latim vulgar hispânico.

Figura 4 – Reconfiguração do sistema vocálico na passagem do latim clássico para o latim vulgar hispânico.



Fonte: LÓPEZ, 2017.

A **perda da quantidade vocálica** serve como premissa para compreender a ditongação de /ɛ/ e /ɔ/, um fenômeno importante que diferencia o espanhol das outras línguas irmãs, como o português ou o catalão, e que estudaremos detalhadamente no próximo capítulo. Outras mudanças fonéticas importantes atingiram a prosódia, a divisão silábica (por exemplo, o clássico *múlier*, palavra proparoxítone, passa a se pronunciar *muliér*, palavra oxítone) e a palatalização de várias consoantes (*caelum*, céu, pronunciado em latim clássico /'kailum/ evolui para /'tʃɛlu/). Ademais, o acento deixou de ser tonal e tornou-se de intensidade, adquirindo caráter distintivo.

As mudanças fonéticas, que apresentamos de maneira sucinta, provocaram importantes repercussões no nível morfossintático, já que a perda da quantidade vocálica impossibilitava a distinção entre vários dos casos. Assim, o sistema de declinação começa a ser abandonado e as relações sintáticas passam a ser indicadas mediante preposições. A ordem não marcada da sentença em latim clássico era sujeito/objeto/verbo: *puer matrem amat*, a qual corresponde, em todas as línguas românicas, com a **ordem sujeito/verbo/objeto**: *el niño ama a su madre*, *o menino ama a sua mãe*. Nessa fase evolutiva, também vai surgir o **artigo**, como determinante do substantivo e que deriva, no plano do significante, do antigo pronome demonstrativo *ILLE* na maioria das línguas românicas. Do mesmo modo, vai-se formar um artigo indeterminado a partir do numeral *UNUS*.

Por último, houve numerosas mudanças no nível léxico-semântico, isto é, no vocabulário do latim vulgar, como reflexo das vozes expressivas e do uso de diminutivos na língua viva do povo. Neste ponto, cabe mencionar o *Appendix Probi*, um texto datado no século IV d.C. de autor anônimo que recolhe os “erros” mais frequentes na fala da época e oferece as formas corretas correspondentes. Essa obra lembra um pouco os atuais guias para evitar erros de português que encontramos em qualquer livreria. O *Appendix* fornece uma longa lista: *Calida non calda, frigida non fricda, auris non oricla, oculus non oclus, aqua non acqua* e assim por diante. Acontece que o léxico das línguas românicas deriva precisamente das formas que o autor condenava por serem errôneas. Os atuais *ojo* e *oreja* do espanhol – *olho* e *orelha* em português – evoluíram, respectivamente, a partir das formas *oclus* e *oricla* e não dos clássicos *oculus* e *auris*. E, certamente, nenhum dos atuais falantes dessas línguas percebe tais palavras como vulgares. O exemplo do *Appendix Probi* pode servir-nos para repensar o preconceito linguístico e relativizar aquilo que, em determinado momento, é percebido como culto e adequado ou rejeitado pela norma padrão. Essa dicotomia entre duas formas de latim, uma popular e outra culta, uma falada pelas diversas populações das províncias e outra escrita, veículo artificial e inalterável destinado à transmissão da cultura, continuará nos séculos sucessivos, como veremos nos próximos capítulos.

Ora, afirmamos que as línguas românicas, entre elas, o espanhol e o português, derivam do latim, entre outras razões, porque a maior parte do seu acervo léxico tem origem na língua dos romanos; mas nem todas essas palavras foram transmitidas no mesmo momento nem pelas mesmas vias. Primeiramente, temos as **palavras populares** ou **patrimoniais**, ou seja, aquelas que conformaram o fundo léxico das línguas românicas. Entraram com a romanização dos territórios, trazidas por soldados, colonos e comerciantes e foram transmitidas oralmente, geração após geração. Por esse motivo, essas palavras sofreram profundas alterações, seguindo as regras fonéticas de cada língua e, às vezes, também modificaram os seus significados originais. As palavras patrimoniais costumam se referir a objetos concretos e atividades cotidianas. Por exemplo: *fuego* procedente de *focu(m)*; *sueldo* < *solidu(m)*; *hombre* < *homine(m)*; *viejo* < *vetulus*; *hijo* < *filium*; *llegar* < *plicare*.

Em segundo lugar, as **palavras cultas**, **eruditas** ou **cultismos** são aquelas que foram tomadas em diferentes épocas como empréstimos do latim nas línguas românicas já formadas. Geralmente, foram transmitidas por via escrita para definir novos termos da linguagem intelectual, literária e científica e, desse modo, não sofreram as transformações fonéticas das palavras patrimoniais, apenas pequenos ajustes para adequá-las à fonética românica. Por exemplo: os adjetivos *ocular* e *auricular* estão muito mais próximos das palavras do latim clássico *oculus* e *auris*. Os cultismos costumam definir conceitos abstratos ou atividades técnicas, por exemplo: *signo* < *signum*; *foco* < *focus*; *alumno* < *alumnus*; *colocar* < *collocare*.

Ainda existe uma terceira categoria, as **palavras semicultas** ou **semicultismos**, formada pelas palavras que entraram por via escrita em data antiga e seguiram parcialmente as leis de mudança fonética das línguas românicas. Por exemplo, em espanhol, o termo latino *saeculum* (*século*, em português) evoluiu até *siglo*. Compare-se com a evolução do grupo *-culu(m)* em palavras populares como: *ojo* (> *oculum*); *viejo* (> *vetulum*).

Por último, o termo **doblete** define, na tradição gramatical hispânica, uma dupla de palavras cognatas formada por uma palavra patrimonial transmitida oralmente (por exemplo: *fuego, sueldo, frío, chegar*) e um cultismo reintroduzido em tempos mais recentes (por exemplo: *foco, sólido, frígido, aplicar*). Existe uma diferença semântica entre a palavra patrimonial e o cultismo; assim, a palavra patrimonial *llave* define o objeto físico, feito habitualmente de metal, que usamos para abrir as portas; enquanto o cultismo *clave* indica um código ou uma combinação de signos que pode resolver um problema. Observamos que o primeiro é mais concreto e material, enquanto o segundo é mais abstrato. Porém, nem todas as palavras patrimoniais formam uma dupla com o correspondente cultismo.

O espanhol não foi a única língua que acudiu ao latim clássico como fonte para enriquecer o seu vocabulário; todas as outras línguas românicas também fizeram isso e, consequentemente, também possuem palavras patrimoniais, cultismos, semicultismos e até dobletes. No português, encontraremos palavras patrimoniais que seguiram as leis de mudança fonética próprias desta língua (como *fogo, velho, chave, chegar* e tantas outras), palavras eruditas ou cultismos, muito próximos aos do espanhol no plano fonético e semântico (como *aplicar, sólido, colocar, aluno*), semicultismos (como *tábua, mágoa*) e mesmo dobletes de cognatos (*friol/frígido, fogo/foco*). Assim, as línguas românicas possuem uma herança latina estratificada, que será objeto de estudo ao longo deste livro.

1.3 Panorama cultural da Hispânia no mundo romano

Como estudado nas partes precedentes deste primeiro capítulo da história da língua espanhola, a província da Hispânia foi profundamente romanizada e ocupou uma importante posição dentro do Império Romano como centro econômico, demográfico e também cultural. Famílias procedentes da Itália tinham-se assentado nas diferentes cidades hispânicas a partir da conquista. Além disso, as elites locais foram latinizadas e alcançaram a cidadania romana através do exercício da magistratura em municípios ou colônias. No século I da Era Comum, a estabilidade da *Pax Romana* traz para a Hispânia um notável desenvolvimento econômico que beneficia as famílias patrícias locais, responsáveis pela exportação dos produtos agrícolas das populosas cidades da Baética aos potentes enclaves comerciais do litoral Mediterrâneo. Essas mesmas famílias enviavam seus filhos varões a Roma, para seguirem carreira política. A seguir, falaremos de forma sucinta de alguns escritores, filósofos e políticos romanos nascidos na Hispânia que desenvolveram uma vida pública relevante. Porém, cabe frisar que as fontes apenas transmitiram os nomes daqueles que alcançaram o sucesso, esquecendo os de tantos outros hispanos que tentaram em vão fazer carreira na capital do Império.

No início da era imperial, a cidade de Roma possuía uma série de privilégios que não tinham as suas províncias; assim a cidadania romana era apenas outorgada a título individual como signo de honra ou recompensa. Mas o imperador Vespasiano estendeu, no ano de 74 d.C., o *ius latii* para todos os hispanos, isto é, a aplicação a eles do direito e das leis de Roma. Já naquela altura, as províncias hispanas eram o segundo país do Império, segundo

o historiador Plínio. Pouco tempo depois, dois imperadores da dinastia Antonina, nascidos os dois na cidade de Itálica (perto da atual Sevilha), governaram os destinos de Roma. O primeiro foi **Trajano**, que ascendeu ao trono no dia 28 de janeiro do ano 98 d.C. Após sua morte, em 117 d.C., foi sucedido por **Adriano**, que governou até o 10 de julho de 138 d.C., quando também faleceu. Os imperadores hispânicos geriram os destinos de Roma durante um período de relativa estabilidade, quando o Império atingiu a sua maior extensão territorial. Também era hispano, nascido em Cauca (perto da atual Segovia), Teodósio I, chamado “o Grande” por ser o último imperador que governou o Império completo. Após a sua morte, o Império foi dividido entre seus filhos Arcádio, que herdou o Império Romano do Oriente, e Honório, que ficou com o Império Romano do Ocidente. **Teodósio I** foi o terceiro e último imperador hispano e governou desde o ano 379 d.C. até a sua morte, em 395 d.C. Ele promulgou o Edito de Tessalônica (380 d.C.), que reconhecia o cristianismo como religião oficial de Roma e proibia a adoração pública dos antigos deuses romanos, considerados a partir desse momento deidades pagãs.

Igualmente procediam da Hispânia alguns **escritores** e **filósofos** que deixaram uma importante marca na cultura clássica. Um dos mais famosos pela repercussão posterior que alcançaram suas obras foi Lúcio Anneo Sêneca, nascido em Córdoba quatro anos antes da Era Comum e enviado a Roma com apenas três anos de idade para estudar filosofia e retórica. Ele é lembrado pela sua análise profunda da psicologia humana que influenciou em pensadores e cientistas posteriores. **Sêneca** escreveu sobre ética, física e lógica e defendeu o estoicismo como a maior virtude, isto é, a imperturbabilidade do ânimo, *ataraxia* nos termos do filósofo, perante as dificuldades ou a alegria. Além disso, ele ocupou um lugar central na vida política do Império por ser o tutor pessoal do imperador Nero. Como escritor, deixou uma série de diálogos, cartas, tratados de ciências naturais e nove tragédias *Hercules furvens* (*Hércules furioso*), *Troades* (*As Troianas*), *Phoenissae* (*As Fenícias*), *Medea* (*Medeia*), *Phaedra* (*Fedra*), *Oedipus* (*Édipo*), *Agamemnon*, *Thyestes* (*Tiestes*), *Hercules Oetaeus* (*Hércules no Eta*). Lucano, sobrinho de Sêneca, e como ele nascido em Córdoba, deixou uma epopeia inacabada, a *Farsália*, e escreveu outras obras que não chegaram até nós e que só conhecemos através de fontes indiretas.

Entre os autores latinos procedentes da Hispânia, Quintiliano, nascido em Calagurris (hoje Calahorra) em 35 a.C., escreveu um tratado dividido em doze volumes intitulado *De institutio oratoria* (*A instituição oratória*); os dois primeiros são dedicados à educação em Roma e constituem um documento muito valioso para conhecer a organização e gestão da formação das elites romanas. O restante da obra está dedicado a explicar os fundamentos e técnicas da oratória. O poeta Marcial também era hispano. Nascido em Bilbilis (atual Calatayud) aproximadamente no ano 40 d.C., deixou-nos os famosos *Epigramas*, umas mil e quinhentas poesias breves em que se oferece uma completa visão do dia a dia no Império.

Figura 5 – Busto de Sêneca, no Antikensammlung, em Berlim.



Fonte: Calidius/Wikimedia Commons.

Para concluir esta exposição, vale mencionar a obra de **Egéria**, conhecida em outras fontes como **Ethéria**, considerada a primeira escritora hispânica. Procedente da província hispana da Gallaecia, ela escreveu um livro relatando a viagem que realizou entre 381 d.C. e 384 d.C. para visitar os lugares onde Jesus Cristo havia vivido. No *Itinerari ad Loca Sancta* (*Viagem à Terra Santa*), Egéria explica o seu percurso atravessando a maior parte do Império, do Ocidente ao Oriente. Passou pelo Sul da Gália e Norte da Itália, cruzou de barco o Mar Adriático para chegar a Constantinopla e daí desceu até Jerusalém, visitando depois outras cidades da Galileia, como Jericó e Nazaré. Ainda passou pelo Egito, o Mar Vermelho, o Monte Sinai e o Rio Eufrates na Mesopotâmia antes de refazer o caminho de volta. Os dados biográficos de Egéria são escassos e não há registro da data, do lugar e das circunstâncias da sua morte. Acredita-se que fazia parte de uma comunidade cristã e que, inclusive, poderia ter sido abadessa. Todavia, outros indícios (como a sua liberdade para fazer uma peregrinação tão longa e trocar seus planos durante a viagem) sugerem que não seria uma freira. Em todo caso, o manuscrito de Egéria transmite informações históricas e socioculturais muito valiosas. A linguagem que ela usa já prefigura algumas mudanças profundas que darão origem às línguas românicas ou neolatinas, entre elas, ao espanhol, como estudaremos no próximo capítulo.

+ Ampliando seus conhecimentos

Fatores da latinização

(BASSETTO, 2003, p. 103)

Latinização ou romanização é a assimilação cultural e linguística dos povos incorporados ao universo da civilização latina. O fato de tantos povos de língua, raça e cultura diferentes terem adotado a língua e, pelo menos em parte, a civilização dos vencedores é um fenômeno único na história da humanidade. Essa aceitação, porém, não se deveu a imposições diretas. As conquistas romanas tinham carácter político e econômico; não houve por parte de Roma pretensão de impor aos conquistados sua língua ou sua religião; ao contrário, considerava o uso da língua latina uma honra. Se os druidas foram perseguidos na Gália, isso aconteceu porque o uso de vítimas humanas nos sacrifícios feria o direito romano, ao qual se dava grande valor e importância. O Novo Testamento mostra que os romanos não eliminavam instituições políticas, religiosas ou jurídicas, obviamente desde que não conflitantes, dos povos incorporados: o povo judeu manteve a religião, o sínédrio, o sumo sacerdote, os levitas e os saduceus; até a casa real de Herodes continuou a existir. Deviam pagar os impostos, enquanto as legiões cuidavam da segurança e ao governador romano era reservada a palavra final em questões jurídicas específicas, como no caso da condenação à morte. De modo geral, a política foi de aproximação a

Roma dos povos conquistados. Depois da destruição de Alba Longa, os romanos compreenderam que o sistema de arrasar as cidades e levar seus habitantes para Roma não podia continuar; passaram então a deixar que as comunidades subjugadas continuassem a existir. Habilmente procuraram fórmulas jurídicas que lisonjeavam o amor próprio e patriótico dos vencidos, embora tais fórmulas sempre fossem mais favoráveis a Roma, quer propondo-lhes alianças de diversos tipos, como o *Foedus Cassianum* (século V a.C.), que uniu estreitamente a Roma os povos itálicos, quer pela concessão da tão cobiçada cidadania romana, mais raramente a “plena” (com *iura, honores e munera*) e, com certa facilidade, a “menor”, *ciuitas sine suffragio*, a cidadania sem direito a voto.

Se Roma não impunha sua língua nem cerceava o livre uso dos idiomas nativos, a latinização só poderia concretizar-se indiretamente.

Atividades

Com base na leitura do primeiro capítulo do livro, responda às questões a seguir:

1. Explique algumas das principais mudanças fonéticas na passagem do latim clássico ao latim vulgar. Apoie a sua exposição em exemplos.
2. Descreva as diferentes variedades de latim indicando qual o desenvolvimento delas no eixo temporal.
3. Liste e descreva algumas das fontes que nos permitem conhecer o latim vulgar.
4. A etimologia é uma parte da linguística que estuda a origem das palavras. Quando duas palavras de duas línguas procedem de um mesmo étimo, são chamadas de *cognatos*. No léxico do espanhol e do português há inúmeros cognatos, como por exemplo *hueso*/osso, originados a partir do latim vulgar *ossum*.

Busque no Dicionário da Real Academia Española (disponível em: <<http://dle.rae.es>>) palavras em espanhol que sejam parecidas com os seus cognatos do português. No dicionário você poderá verificar a etimologia (escrita em verde). Depois, verifique a etimologia do cognato português no Dicionário Aulete (disponível em: <<http://www.aulete.com.br>>). Nesse dicionário a etimologia da palavra aparece após a definição.

Com essas informações, elabore uma lista com um total de dez cognatos.

Exemplo: espanhol: *hueso*; português: *osso*, do latim vulgar: *ossum* (latim clássico *os, -ossis*).

Referências

BASSETTO, Bruno Fregni. **Elementos de Filologia Românica**. História externa das línguas românicas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. v. 1.

LAPESA, Rafael. **Historia de la Lengua Española**. Madrid: Gredos, 1981.

LÓPEZ, Justo Fernández. **Latín Vulgar**. Disponível em: <<http://www.hispanoteca.eu/Lexikon%20der%20Linguistik/v/VULG%C3%84RLATEIN%20%20%20Lat%C3%ADn%20vulgar.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN-GOBIERNO DE ESPAÑA. **La Hispania romana**. Disponível em: <<http://recursos.cnice.mec.es/latingriego/Palladium/cclasica/esc339ca1.php>>. Acesso em: 26 dez. 2016.

QUETGLAS, Pere. El punto de partida. Lengua latina y “latín vulgar”. In: GARGALLO GIL, J. E.; REINAS BASTARDAS, M. (coords.). **Manual de lingüística románica**. Barcelona: Ariel, 2007.

RODRÍGUEZ-PANTOJA, Miguel. El latín hablado en Hispania hasta el s. V. In: CANO, Rafael (coord.). **Historia de la Lengua Española**. Barcelona: Ariel, 2013. p.107-132.

VÄÄNÄNEN, Veikko. **Introducción al latín vulgar**. Versión española de Manuel Carrión. Madrid: Gredos, 1981.

Resolução

1. Uma das principais mudanças fonéticas ocorridas na passagem do latim clássico para o latim vulgar foi a transformação do sistema vocálico. Em latim clássico, existiam cinco fonemas /a/, /e/, /i/, /o/, /u/, os quais podiam ser breves ou longos. Assim, a quantidade vocálica servia para estabelecer uma distinção importante que diferenciava significados (*malum* com a breve significava “mau”, enquanto *mālum* com a longo significava “maçã”), tempos verbais (*uēnit* com *e* longo está no passado, enquanto *uenit* com *e* breve está *n* presente) e casos (*domina* com a breve está no nominativo singular, enquanto *dominā* com a longo está em ablativo singular). Já o latim vulgar transformou a oposição de duração vocálica em uma oposição baseada no grau de abertura, ou seja, no timbre da vogal. Outra mudança fonética importante ocorreu na natureza do acento, que deixou de ser tonal e tornou-se de intensidade, adquirindo caráter distintivo.
2. Primeiramente, é importante pensar o *continuum* de uma língua histórica como um conjunto heterogêneo de períodos cronológicos. Os linguistas consideram que o latim tem um descendente: o proto-indo-europeu, que teria sido falado uns 5000 anos atrás. Dessa língua ancestral, teriam surgido as línguas do tronco itálico durante o segundo milênio antes da Era Comum. Na história propriamente do latim, há testemunhos escritos desde o século VII a.C. e documentação numerosa a partir do século III a.C. Esse período recebe o nome de latim arcaico, uma língua da qual emergirá o latim clássico, na segunda metade do século I a.C., versão escrita e estilizada do latim falado pelas elites letradas. O latim imperial e, depois, o latim tardio são continuadores escritos do latim clássico nos últimos séculos do Império, enquanto o latim vulgar se desenvolve como língua falada, origem das atuais línguas românicas.

3. O latim vulgar representa a língua falada por comerciantes, colonos, militares, viajantes e demais pessoas comuns que moravam nos territórios conquistados por Roma. Apesar do seu caráter oral, temos à disposição documentos e registos para o seu estudo, tais como: inscrições achadas nos muros das cidades de Pompeia e Herculano, tratados técnicos, cartas privadas, formulários e obras de autores cristãos dos séculos IV, V e VI d.C. que defendiam um uso pragmático do idioma (como a peregrina Egéria). Alguns dos mais importantes são as obras de certos gramáticos que tentaram corrigir os usos populares do latim que se desviavam do modelo clássico. O *Appendix Probi*, texto datado no século IV d.C., de autor anônimo, recolhe uma longa lista com os “erros” mais frequentes na fala da época.
4. Resposta pessoal.

A formação das línguas românicas peninsulares

A existência de uma língua histórica pode ser entendida como um processo contínuo de mudança interna, permeada pela história social das comunidades que a falam. As línguas românicas – espanhol, português, francês, catalão, italiano – são continuadoras do latim vulgar; por esse motivo, os membros dessa família linguística também recebem o nome de línguas neolatinas. Mas, por que surgiram as diferenças que as originaram? Quando os seus falantes tiveram consciência de não falar mais latim? Neste capítulo, tentaremos responder essas e outras questões ao estudar os episódios históricos, sociais, culturais e linguísticos ocorridos na Península Ibérica durante a Alta Idade Média. Para tanto, apresentaremos o quadro histórico na primeira parte, abordaremos questões de natureza linguística na segunda e concluiremos o capítulo mostrando as produções literárias da época.

2.1 A Península Ibérica durante a Alta Idade Média (do século V ao X): visigodos, árabes e reinos cristãos

A historiografia define como Idade Média o período compreendido entre os séculos V e XV da Era Comum. Nesse intervalo de mil anos, faz-se uma separação secundária entre a **Alta Idade Média**, que abarca aproximadamente os primeiros cinco séculos (do V ao X), e a **Baixa Idade Média**, que ocupa a segunda metade do período (do século XI ao XV). Essa é uma divisão convencional, e as datas que marcam o começo e o final de cada período variam de um país a outro ou entre escolas historiográficas. Neste segundo capítulo, estudaremos a Alta Idade Média, caracterizada como a época de fragmentação do latim vulgar e da formação das línguas românicas; já no terceiro, dirigiremos a nossa atenção para a Baixa Idade Média, quando o castelhano se firma como língua e começa a sua expansão territorial.

Como vimos no capítulo passado, a maior parte da Península Ibérica foi romanizada – ou latinizada – nos âmbitos linguísticos e culturais durante os seis séculos de dominação romana. Essa continuidade foi interrompida pelas **invasões dos povos germânicos**, vindos do norte da Europa, que se estabeleceram nos territórios das antigas províncias, como pode ser observado no mapa que reproduzimos a seguir.

Figura 1 – Mapa político da Europa, em 526.



Fonte: Bukkia/Wikimedia Commons.

Assim, os suevos fundam o seu reino na Gallaecia, com capital em Braga (de 411 a 585 d.C., aproximadamente), os vândalos instalam-se na Baetica e no Norte da África (entre 428 e 585 d.C., aproximadamente) e os visigodos, procedentes da Gália, transferem sua capital à cidade de Toledo no início do século VI. Embora não tivesse sido capital de nenhuma província durante a época romana, Toledo, situada no centro geográfico da península, possuía uma posição vantajosa para controlar todos os territórios – fato representativo da mudança nos eixos políticos da Península Ibérica, que não depende mais de uma metrópole exterior.

Por outro lado, as cidades hispano-romanas tinham entrado em declínio devido às invasões bárbaras e as estradas romanas estavam em desuso. Como sistema econômico baseado na posse da terra, o **feudalismo** favorecia a fragmentação do território em pequenos núcleos dispersos, alguns deles fortificados, com pouca relação entre si. Essas causas levam à **ruralização** da sociedade na passagem da Antiguidade para a Alta Idade Média; isto é, a maior parte da população passa a morar no entorno rural e a trabalhar na agricultura e na pecuária; enquanto isso, as cidades minguam e as atividades comerciais diminuem.

Apresentaremos mais alguns dados referentes ao perfil demográfico específico do **Reino Visigodo de Toledo**. Nele, os visigodos constituíam uma elite, uma minoria dirigente que os historiadores estimam em 150.000 pessoas; integrados em uma população hispano-romana que devia atingir os nove milhões, segundo informações do contemporâneo Isidoro de Sevilha. Por esse motivo, os visigodos, mesmo ocupando os cargos mais altos na sociedade, não impuseram a sua língua germânica sobre o conjunto da população falante de latim vulgar hispânico (mais adiante, na segunda parte do capítulo, retomaremos esse argumento). Em outros âmbitos, como o jurídico e o religioso, os visigodos acabam por adaptar suas próprias tradições germânicas aos modelos hispano-romanos; assim, por exemplo, o Rei Recaredo se converteu ao catolicismo em 587 d.C., abjurando o cristianismo ariano, fé maioritária entre eles. A conversão da nobreza visigoda ao catolicismo e o III Concílio de Toledo, de 589, acabaram com a relativa tolerância religiosa que, até então, existia: os arianos foram considerados hereges e os judeus também sofreram brutais perseguições. Outra questão que deve ser considerada é a forma de governo vigente; como monarquia eletiva, com a morte de um rei, os nobres escolhiam o sucessor entre os seus pares, processo que produzia inúmeras disputas, assassinatos e intrigas.

No século VII, o surgimento do Islã modificou profundamente a configuração política surgida após a queda do Império Romano do Ocidente. O profeta Maomé (falecido em 632 d.C.) tinha unificado a Península da Arábia sob a autoridade da nova religião monoteísta. Nos anos seguintes, as forças islâmicas conquistaram a Síria (634-635), o Egito (640-641) e a região litorânea do Norte de África, tornando-se um agente político fundamental no Mar Mediterrâneo.

Como acabamos de estudar, o Reino Visigodo de Toledo era regido por uma monarquia eletiva. Após a morte do Rei Vitiza, no ano 710 d.C., a eleição do seu sucessor ficou em litígio nas cortes entre dois candidatos: Ágila II e Rodrigo. A facção partidária de Ágila II solicitou apoio ao governador muçulmano da África, convidando-o a enviar uma expedição à Península. As tropas muçulmanas cruzaram o estreito de Gibraltar sob o comando do general Tárique, em 711 d.C., e venceram o exército de Rodrigo, na batalha de Guadalete. Essa derrota do exército hispano-visigodo marca o fim do Reino de Toledo. Posteriormente, outro general árabe, Abdulaziz, subjuga a maioria das cidades do norte e consolida o domínio muçulmano sobre o território peninsular mediante uma política de pactos e tratados com os líderes locais. Assim, em 714 d.C., praticamente toda a península está sob dominação muçulmana e entra no universo cultural do Califado Omíada, com capital na cidade síria de Damasco. Os árabes chamarão a península com o nome de **Al-Andalus**, que provavelmente

deriva de *Vandalucia*, ou seja, a terra dos vândalos, povo germânico que, lembremos, tinha ocupado o sul da Hispânia romana e o litoral africano.

No entanto, parte das elites militares e políticas visigodas conseguiu escapar e encontrou abrigo no extremo norte, na região das Astúrias. A batalha de Covadonga (em 722 d.C.), uma escaramuça (conflito de breve duração) em que as forças de um nobre hispano-godo chamado Pelágio (*Pelayo*, em espanhol) venceram um destacamento muçulmano, foi interpretada tradicionalmente pela historiografia espanhola como marco de início do longo processo de retomada dos territórios ocupados que conhecemos como **Reconquista**. Segundo o *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española*, a Reconquista é a “recuperación del territorio hispano invadido por los musulmanes en 711 d. C., que termina con la toma de Granada en 1492”¹. A essa definição, podemos acrescentar que a Reconquista teve como consequência uma profunda reorganização territorial e o movimento de grupos expressivos de população. Desse modo, a Península Ibérica fica dividida por uma linha instável entre uma estreita faixa ao norte, formada por pequenos reinos e condados cristãos onde são faladas variedades românicas e o latim serve como língua da Igreja e da administração, e a região do centro e do sul, onde o Árabe, idioma sagrado do Alcorão, é a língua veicular e da cultura.

Dissemos anteriormente que a elite visigoda fugiu para o norte, mas a maior parte da população cristã não tinha condições de abandonar suas terras e continuou morando nelas. Alguns deles se converteram ao Islã e foram assimilando a nova cultura, outros continuaram professando o cristianismo; esses últimos precisavam pagar alguns impostos adicionais e recebiam o nome de **moçárabes**, termo adaptado de um particípio passado que em árabe significa “os submetidos aos árabes”.

Figura 2 – O Califado de Córdoba e os reinos cristãos ibéricos, por volta do ano 1.000 d.C.



Fonte: Crates/Wikimedia Commons.

¹ Disponível em: <<http://dle.rae.es/?id=VUOnlTV>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

Por outro lado, os exércitos do Reino Franco, dirigidos por Carlos Martel, mordomo do palácio de Paris, freiam a expansão muçulmana pela Europa ao vencerem a Batalha de Poitiers, em 25 de outubro de 732 d.C. Décadas mais tarde, os exércitos de Carlo Magno conquistam as cidades de Girona (em 785) e Barcelona (em 801), estabelecendo a Marca Hispânica (regiões fronteiriças fortificadas) na região dos Pireneus para proteger o seu próprio império dos ataques muçulmanos. Igualmente, o Reino das Astúrias se expande dando origem ao Reino de Leão e ao Reino da Galiza. Por sua vez, o Reino de Navarra se estabelece ao redor da cidade de Pamplona. No século IX, funda-se o Condado Portucalense, dependente de Leão e antecedente do Reino de Portugal. Nesse mesmo século, conforma-se um outro condado vassalo do Reino de Leão em uma faixa entre os territórios asturianos e bascos: o **Condado de Castela**. Os seus primeiros condes levantaram fortalezas ou reforçaram fortificações antigas para proteger os vales reconquistados; disso parece derivar o nome da própria região: Castela, a qual seria a terra dos castelos. Nessa pequena unidade política, localizada entre Burgos e La Rioja, configura-se o primitivo castelhano, embrião da língua espanhola. Já no século X, fundam-se mosteiros como Santo Domingo de Silos e San Millán de Yuso, centros de transmissão cultural. Entende-se que as primeiras manifestações escritas em língua românica procedam dos seus *scriptoria*, as salas onde os monges copiavam manuscritos.

Quanto à parte sob dominação muçulmana, Abderramão I translada a capital a Córdoba, em 756 d.C., fundando, assim, um emirado, independente do Oriente. Mais tarde, Abderramão III toma o título de califa, potestade suprema religiosa e civil, e proclama o **Califado de Córdoba** em 929 d.C. Al-Andalus vive uma época de esplendor cultural e econômico, mas a ambição de generais rivais inicia um período de anarquia que debilita o califado, até que, em 1031, proclama-se uma república que, por sua vez, fica dividida em múltiplos Estados independentes e rivais; os chamados de **Reinos de Taifas**. Os cristãos do norte aproveitam essa desordem para fazer avançar a Reconquista pelos vales dos rios Tejo e Ebro. Assim, o rei de Castela e de Leão, Afonso VI, retoma a cidade de Toledo, antiga capital visigoda, em 25 de maio de 1085. Porém, os almorávidas, uma nova dinastia muçulmana vinda do atual Marrocos, na África, conseguiram unificar os Reinos de Taifas sob a sua autoridade e estagnar o avanço cristão por um tempo.

2.2 A formação do castelhano e a diglossia entre o latim medieval e as línguas românicas

Para estudar o nascimento de uma língua, devemos considerar as causas internas e externas e as dinâmicas que ora aceleram e dinamizam os processos de mudança, ora os freiam e produzem nivelamentos. Toda língua representa um sistema aberto, composto por subsistemas (fonético-fonológico, morfossintático, léxico-semântico e pragmático) relacionados entre si. Aquelas mudanças que acontecem apenas em um desses subsistemas são consideradas como **microprocessos**; mas, quando as mudanças se concatenam e transformam a língua no seu conjunto, estamos diante de um **macroprocesso**, o qual pode anteceder ao surgimento de um novo idioma.

Além disso, os processos de mudança se originam em um determinado contexto social ou geográfico, onde crescem gradativamente até abranger o conjunto da comunidade de falantes. Cabe dizer que uma inovação não substitui as formas precedentes no momento em que surge e, conseqüentemente, formas que caíram em desuso continuam a ser entendidas de maneira passiva durante várias gerações. Assim, o *Diccionario de la Real Academia de la Lengua Española* ainda recolhe palavras do espanhol do século XVI como *asaz*, *aqueste*, *maquer*, *agora*, *maestre*²; as quais, hoje em dia, não são mais usadas pelos hispano-falantes e que, por incrível que pareça, também fizeram parte do acervo léxico do português.

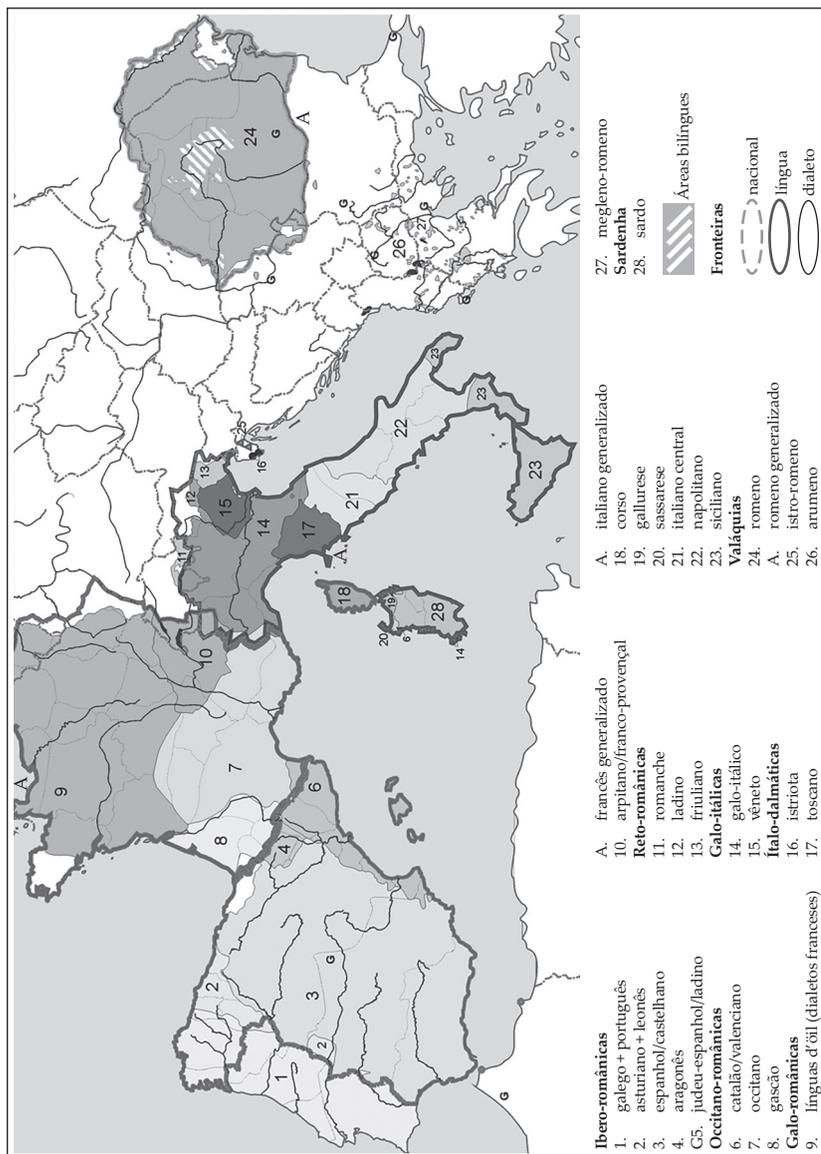
Do mesmo modo, o processo de mudança linguística pode estagnar e mesmo ser revertido a qualquer momento do seu desenvolvimento. Pensemos, por exemplo, naquelas palavras que surgiram como gírias na década de 1980 e que hoje soam antiquadas, como *gamado* para indicar “apaixonado”, *supimpa* para dizer que algo era “bom” ou “divertido” e *morô?* para confirmar se uma informação tinha sido compreendida pelo interlocutor. Já outras, contemporâneas daquelas, como *legal* e *beleza* vingaram e hoje são de uso geral no Brasil.

Voltando à nossa exposição, devemos precisar que as grandes crises históricas, políticas e sociais habitualmente aceleram os processos de transformação e dão origem a línguas novas. No caso que nos ocupa, a comunicação entre as regiões da Europa que tinham pertencido ao Império Romano esteve consideravelmente enfraquecida durante a Alta Idade Média. Além disso, a população romanizada, na sua interação com os novos invasores germânicos, deve ter reforçado aquelas tendências (latentes no latim vulgar) que simplificavam nuances fonéticas ou lexicais e davam preferência a formas morfológicas e construções sintáticas utilitárias.

O isolamento e as circunstâncias sociolinguísticas locais fizeram com que o latim seguisse evoluções próprias em cada região, dando origem a um conjunto de variedades que, posteriormente, cristalizaram-se nas chamadas **línguas românicas** ou **neolatinas**, das quais fazem parte o catalão, o espanhol, o francês, o galego, o italiano, o occitano, o português, o romanche, o romeno, o sardo e ainda outras variedades regionais (como o vêneto, o asturiano ou o siciliano) e crioulas (como o haitiano, o cabo-verdiano ou o papiamento). Outro conceito importante para a nossa exposição é o termo **România**, usado para reunir aqueles territórios onde se formaram as línguas românicas, sobre as ruínas das províncias conquistadas por Roma. Cabe salientar que ele possui um caráter fundamentalmente linguístico e cultural. O seguinte mapa permite visualizar as principais variedades românicas ou neolatinas faladas atualmente no espaço da România, na Europa.

² O leitor pode verificar o significado das palavras espanholas que aparecem como exemplos ao longo do livro no *Diccionario de la Lengua Española*, disponível em: <<http://dle.rae.es/>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

Figura 3 – Línguas românicas faladas na Europa.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A România não foi um espaço monolíngue, mas um ambiente aberto à influência de outros idiomas com os quais as variedades de latim conviveram. Tais influências tiveram um peso determinante como agentes da transformação do latim vulgar e da fragmentação das línguas românicas.

Primeiramente, consideramos a influência do **substrato** linguístico, ou seja, das línguas faladas em cada província à chegada dos romanos e que continuaram sendo usadas pelos falantes bilingües por longo tempo. Como estudado no primeiro capítulo, o substrato da Península Ibérica estava formado pelo ibero, o celta, o euskera e outras línguas menos

documentadas; palavras do espanhol como *colmena*, *barro* ou *sapo* provêm do substrato pré-romano. Em segundo lugar, os invasores germânicos utilizaram a própria língua como meio de comunicação da elite que, no entanto, estava em contato com a grande massa do povo hispano-romano agindo como **superestrato** e legando um número expressivo de termos, principalmente no campo bélico e político, como: *guerra*, *tregua*, *yelmo*, *rico*, *robar*. Também o árabe atuou com superestrato em Al-Andalus e transmitiu uma grande quantidade de palavras, como *aceite*, *aceituna*, *noria*, *alcalde*, *azúcar*, *arroz*, *acequia*.

Por último, se o substrato define a influência da língua dos vencidos sobre a língua dos vencedores e o superestrato define a influência da língua dos vencedores sobre a língua dos vencidos, as influências derivadas da contiguidade territorial entre dois idiomas e/ou culturas recebe o nome de **abstrato**. Desse modo, o grego, utilizado em toda a área do Império Romano do Oriente, agiu como língua de abstrato sobre o latim, falado no Império Romano do Ocidente, legando palavras como *piedra*, *cima*, *cementerio*, *iglesia* e tantas outras. Cabe frisar que a influência do substrato, superestrato e abstrato não acontece apenas no nível lexical, mas abrange todos os subsistemas da língua, como a fonética, a sintaxe, a morfologia e a pragmática.

Durante toda a Idade Média, o latim escrito serviu como abstrato das línguas românicas em formação, do qual tomaram os chamados cultismos e semicultismos. Nesse último caso, observamos que a contiguidade não possui caráter geográfico, mas cultural, entre língua escrita e língua falada. Essa questão merece uma análise mais aprofundada. Tínhamos observado que o latim apresentava registros diferentes: por um lado, como língua escrita, escassamente permeável às mudanças, servia à administração e à literatura; por outro lado, o latim falado pelo conjunto do povo era expressivo, instável e em contínuo processo de transformação. Esses usos linguísticos convivem ao longo da Alta Idade Média, produzindo uma situação de **diglossia latino-românica**, em que, dentro da sociedade, convivem duas variedades linguísticas, mais ou menos semelhantes, que realizam funções diferentes: a primeira, ou variedade alta (A), é a única língua escrita e de comunicação formal, e a segunda, ou variedade baixa (B), é o meio de comunicação oral cotidiano, que não dispõe de acesso aos registros formais e escritos. Certamente, em Al-Andalus a situação resulta diferente, pois ali o árabe substituiu o latim nas funções da língua A, enquanto o moçárabe e o árabe-hispano realizavam as funções da língua B.

Nesse contexto diglótico, a linguagem escrita era considerada como uma variedade especializada da língua falada, apesar das grandes diferenças que existiam entre ambas. O grande hispanista Roger Wright explica que as sociedades romanizadas se enxergavam como monolíngues, falantes do *sermo romanus* ou *sermo latinus*. Entretanto, foi surgindo uma consciência da autonomia da língua falada do vernáculo românico. Essa consciência fez-se mais forte naqueles territórios onde a língua vernácula era mais inovadora e, portanto, estava mais claramente emancipada do latim escrito, tal era o caso no norte da França. Assim, em 813 d.C., bispos reunidos por Carlos Magno no Concílio de Tours decidem que sermões

e prédicas deixem de ser produzido em latim, e sejam ditas em alemão, nos territórios germânicos, e em *rusticam romanam linguam* nos territórios que hoje pertencem à França. As reformas ortográficas carolíngias reformulam o modelo de língua escrita, o latim medieval, aprofundando a brecha com o vernáculo românico falado. Destarte, podemos concluir que os alicerces dos conceitos de latim e línguas românicas são metalinguísticos, ou seja, estão baseados na (re)interpretação de modelos escritos e ortográficos, de acordo com as teses de Wright (1989) e Finbow (2011). Em outras palavras, se o que afastava o latim vulgar do latim clássico como variedades de uma mesma língua dependia de mudanças internas, a tomada de consciência que interrompe a tradição tardo-latina e separa o latim das línguas românicas está atrelada a fenômenos socioculturais.

Nossa argumentação serve para resumir as transformações internas e externas na România, mas é necessário que observemos atentamente às especificidades da Península Ibérica e do contexto em que surgiu o castelhano. No primeiro capítulo, aprendemos que a Hispânia entrou muito cedo no mundo cultural latino e foi profundamente romanizada durante mais de seis séculos. Os linguistas consideram que as **línguas ibero-românicas** atuais (ou seja, o galego-português, o asturiano-leonês e o castelhano) são continuadoras de um latim mais arcaico e conservador, em comparação com as línguas irmãs que se formaram na Gália e na Itália (como o francês, o occitano, o italiano e mesmo o catalão). Por exemplo, o verbo *comer* do espanhol e do português procede do latim vulgar **comedere*, derivado do clássico EDERE; já o francês *manger*, o italiano *mangiare* e o catalão *menjar* derivam de MANDUCARE; da mesma forma, o adjetivo *todo/a* do espanhol e do português procede da forma clássica TOTUS/A; enquanto o francês *tout/e*, o italiano *tutto/a* e o catalão *tot/a* derivam da forma enfática e popular TOTTUS/A. Alguns fatores justificam essa particularidade das línguas ibero-românicas como a romanização antiga e a posição periférica da Península Ibérica, que conservou formas em desuso nas províncias centrais do Império.

Igualmente, sabemos que o sul da Hispânia e o litoral mediterrâneo foram as regiões onde mais profundamente penetrou a língua e a cultura romanas. Também foi nessas mesmas áreas centrais onde o Reino Visigodo conseguiu manter um maior controle e onde se localizavam as cidades principais, como Sevilha, Córdoba e Toledo. Mas foram essas mesmas regiões as que ficaram sob a dominação árabe. Como vimos na primeira parte, apenas as elites visigodas fugiram para o norte, enquanto a população hispano-romana, de religião cristã, continuou morando em Al-Andalus e passou a ser chamada de moçárabe. Conhecemos a língua deles graças a alguns glossários, à toponímia (nomes próprios de localidades) e a uns breves poemas chamados de *carjas*, que estudaremos na terceira parte. Ademais, o moçárabe deixou algumas palavras em espanhol (como *gazpacho*, *panarra*, *cherná*, *cauza*) e também foi determinante para a conformação do andaluz, um conjunto de falares derivados do castelhano que terá um papel fundamental na origem e no desenvolvimento do espanhol na América. Entretanto, o avanço da Reconquista provocou o desaparecimento do moçárabe, já que os seus falantes ou emigraram para as regiões conquistadas ou convergiram com as línguas do norte quando cidades como Toledo, Lisboa ou Valência foram retomadas.

A situação linguística resulta bastante diferente nos pequenos reinos cristãos do norte que permaneceram independentes à conquista árabe. Essas regiões haviam sido romanizadas de forma mais superficial. Cabe dizer que, uma vez conquistado um novo território – cidade, povoado, vale –, este era repovoado por cristãos vindos de diferentes regiões, mais ou menos próximas; cada um trazia suas próprias variedades linguísticas que, transplantadas ao novo contexto, tendiam a convergir. Esse processo reestruturou profundamente o panorama linguístico prévio. Assim, ao final do século X, já estavam conformados cinco falares neolatinos bem diferenciados entre si. Na parte mais ocidental, encontramos o galego (do qual surgirá o português); em seguida, o Astur-Leonês falado no Reino de Leão; o castelhano, formado ao redor de Burgos e no vale de La Rioja; o navarro-aragonês, nos vales pirenaicos; e o catalão, no Condado de Barcelona, na chamada “Catalunha Velha”. Além desses cinco blocos românicos, o euskara continuava sendo falado na Navarra e nas proximidades do Golfo de Biscaia.

É precisamente no contexto de bilinguismo românico-euskara que se origina o castelhano. Ele apresenta traços inovadores na relação com os outros dialetos românicos peninsulares; entre os quais, apresentaremos os mais relevantes de maneira sucinta. Começamos por referir a aspiração e posterior perda de /f/. Procedentes dos étimos (isto é, termos que servem de base à formação de outras palavras) latinos FILIUS, FARINA, FACERE, em espanhol, temos *hijo*, *harina*, *hacer*, e, em português, *filho*, *farinha* e *fazer*. O som de /f/ se conservou em determinados casos, como diante do ditongo /we/: *fuego*, *fue*. Uma outra característica é a ditongação de /ɔ/ e /ε/ em sílaba aberta e travada; assim, os étimos latinos DECEM, SEPTEM, FOCUS, FORTIA produzem, em espanhol, as formas *diez*, *siete*, *fuego* e *fuera*, e, em português, *dez*, *sete*, *fogo* e *força*. Em presença do fonema /j/ não acontece a ditongação, como em *hoja* < FOLIA, *ojo* < OCULUS ou *espejo* < SPECULOS. Os grupos fl-, pl- e cl- são palatalizados e perdem o elemento oclusivo: assim *llama* < FLAMA, *lluvia* < PLUVIA e *llave* < CLAVE(M); em português, os mesmos étimos evoluem para *chama*, *chuva* e *chave*. Já outras inovações são comuns às demais línguas românicas peninsulares, como a sonorização das consoantes oclusivas surdas intervocálicas (*lobo* < LUPUS, *todo* < TOTUS, *agua* < AQUA) ou a vocalização do grupo -ct- > -it-, moderno < -ch-; como LACTE(M) que primeiro passa a *laite* > *leite* e, no século XII, palataliza em castelhano: *leche*. As inovações não se restringem ao plano fonético e abrangem a morfossintaxe. Surgem novas preposições (como *desde*, *hasta*, *para*, *hacia*) e tempos verbais (como o futuro derivado de CANTARE + HABEO > *cantará*). Algumas outras características e particularidades do castelhano firmam-se progressivamente nos séculos sucessivos e, portanto, serão matéria nos próximos capítulos.

Em síntese, nestes parágrafos, balizamos a época das origens, quando o castelhano está nascendo como língua que procede do latim, mas que possui uma personalidade própria que a distingue tanto da língua-mãe como das outras irmãs românicas vizinhas.

2.3 Panorama cultural na chamada *Idade das Trevas*

O termo *Idade das Trevas* foi cunhado pela historiografia para definir o período que abarca desde o século V até o IX. Possuímos documentação escrita limitada referente a essa época, um “silêncio” produzido pela crise demográfica, cultural e econômica que sofreu a maior parte da Europa. Como estudamos em partes precedentes, o regime feudal dividia o território em pequenos núcleos fechados em si mesmos e com escassa comunicação. O acesso ao mundo letrado ficava restrito, quase exclusivamente, a uma minoria de homens, como clérigos e monges, pois mesmo os nobres costumavam ser analfabetos. Sendo assim, não surpreende que a maioria dos documentos da época provenham precisamente dos códices litúrgicos, jurídicos e dos glossários conservados nos mosteiros.

Apesar das divergências entre a língua falada e a forma escrita, o latim continua servindo como veículo de produção literária durante toda a Idade Média. Esse é um latim que apresenta as marcas das línguas maternas dos sábios que compunham as obras ou dos monges que as copiavam e, dessa maneira, pode ser classificado sob o nome de **latim medieval**. No Reino Visigodo de Toledo, encontramos figuras intelectuais como Martim e Frutuoso, em Braga; Ildefonso e Julián, em Toledo; Bráulio e Tajón, em Zaragoza e Leandro em Sevilha. Para muitos especialistas, a figura mais representativa desse grupo é **Isidoro de Sevilha** (560 d.C. a 636 d.C.). Na sua produção, destacam-se as *Etymologiae* ou *Origens*, que, de certa forma, foram precursoras das modernas enciclopédias, pois reuniam o saber do mundo clássico e da Antiguidade. Ao todo, Isidoro cita 154 autores, fontes que ele próprio leu ou consultou em outras coletâneas preexistentes, sintetizando, assim, o conhecimento que os romanos haviam acumulado para repassá-lo às gerações futuras. O bispo Bráulio, a quem Isidoro dedicou sua obra, dividiu as *Etymologiae* em vinte livros com temáticas que vão desde a descrição dos povos, as línguas e os países do mundo até o comentário da arquitetura, da organização da casa ou da flora e fauna. Também há um volume dedicado às origens das palavras; dessa parte surge o moderno termo *etimologia* como ciência que esclarece a procedência e evolução das vozes de um idioma.

Outra obra que merece ser citada é o *Comentário ao Apocalipse de São João* (*Commentarium in Apocalypsin*) escrito por um monge conhecido como o **Beato de Liébana**, que viveu durante o século VIII no Mosteiro de Santo Toribio de Liébana, no norte da Espanha, onde provavelmente achou refúgio após a invasão árabe. Na sua obra, não se limita a comentar e decifrar o sentido dos versos do *Apocalipse*, mas acrescenta citações de autores clássicos e teólogos, assim como referências político-jurídicas e geográficas afastadas do seu entorno imediato. A repercussão dessa obra foi grande na Europa medieval, como provam as cópias feitas do manuscrito que circularam pelos principais centros de saber da época.

Como explicamos na primeira parte do capítulo, o árabe serve como língua religiosa, administrativa e de cultura em Al-Andalus, de forma análoga ao papel que o latim desempenha nas sociedades cristãs da Europa Ocidental. Nessa língua, **Averróis** escreveu seus tratados e comentários. Nascido em Córdoba em 1126, foi responsável pela reintrodução do pensamento de Aristóteles no mundo árabe e na Europa. Um dos mais célebres, conhecido como a *Destruição da destruição* ou a *Incoerência da incoerência* – em árabe *Tahafut al-tahafut* –, incentivou longas discussões sobre as relações entre filosofia e teologia tanto entre outros sábios árabes quanto no âmbito cultural cristão e latino. Por sua vez, os judeus utilizavam o hebreu como língua sagrada e de cultura.

Em Al-Andalus, o poeta Muqaddam al-Qabrí cria, no século X, um tipo de lírica culta conhecida como *moachaha* (transliterada como *moaxaja*, na tradição filológica hispana); este nome significa “enfeitada” em árabe, por ser uma poesia delicada e por abordar temática amorosa. Outros poetas cultivam o gênero em língua árabe e hebraica. As *moachahas* se compõem de um prelúdio, várias estrofes e concluem com uma “saída”, isto é, o que significa em árabe a palavra *carja* (transliterada como *jarcha*, na tradição filológica hispana). Mas a *carja* não se escrevia em árabe senão na variedade românica que ainda se falava em Al-Andalus: o moçárabe. Por isso, as *carjas* trazem informações preciosas sobre a hibridação linguística e cultural e sobre a evolução do latim e a formação das línguas românicas na Península Ibérica. A respeito do conteúdo, nelas destaca a voz feminina que conversa com irmãs, amigas ou com a mãe e sente saudades do amigo. Por esse motivo, muitos críticos literários enxergam nas *carjas* um precursor da poesia lírica trovadoresca.

Mas como era aquela língua moçárabe? Vejamos um exemplo de *carja*³:

Vayse meu corachon de mib
ya Rabb, si se mi tornerad
tan mal meu doler li-l-habib
enfermo yed, cuándo sanarad.

Vai-se meu coração de mim
Ó Deus, se ele tornará?
tanta é minha dor pelo amigo
está enfermo, quando sanará?

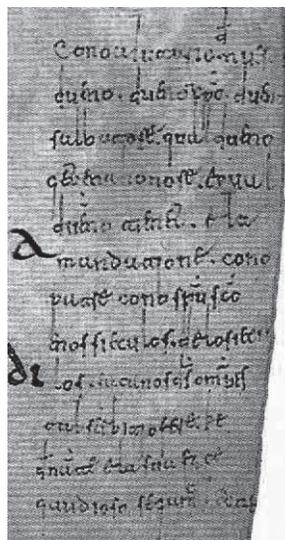
Uma dificuldade dos filólogos que trabalham com estes textos é que as *carjas* estão escritas em língua românica, mas com alfabeto árabe ou hebreu, o que dificulta a sua correta interpretação fonética e transliteração. Aqueles textos redigidos em alguma variedade românica utilizando o alfabeto árabe ou hebraico recebem o nome de *aljamia*, e, no terceiro capítulo, veremos que as *carjas* não foram uma exceção, pois existem outros documentos e textos literários escritos em *aljamia* na Baixa Idade Média.

A respeito dos territórios cristãos, havíamos estudado que as transformações culturais são lentas e complexas e que não houve uma brusca substituição do latim medieval pelas línguas românicas nos meios escritos. Assim, durante Alta Idade Média, o castelhano (e as outras variedades neolatinas) ainda não tem acesso à escrita, mas já se pode intuir a sua presença nos documentos notariais (isto é, documentos públicos) redigidos em latim durante os séculos VIII, IX e X. Aparecem, assim, algumas manifestações românicas, às vezes, como

³ Disponível em: <<http://www.jarchas.net/jarcha-9.html>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

resultado do desleixo ou da falta de conhecimentos gramaticais do escrivão, mas também pela necessidade de facilitar a compreensão do texto. Tais indícios costumam manifestar-se na onomástica e na antroponímia (ou seja, nos nomes dos proprietários, testemunhas, herdeiros) e na toponímia (os nomes das propriedades registradas naquelas atas notariais).

Figura 4 – Detalhe da página 72 do *Códice Emilianense*.



Fonte: Wikimedia Commons.

O professor Ramón Menéndez Pidal, precursor da filologia hispânica, reuniu a maior parte dos textos mais antigos na sua obra *Documentos lingüísticos de España I. Reino de Castilla*, publicado em 1966. Entre eles, destacam-se as *Glossas Emilianenses*, que são anotações, escritas na variedade riojana da língua românica navarro-aragonesa, como comentários à margem e entre as linhas de um texto latino, o *Códex Aemilianensis 60*, conservado atualmente na Biblioteca da Real Academia de la Historia em Madri. Escritas em meados do século X, aquelas glossas eram notas destinadas a ajudar o leitor na interpretação do texto e explicar-lhes aqueles termos cujo conteúdo resultasse ambíguo ou resolver dificuldades sintáticas e morfológicas. Por exemplo, a expressão latina *adiubante domino nostro* é glossada como *cono aiutorio de nuestro dueno*⁴.

Observamos que a sintaxe já é românica (*com a ajuda do nosso senhor*), enquanto como traço fonético chama a atenção a ditongação de /ɔ/ < /we/ (*nostro* > *nuestro*, *domino* > *dueno*, atual *dueño*). Um fato relevante é que o escrivão também colocou glossas em euskara e no chamado latim visigótico. O fato se justifica pela localização do mosteiro onde o documento foi redigido, San Millán de Yuso, em La Rioja, que, na época, devia ser ainda uma região bilingue românico-euskara. Assim como no caso das *carjas*, as glossas são testemunhas da hibridação cultural e linguística na Alta Idade Média Peninsular.

Junto às *Glossas Emilianenses*, existem outros documentos coetâneos escritos em variedades românicas na Península Ibérica. Os *Cartularios de Valpuesta* são uma série de documentos

⁴ Disponível em: <<http://www.vallenajerilla.com/berceo/turzamuro/glosasemilianenses.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

redigidos em um latim que deixa transluzir a variedade românica falada; a *Nodicia de Kesos*, ponte entre o latim hispânico medieval e o leonês; e a *Notícia de Torto*, no âmbito galego-português. As línguas não nascem em um momento preciso nem em um lugar particular; por isso, independente de qual seja o mais antigo, todos demonstram um uso consciente da língua vernácula, que surge com suas características nitidamente diferenciadas do latim.

Os primeiros documentos dessas línguas em formação foram classificados por gêneros, com a distinção entre aqueles que tinham caráter religioso (prédicas, sermões e vidas dos santos) e aqueles que tinham caráter profano (textos jurídicos e administrativos). Essas primeiras tentativas servirão de alicerce para a literatura em castelhano, galego-português, leonês e aragonês que aparece vigorosamente já no início do século XIII.

+ Ampliando seus conhecimentos

Ibéria: a transferência de tradições discursivas e normas escritas

(FINBOW, 2011, p. 109-111).

A reforma carolíngia não foi promulgada nos reinos cristãos do noroeste da Península Ibérica e, portanto, o monolingüismo complexo tardo-latino continuou a vigorar naquela região durante uns trezentos anos a mais do que nos territórios sujeitos aos carolíngios e seus sucessores. Finalmente, no final do século XI, a Reforma Gregoriana foi promulgada nos reinos de Aragão e Leão (no primeiro, a partir de 1070, e no segundo, a partir do Conselho de Burgos, em 1080). Esse evento tratou principalmente da substituição da liturgia hispânica "visigótica" tradicional pela liturgia "romana", cujo uso foi generalizado pelo resto da cristandade ocidental, cujo veículo linguístico foi o latim medieval descendido do latim reformado carolíngio.

Uma vez que o rei leonês Afonso VI iniciou a reforma no seu domínio, uma onda de clérigos franceses, occitanos e catalães ocupou as posições destacadas da Igreja e na vida monástica durante várias décadas. Wright interpreta esse evento como o resultado do clero leonês desconhecer o latim medieval que servia como o veículo da liturgia romana que o Conselho de Burgos havia acabado de promulgar no reino de Leão. Os estrangeiros vieram para supervisionar a reforma, mas especialmente para ensinar o latim medieval que era desconhecido até então na sociedade monolíngue na língua latina ([la'di.na] ou la'di.ɲa).

As análises de Wright (1982, 1988, 1992, 1993a, b, c, d, 1994a, 1998, 1999, 200a&b, 2005), Emiliano (1988, 1991, 1993, 2003a&b, 2004), Emiliano e Pedro (2004), Blake (1991a&b, 1992, 1995) e Pensado (1991, 1998), entre outros, revelam como a antiga norma escrita latino-românica que havia apoiado o monolinguismo complexo tardo-latino na sociedade cristã ibérica durante séculos foi sujeita a duas correntes simultâneas e opostas de *deslatinização* e *latinização* para criar a modalidade “latina” e “românica” medievais, iguais às que já existiam no resto da Europa Ocidental além dos Pirineus.

Note-se que até a forma dos nomes desses conceitos são estrangeiros no contexto ibérico. As palavras *latim* e *latín* e *romance* ou *romanço* e *língua* ou *lenguaje* são reconhecíveis pela fonologia como empréstimos léxicos galo-românicos (< *latin*, *llatí*; *romans*; *langage*) para referir a conceitos que faltavam na sociedade ibérica. Se fossem termos nativos derivados diretamente do latim ibérico, esperaríamos algo como *ladino* ou *ladinho*.

Atividades

Com base na leitura da segunda unidade do livro, responda às questões que apresentamos a seguir:

1. Explique brevemente o que é uma língua românica e escreva os nomes dos principais membros dessa família linguística.
2. Liste e descreva alguns dos traços fonéticos mais marcantes do castelhano primitivo frente ao latim e a outras línguas neolatinas.
3. Identifique as produções textuais da Península Ibérica durante a Alta Idade Média citadas no texto e refira em quais línguas ou variedades foram redigidas cada uma delas.
4. Nessa aula, apresentamos as *carjas* (ou *jarchas*) como testemunhas da tradição lírica em Al-Andalus; elas estavam redigidas em variedades românicas, chamadas de moçárabe, e escritas usando o alfabeto árabe. A transliteração, ou reescrita em alfabeto latino-ocidental produziu diversas interpretações desses textos. No seguinte *site* <<http://www.jarchas.net/>>, você pode encontrar a maior parte das *carjas* conservadas e, clicando em qualquer uma delas, aparece uma descrição completa das várias transliterações e transcrições possíveis seguidas de interpretações, ou traduções, para várias línguas modernas, entre elas o português. Escolha duas *carjas* e copie uma de suas transcrições, depois analise brevemente o que expressa.

Referências

BUSTOS TOVAR, José Jesús. La escisión latín-romance, el nacimiento de las lenguas romances: el castellano. En: CANO, Rafael (coord.). **Historia de la Lengua Española**. Barcelona: Ariel, 2013. p. 256-290.

CANO, Ana. Del latín vulgar a los primeros romances. Aparición del romance en la escrita. In: GARGALLO Gil, J. E; REINAS Bastardas, M. (coords.). **Manual de lingüística románica**. Barcelona: Ariel, 2007.

CARJAS. Disponível em: <<http://www.jarchas.net/>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

DICCIONARIO de la real academia de la lengua española (DRAE). Disponível em: <<http://dle.rae.es>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

ECO, Umberto. **Alto Medioevo. Storia politica, economica, sociale**. Roma: Gruppo Editoriale L'Espresso, 2014. v. 1.

FINBOW, Thomas Daniel. A formação dos conceitos de “latim” e de “romance”. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 89-119.

GLOSSAS Emilianenses. Disponível em: <<http://www.vallenajerilla.com/berceo/turzamuro/glosase-milianenses.htm>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

WRIGHT, Roger. **Latín tardío y romance temprano en España y la Francia carolingia**. Tradução de Rosa Lalor. Madrid: Gredos, 1989.

Resolução

1. As línguas românicas também são conhecidas como línguas neolatinas porque surgiram das evoluções locais do latim vulgar, falado nas diferentes regiões do Império Romano do Ocidente. Assim, essa família linguística procede do latim, que, por sua vez, pertence ao ramo das línguas itálicas da família indo-europeia. Atualmente, as línguas românicas são faladas praticamente em todos os continentes. Exemplos de língua românica são o catalão, o espanhol, o francês, o galego, o italiano, o occitano, o português, o romanche, o romeno, o sardo e ainda outras variedades regionais (como o vêneto, o asturiano ou o siciliano) e crioulas (como o haitiano, o cabo-verdiano ou o papiamentu).
2. O castelhano apresenta alguns traços inovadores próprios. No nível fonético, destacou-se na época da sua origem a aspiração e posterior perda de /f/; assim, procedentes dos étimos latinos FILIUS, FARINA, FACERE, temos *hijo*, *harina* y *hacer* (em português, *filho*, *farinha* e *fazer*). O som de /f/ se conservou diante do ditongo /we/: *fuego*, *fue*. Outra característica marcante é a ditongação de /ɔ/ e /ε/ em sílaba aberta e travada; assim, os étimos latinos DECEM, SEPTEM, FOCUS, FORTIA produziram *diez*, *siete*, *fuego* e *fuera* (em português, *dez*, *sete*, *fogo* e *força*). Em presença de *yod* não acontece a ditongação, como em *hoja* < FOLIA, *ojo* < OCULUS. Por último, os grupos fl-, pl- e cl- são palatalizados e perdem o elemento oclusivo: *llama* < FLAMA, *lluvia* < PLUVIA e *llave* < CLAVE(M); (em português, *chama*, *chuva* e *chave*).

3. Para responder a essa questão, podemos estabelecer uma separação entre produções cultas e populares. No primeiro grupo, o âmbito cultural cristão utilizou o latim medieval como língua de expressão. Entre essas produções, cabe salientar as *Etymologiae*, escritas por Isidoro de Sevilha, e o *Commentarium in Apocalypsin*, escrito pelo Beato de Liébana. Já no âmbito muçulmano, temos os comentários sobre Aristóteles escritos em língua árabe pelo filósofo cordobês Averróis, entre os quais vale citar *Tahafut al-tahafut*. No que tange às produções populares, as carjas, escritas em moçárabe, e as *Glossas Emilianenses*, escritas na variedade riojana do navarro-aragonês, mostram, junto a outros documentos notariais, administrativos e religiosos, o progressivo acesso das línguas vernáculas aos registros escritos.
4. Exemplo do exercício:

1 *Vays meu coraçõ de mib*

2 *ya rabb, si se (?) mi tornerad*

3 *tan mal meu doler li-l-habib*

4 *enfermo...cuándo sanarad.*

Interpretação em castelhano por García Gómez 1950:

1 *Mi corazón se me va de mí.*

2 *Oh Dios, ¿acaso se me tornará?*

3 *¡Tan fuerte mi dolor por el amigo!*

4 *Enfermo está, ¿cuándo sanará?*

Interpretação em castelhano, por Rodrigues Lapa 1966:

1 *Vai-se o meu coração de mim,*

2 *ai, Deus, quem sabe se voltará.*

3 *E tão grande a minha dor pelo amigo!*

4 *Enfermo está, cuando ficará bom?*

Interpretação: Na *carja* (*jarcha*) número 9 (disponível em: <<http://www.jarchas.net/jarcha-9.html>>, acesso em: 31 mar. 2017) a voz lírica é feminina e se lamenta pela ausência do amigo esperando o seu retorno. É um poema singelo de quatro versos em que rimam o primeiro e o terceiro e o segundo e o quarto. As várias transcrições e transliterações permitem observar evoluções próprias do moçárabe como *mib*, espanhol *mí*, português *mim*; terceira pessoa do futuro formada em -ad *sanarad*, *tornarad*, espanhol *sanará*, *tornará*. Também há palavras procedentes do árabe *rabb* (senhor/deus), *habib* (amigo/amado).

O castelhano medieval

A produção dos primeiros documentos escritos em línguas românicas na Península Ibérica, datados dos séculos X e XI, serviu como marco para concluir o capítulo passado. Neste, daremos prosseguimento a essa exposição com a abordagem da progressão do castelhano durante a Baixa Idade Média, quando assume novas funções e registros como **língua da chancelaria** do Reino de Castela e como **meio de expressão** de uma incipiente literatura. Conheceremos os acontecimentos políticos e militares que permitiram que as variedades românicas setentrionais – e, especificamente, o castelhano – fossem implantadas no sul, ocupando gradativamente os vales da Península: o Douro e Ebro, o Tejo e Segura e, finalmente, o Guadalquivir e Guadiana. Também estudaremos as mudanças gramaticais acontecidas em castelhano medieval e concluiremos com a apresentação do panorama cultural até 1492.

3.1 O reino de Castela durante a Baixa Idade Média

Baixa Idade Média é como é chamada a última parte do período medieval (entre os séculos XI e XV), já que esse período compartilha certos traços políticos, culturais e econômicos. O sistema feudal alcançou o seu maior desenvolvimento e a autoridade do rei conseguiu, progressivamente, concentrar o poder ao estabelecer as bases dos estados absolutistas da Idade Moderna. O comércio foi reativado e as cidades voltaram a crescer. Também aumentou a população, apesar da epidemia de peste bubônica ocorrida entre 1347 e 1353. Essa foi a época das Cruzadas, das viagens do comerciante veneziano Marco Polo para o Oriente e da construção das grandes catedrais góticas. Já no século XIV, começaram a circular pelos estados europeus as ideias do Humanismo e do Renascimento procedentes da Itália.

Fundaram-se as **primeiras universidades** em várias cidades, como a de Bolonha, na Itália (1088), A Sorbonne, em Paris (1090), a de Montpellier, também na França (1169), e a de Oxford na Inglaterra (1096). Na Península Ibérica, as mais antigas são as de Palência, fundada em 1208 – e transferida a Valladolid, em 1241 –, a de Salamanca (1218) e a de Coimbra (1290), em Portugal. Sob o controle da Igreja, as universidades outorgavam diplomas em Teologia, Direito, Medicina e Artes. Na época, a língua de ensino era o latim. Cabe dizer que, mesmo se a universidade hoje é considerada uma instituição historicamente europeia, no mundo árabe existiam instituições semelhantes: as madraças ou escolas corânicas.

Ao mesmo tempo, difundiram-se novas tecnologias que iriam revolucionar a transmissão dos saberes: o papel, procedente da China, começou a substituir os pergaminhos, e, por volta de 1450, o alemão Johannes Gutenberg inventou a **prensa de tipos móveis**, com base nas prensas usadas na produção de vinho.

Na Península Ibérica, o processo da Reconquista muda de ritmo; enquanto foram necessários quatro séculos para consolidar os reinos cristãos na metade norte da península, a maior parte do sul é reconquistada em menos de meio século. A **Batalha de Las Navas de Tolosa**, de 1212, conhecida na historiografia árabe como a Batalha de Al-Uqab, serve como ponto de inflexão. Na batalha, um exército formado pela aliança dos reis Dom Afonso VIII, de Castela, Dom Pedro II, de Aragão, Dom Sancho VII, de Navarra, e Dom Afonso II, de Portugal, derrotou as tropas do califa Almóada Muhammad an-Nasir, nas imediações da atual província de Jaen. Nas décadas seguintes, os reinos cristãos tomam o controle do Vale do Guadalquivir, restando apenas o Reino de Granada como bastião muçulmano.

Em 1522, também o **Reino de Navarra**, ao norte, foi anexado à Coroa Hispânica. Mas os interesses expansionistas da monarquia dual não se limitavam à Península Ibérica e compreendiam diferentes Estados europeus e territórios ultramarinos.

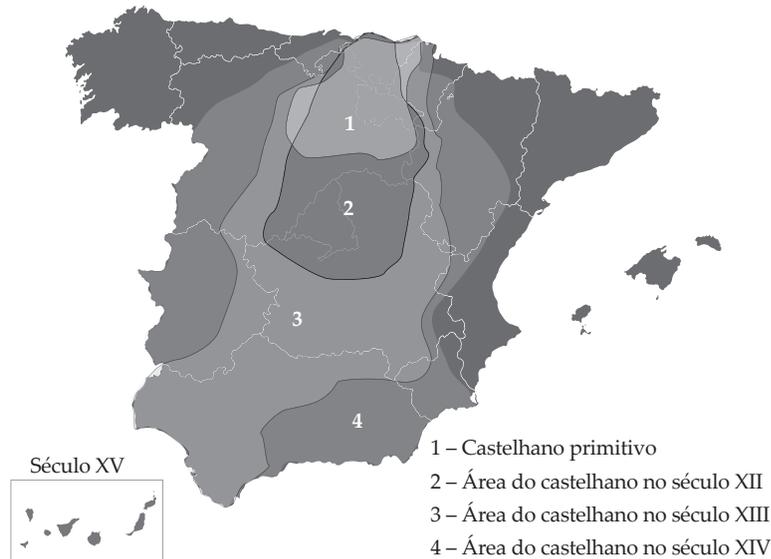
Em 1402, a expedição dos navegantes franceses Jean de Bethencourt e Gadifer de la Salle conquistou a Ilha de Lançarote em nome do rei de Castela. Mas, por causa da resistência do povo local, os **Guanches**, a conquista das **Ilhas Canárias** só foi concluída em 1496, com a tomada da Ilha de Tenerife. Localizado no litoral africano, esse arquipélago vulcânico já era conhecido na Antiguidade e os romanos lhe deram esse nome pela quantidade de cães (*canis*, em latim) selvagens que moravam ali. A conquista das Ilhas Canárias serve como antecedente à conquista da América, visto que, em ambos os casos, houve a destruição quase completa da cultura indígena, a imposição do cristianismo e a miscigenação entre nativos e colonizadores. As Canárias também foram o primeiro território onde o castelhano foi transplantado fora do solo peninsular e, por isso, constituem uma *ponte*, do ponto de vista da linguística, entre a Espanha e os países hispano-americanos, como estudaremos nos próximos capítulos.

3.2 Expansão territorial e mudanças linguísticas do castelhano medieval

No segundo capítulo, examinamos como o surgimento da escrita nas línguas românicas demonstra a consciência que aquelas comunidades já tinham a respeito de suas próprias características e especificidades. Conseqüentemente, sobre o *continuum* fluido que cobriu os territórios romanizados durante a Antiguidade tardia e a Alta Idade Média, começam a demarcar-se fronteiras linguísticas, em decorrência do uso de determinadas normas gramaticais e focalização de certos traços. Em outras palavras, as sociedades falantes de línguas românicas percebem que a sua língua não é mais o latim, mas um idioma novo, emergido do primeiro por um processo de transformação. Como realidade nova, começa a ser chamado de “romance”, de “linguagem”; ou recebe nomes locais, como castelhano, galego, francês, limusino.

No caso do **castelhano**, este era originalmente um **dialeto setentrional**, dotado de traços inovadores particulares, centrado ao redor de Burgos e no Vale de La Rioja. O avanço da Reconquista implanta-o progressivamente nas regiões centrais e meridionais da península, anulando ou absorvendo outras variedades autóctones, como se pode observar no seguinte mapa.

Figura 3 – A expansão do castelhano.



Fonte: IESDE BRASIL S/A.

Mas como poderíamos reconstruir a projeção da língua, que tão claramente se evidencia no mapa? Linguistas e historiadores explicam que nas terras – cidades, povoados, vales – tomadas pelos reinos cristãos dos muçulmanos, instalavam-se pessoas vindas do norte. Podemos imaginar que a composição linguística devia ser, no início, enormemente heterogênea, com repovoadores falantes de castelhano, de outras variedades setentrionais (asturiano-leonês, galego-português ou aragonês) e também de euskera, moçárabes vindos do sul, populações arabófonas que decidiam permanecer, e judeus. Nos séculos XII e XIII ainda se instalaram nesses territórios grupos vindos da França que falavam francês e occitano. Nesse panorama, a variedade setentrional, utilizada pelos novos senhores e portadora de prestígio social, deve ter sido progressivamente adotada pelo conjunto da população. Todavia, traços dos outros falares teriam permanecido como substrato e conformaram a nova fisionomia da língua reimplantada. Essa teoria pode explicar as diferenças dialetais que se observam hoje nas línguas da Península Ibérica entre as falas setentrionais e meridionais, como estudaremos no sétimo capítulo.

Como resultado desses contatos e da própria deriva da língua, aconteceu no castelhano uma série de **mudanças e ajustes** entre os séculos XI e XV, as quais servem de ponte entre as formas registradas nos primeiros documentos e a língua que será cultivada durante o *Siglo de Oro*. Cabe dizer que a produção literária teve um papel central no nivelamento gramatical e na promoção ou rejeição das mudanças linguísticas.

A seguir, analisaremos essas mudanças resumidamente, separando os vários níveis gramaticais: o fonético-fonológico, o morfossintático, o lexical e o pragmático.

Começamos então pelas mudanças registradas no nível **fonético e fonológico**. Os documentos induzem a acreditar que, na Baixa Idade Média, o **sistema vocálico** do castelhano, formado por cinco fonemas /a/, /e/, /i/, /o/, /u/, já era igual ao do espanhol atual. Vale lembrar que os antigos fonemas /ɛ/ e /ɔ/ tinham desaparecido depois de originarem os ditongos /ie/

e /ue/. Mas, nesse período, irradia, de Burgos ao norte de Castela, a tendência de reduzir tais ditongos. Aparentemente, a mudança começou no grupo *-iello/a* utilizado nos diminutivos. Assim, palavras como *casiello*, *poquiello*, ou mesmo o nome de *Castiella*, evoluem para *castillo*, *poquillo*, *Castilla*. Outras palavras sem conexão formal com os diminutivos também apresentam o mesmo resultado: *viespa* > *avispa*, *mierlo* > *mirlo*, *priessa* > *prisa*, *siella* > *silla*, *sieglo* > *siglo*¹. Porém, a mudança estancou e o ditongo /ie/ conservou-se na maioria das palavras em que aparecia, como *fiesta*, *tierno*, *pierna*, *comienzo*, *hierba*. Outra mudança paralela reduziu o ditongo /ue/ a /e/ em um grupo de palavras limitado: *fruenta* > *frente*, *culuebra* > *culebra*, *flueco* > *fleco*. Também mudou a acentuação dos hiatos surgidos pela perda de consoantes que passaram a ser pronunciados como ditongos; assim VIGINTI > *veínte* > *veinte*; REGINA > *reína* > *reina*. Observe-se que, em português, o hiato se manteve: rainha. Outra tendência registrada no léxico da época é a apócope (perda) de -e átona em final de palavra: encontramos príncipe e *príncipe*, *nieve* e *nief*, *promete* e *promed*. Os linguistas atribuem a apócope de -e à influência francesa e occitana. Porém, a partir do século XIII a mudança estagna e ocorre uma regularização que preserva as vogais átonas finais. Em todo caso, os padrões prosódicos que regiam o sistema vocálico deviam ser muito próximos aos do espanhol moderno e, nos séculos seguintes, não ocorrem grandes alterações vocálicas; apenas encontramos algumas oscilações nas vogais i/e, u/o quando aparecem em posição átona pretônica (como entre *reñón* e *riñón* ou entre *logar* e *lugar*).

No que tange ao **sistema consonantal**, as oclusivas sonoras /b/, /d/, /g/ adquiriram a realização como fricativas sonoras que têm atualmente quando em posição intervocálica; representadas no alfabeto fonético internacional pelos símbolos /β/, /ð/, /ɣ/. Essa articulação é responsável pela diferença fonética dos dois *d* em palavras como *dado* [‘daðo]; o primeiro é uma oclusiva enquanto o segundo é uma fricativa. A coalescência, ou confluência, de oclusivas e fricativas anulou as diferenças entre a pronúncia de *b* e *v* que podem ter existido em castelhano. Mas a ortografia manteve até hoje a distribuição dos grafemas *b* e *v* seguindo, mais ou menos, critérios etimológicos.

A influência francesa e occitana desses séculos teve uma outra consequência importante no sistema consonantal: reintroduzir o fonema /f/. Como apresentado no segundo capítulo, /f/ do latim era pronunciado mediante uma aspiração /h/ ou simplesmente elidido em castelhano; essa mudança fonética o distinguia das outras variedades neolatinas vizinhas. Mas, a partir do século XIII, o castelhano apresenta dois fonemas diferenciados: /h/ em palavras do fundo léxico (como *hacer*, *harina*, *hoz*, *horma*) e /f/ nas palavras de origem francesa (como *fresa*, *forja*, *perfume*) e em outras tradicionais que mantiveram ou recuperam o fonema (como *frío*, *fuego*, *fiesta*, *fondo*, *forma*). A ortografia recolherá a diferença entre esses dois sons.

Uma última mudança consonantal que precisamos apresentar atingiu as sibilantes. Esse termo define os fonemas fricativos e africados que se articulam na região anterior da cavidade bucal, produzindo uma impressão acústica semelhante a um assobio. No período medieval, o castelhano apresentava um sistema de sibilantes muito mais complexo que na

¹ O leitor pode verificar o significado das palavras espanholas que aparecem como exemplos ao longo do livro no *Diccionario de la lengua española* (disponível em <http://dle.rae.es/>).

atualidade. Os textos da época permitem estabelecer com bastante segurança oito fonemas sibilantes: dois pares (surdo/sonoro) fricativos: /s/ ~ /z/ e /ʃ/ ~ /ʒ/ e dois pares (surdo/sonoro) africados: /tʃ/ ~ /dʒ/ e /tʃ/ ~ /dʒ/. Mas, na Baixa Idade Média, começou uma série de mudanças que, através de vários séculos, modificou profundamente o sistema apresentado e afastou no plano fonológico o castelhano das demais línguas românicas. Primeiramente, se perderam os pares sonoros, passando de um sistema com oito fonemas a um outro de quatro: /s/, /tʃ/, /ʃ/, /tʃ/; depois, /tʃ/ perdeu o elemento oclusivo, tornando-se um fonema fricativo pré-dorsal /s̺/, representado na escrita pelos grafemas *ç*, *z*, e diferente do fricativo apical /s/, representado pelos grafemas *s*, *ss*. Mais tarde, no século XVI completou-se o ajuste das sibilantes com novos ajustes no ponto de articulação, como estudaremos no quarto capítulo.

Além de mudanças no sistema fonético-fonológico, houve também alterações no nível **morfofossintático**. Primeiramente, houve uma **gramaticalização** dos pronomes pessoais *nosotros/as* e *vosotros/as*, a partir das combinações dos pronomes *nos/vos* e o adjetivo *otros/as*. Dessa forma, ficou resolvida a possível confusão entre *vos(otros)* – pronome de segunda pessoa do plural (equivalente a “vocês”) – e *vos* – como pronome de tratamento cortês de segunda pessoa do singular. Enquanto as novas formas se transformavam em elementos gramaticais, outras desapareceram: *connusco* e *convosco* são substituídas por *con nosotros/as* e *con vos*, *con vosotros/as*.

Por outro lado, existiu durante toda a Idade Média uma tradição discursiva diplomática em latim, utilizada nas cartas e documentos oficiais das chancelarias. Quando as línguas românicas começaram a ser usadas nesses âmbitos, adotaram as fórmulas de tratamento utilizadas pela mencionada tradição diplomática, como *sua/vossa alteza*, *excelência*, *senhoria*, *autoridade*, *mercê*. Observemos que tais fórmulas cortesias não se dirigem diretamente ao interlocutor, mas à qualidade que ele possui (*alteza*, *mercê*, *graça* etc.). Os primeiros exemplos de *vuestra merced* aparecem em textos castelhanos do século XIII. Mais tarde, as fórmulas honoríficas passaram da escrita à oralidade, usadas no tratamento com as mais altas autoridades religiosas e políticas. Em síntese, durante a segunda metade do século XV, a concatenação das mudanças descritas reconfigurou o paradigma dos pronomes pessoais. Nos próximos capítulos, nos dedicaremos mais ao estudo do desenvolvimento e da gramaticalização das fórmulas de tratamento.

Ainda no âmbito dos pronomes, a norma linguística passa a rejeitar a combinação de artigo mais pronome possessivo (*el mi libro* > *mi libro*); vale lembrar que em português essa combinação é permitida: o meu livro/meu *livro*. Com os usos literários, os textos legais e jurídicos e as traduções, a sintaxe também se tornou mais complexa e desenvolveu novas possibilidades expressivas.

Para concluir a seção, apresentaremos algumas das tendências que operaram sobre a renovação e dinamização do **léxico** castelhano durante uma época marcada pela entrada de numerosos termos tomados, principalmente, do árabe, do occitano e do francês, além dos cultismos latinos.

Começamos examinando as influências procedentes do outro lado dos Pirineus. O novo caminho de peregrinação até Santiago de Compostela, o chamado de caminho francês, atravessava o território peninsular de Leste a Oeste. Ao longo do caminho, implantam-se

abadias e mosteiros pertencentes à ordem de Cluny, de origem francesa. Uma boa amostra do vocabulário trazido por peregrinos e monges são palavras como *mesón* (hotel ou restaurante, empréstimo do francês *maison*, “casa”), onde os caminhantes podiam comer *manjares* e *viandas* (empréstimos do francês *manger*, “comer”, e *viande*, “carne”). Na tradição da linguística hispânica, as palavras tomadas do francês recebem o nome de **galicismos**.

Do occitano, língua falada no Sul da França, penetram termos que formam um grupo específico reconhecível pelo sufixo *-aje* (presente em *pasaje*, *personaje*, *viaje*, *mensaje*, *equipaje*, *follaje*, *carruaje*, *paraje*, *passaje* etc.) e correspondem às palavras portuguesas acabadas em *-agem* (como *passagem*, *personagem*, *viagem*, *mensagem* etc.). Portanto, o sufixo *-aje* do castelhano é um empréstimo de outra língua românica; ele procede do latim *-ATICUS*. Assim, o étimo *VIATICUS* evoluiu em occitano para *viatge*, de onde o castelhano adotou a forma *viaje*, o português, *viagem*, e o Italiano, *viaggio*. Cabe dizer que, por transmissão popular, o mesmo sufixo latino deu origem a *-azgo* em castelhano, presente em outro grupo de palavras: como *mayorazgo*, *portazgo*, *hartazgo*, e utilizado inclusive na formação de neologismos, como *liderazgo*.

Ainda no âmbito do vocabulário, durante os últimos séculos da Idade Média, ocorre um processo que merece nosso comentário: o Árabe perde, em parte, seu prestígio como língua de cultura nos territórios reconquistados pelos cristãos. Perante a crescente atitude negativa a respeito do Islã, grande parte dos arabófonos decidiram se mudar para o reino muçulmano de Granada ou para os territórios do Norte da África e, conseqüentemente, o grau de bilinguismo romance-árabe diminuiu. Ademais, os novos modos de vida pré-renascentistas desfavoreciam aspectos da cultura medieval, herdados do contato com Al-Andalus. Ao mesmo tempo, intensificou-se o contato com o latim (clássico e medieval); os autores castelhanos preferiam recorrer à língua de Roma para preencher as faltas de palavras técnicas ou de conceitos abstratos. Muitos desses cultismos medievais são hoje palavras de uso comum, como *abominable*, *acción*, *elocuente*, *línea*, *magnífico*, *ocioso*, *radiante*, *recto*, *visible*, *volumen*. Em alguns casos, o cultismo substituiu o seu par patrimonial (com o qual fazia *doblete*). Por exemplo, *fingir* substituiu *heñir*, *sexto* substituiu *seseno*, *cotidiano* substituiu *cutiano*. Destarte, enquanto o componente latino do léxico castelhano resulta fortalecido, o componente árabe enfraquece. Por exemplo, *albéitar* é substituído por *veterinario*, *alfaquim* por *cirujano*, *alcatea* por *manada*, *alfaça* por *lechuga*, *alfayate* por *sastre*. Observe-se que as três últimas vozes árabes se mantiveram em português: *alcateia*, *alface*, *alfaiate*.

Em síntese, podemos caracterizar a Baixa Idade Média como um **período de nivelamentos e ajustes nos vários subsistemas** do castelhano. Nas últimas fases da Reconquista, as comunidades de falantes castelhanos expandem o âmbito territorial onde é usado esse idioma enquanto surgem novos registros, como resultado dos usos escritos na chancelaria de Castela e como veículo de produção cultural e literária. Estas últimas questões que tangem à língua escrita receberão uma análise mais detalhada na terceira seção.

3.3 Língua da chancelaria e língua literária

A língua constitui uma das características mais marcantes de uma comunidade. Por esse motivo, o grupo pode se servir dela não apenas como meio de comunicação, mas como

forma de afirmar a própria identidade. Assim, não deve estranhar que Castela, ao se firmar como um reino independente nos séculos da Baixa Idade Média, tenha desenvolvido a própria língua tanto em relação ao latim, do qual procedia, quanto de outras línguas românicas, também em formação, e ainda diante de outros idiomas, como o árabe e o hebraico. Nesta última seção, apresentaremos o panorama cultural e as produções textuais sob a luz desse processo progressivo de tomada de consciência de maneira mais ou menos explícita.

A progressão escrita da língua castelhana nesse período pode ser resumida como a formação de um repertório textual atrelado tanto à função de língua da chancelaria, empregada em leis e atas notariais, como ao seu uso literário nos gêneros da épica, do romance, do teatro e da lírica. Além disso, o castelhano é receptor de traduções árabes, gregas e latinas e, também, é usado na redação de tratados em várias ciências. A língua expande seus registros, padroniza suas formas e renova seu vocabulário. Ao mesmo tempo, distancia-se de outras variedades hispânicas – principalmente do astur-leonês, que conserva formas mais antigas e permanece fragmentado em sua área geográfica original. Desse modo, formas leonesas como *selmana*, *dolce*, *julgar* caem em desuso frente a *semana*, *doce*, *juzgar*.

A figura de Dom Afonso X de Castela e de Leão (1221-1284), apelidado o Rei Sábio, é fundamental na codificação e promoção do castelhano. Após ser tomada pelo rei Dom Afonso VI, em 1085, Toledo tinha-se tornado um importante centro de intercâmbio cultural onde cristãos, muçulmanos e judeus coexistiam. Na corte de Dom Afonso X, instalada nessa cidade, o *castellano drecho* (castelhano direito) assume a função de variedade escrita preferencial, em detrimento do latim. Em Toledo são redigidos documentos cartoriais em castelhano a partir de 1191, e textos clássicos greco-latinos, que foram preservados em árabe e hebraico, são traduzidos para essa língua. Também se escrevem obras dos mais diversos gêneros, como tratados dos saberes da época (*Libros del saber de astronomia*), códigos jurídicos (*Fuero real*), obras historiográficas (*Estoria de Espanna*), coleções de exemplos morais (*Calila e Dimna*) e livros de jogos. Devemos acrescentar que Dom Afonso X não apenas contribuiu para a formação da prosa em castelhano como também é uma figura relevante na história da língua portuguesa, pois, na sua corte, foram escritas as *Cantigas de Santa Maria*, em galego-português.

Figura 3 – Dom Afonso X, rei de Castela e de Leão, rodeado de escritores e cortesãos.



Fonte: Wikimedia Commons.

Durante o século XIII, consolidaram-se duas tradições literárias: o *mester de juglaría* e o *mester de clerecía*. O *mester de juglaría* reúne as produções épicas, ou seja, os cantares de gesta que narravam as proezas dos guerreiros e heróis e eram recitadas pelos jograis. Conservado em uma cópia manuscrita do século XIV, realizada a partir de uma outra versão de 1207, o *Cantar de Mío Cid* é considerado pela crítica como o texto épico em castelhano mais representativo da épica medieval. Já os *villancicos* servem de contraponto à poesia épica. Trata-se de breves poemas, ambientados no entorno rural, enunciados por uma voz feminina e, de maneira geral, carregados de valor simbólico. Os *villancicos* têm correlatos com outras tradições peninsulares, como as cantigas de amigo galego-portuguesas e as carjas moçárabes.

O *mester de clerecía* reúne as produções literárias dos clérigos, isto é, homens letrados que não necessariamente eram sacerdotes ou monges. Essas obras compartilham algumas características comuns: são textos narrativos de tipo religioso ou heroico; têm uma finalidade moralizante ou didática; são inspirados em fontes latinas medievais (como as *Etymologiae*, de Isidoro de Sevilha) e utilizam um verso próprio, chamado de *cuaderna vía*. Com o *mester de clerecía* ressurgiu a consciência do autor frente ao anônimo. Prova disso é Gonzalo de Berceo (1198-1264), clérigo no mosteiro de San Millán de la Cogolla, que estudou na Universidade de Palência e é lembrado por obras de conteúdo religioso, como *Milagros de Nuestra Señora*. No “mester de clerecía”, enquadra-se o *Libro de buen amor*, considerado como uma obra-prima da literatura espanhola. O seu autor foi Juan Ruiz (1284-1351), conhecido como o Arcipreste de Hita. Ainda na mesma época produziram-se peças de teatro, como o *Auto de los Reyes Magos*, do qual conservamos um fragmento de 147 versos.

No século XIV, a consciência da importância da língua é manifesta. Assim, autores de origem nobre, como Enrique de Villena, Juan de Mena e o Marquês de Santillana, cultivam uma lírica palaciana que adota modelos vindos da Itália, antecipando já o Renascimento. Também aparecem prosadores como o Infante Dom Juan Manuel, sobrinho de Afonso X, e autor do *Conde Lucanor*. Talvez um dos autores mais importantes do século seja Jorge Manrique, que escreveu as famosas *Coplas a la muerte de su padre*, um conjunto de quarenta estrofes nas quais disserta sobre a banalidade da existência e o passo inexorável do tempo.

No panorama geral que desenhamos, a literatura em **aljamia** merece menção particular. No segundo capítulo, vimos que o termo “aljamia”, ou “literatura aljamiada”, serve para classificar obras escritas em línguas românicas usando os alfabetos árabe ou hebraico. Um bom exemplo dessa literatura é o *Poema de Yussuf*, escrito por um mourisco de Aragão, obra na qual se narra versão corânica da história de José, um dos doze filhos de Jacob, mencionado no *Gênesis*. Menéndez Pidal datou o poema no século XIV e definiu a sua língua como uma variedade de aragonês.

Por último, no século XV, escrevem-se várias **novelas de cavalaria**, romances que reelaboravam as gestas dos cavaleiros do Rei Artur. Nesses livros costumam aparecer cavaleiros andantes, apaixonados e fiéis a uma dama, que enfrentam todo tipo de perigos e monstros. Os títulos recorrentemente coincidem com o nome do herói-protagonista. No castelhano, enquadram-se como novelas de cavalaria o *Libro del Caballero Zifar* e o famoso *Amadís de Gaula*. Em Portugal, publicam-se obras do mesmo gênero, como o *Palmeirim de Inglaterra*, de

Francisco Moraes. Em Valência, em 1490, publica-se *Tirant lo Blanch*, escrito em catalão por Joanot Martorell.

Na passagem do século XV para o século XVI, a consciência linguística está plenamente desenvolvida e a expansão da língua fica atrelada à expansão política e militar. O ano de **1492** constitui um marco na história social da língua espanhola, já que, então, ocorreu uma série de eventos que alteraria radicalmente o perfil glotopolítico do castelhano. Em primeiro lugar, a anexação do Reino de Granada à Coroa de Castela marca o fim da Reconquista e o início de um Estado centralizado que utiliza como veículo o castelhano. Após o fim da guerra de Granada, em 1.º de maio, os Reis Católicos publicam um édito de expulsão da comunidade judaica, concedendo-lhe quatro meses para vender suas propriedades e abandonar suas residências. Os judeus chamavam a Península Ibérica de Sefarad e, a si mesmos, de sefarditas. Chama-se **diáspora sefardita** o exílio desses judeus, que passam a se estabelecer no Norte da África e na Península Balcânica. Eles mantiveram viva sua língua até hoje – o **judeoespañol**, que, em muitos aspectos, permite-nos imaginar como era o castelhano do século XV. Ainda no mesmo ano de 1492, Antonio de Nebrija publica em Sevilha a **primeira gramática** do castelhano e, no prólogo, dedicado à rainha Isabel, encontramos a famosa frase “*siempre la lengua fue compañera del imperio*”. Essa obra servirá como ferramenta para a difusão do castelhano nos novos territórios, já que Cristóvão Colombo chega à América em 12 de outubro, em uma expedição financiada pelos Reis Católicos. A soma de todos esses fatores abre uma nova etapa na história da língua.

+ Ampliando seus conhecimentos

Presentación de la gramática sobre la lengua castelhana e Antonio de Nebrija

(LOZANO, 2011, p. 1-12)

Tras diez años de aprendizaje en Italia y otros tres en Sevilla como preceptor áulico, el lebrijano que hoy se habría llamado Antonio Martínez de Cala y Xarana (1444 – 1522) se rebautizó Elio Antonio de Nebrija y abrazó la causa de la instrucción pública en la Universidad de Salamanca, donde alcanzó la cátedra en enero de 1476. Las *Introducciones* de 1481 no querían sino proporcionar a los estudiantes el mínimo utillaje teórico imprescindible para leer a los grandes autores de la latinidad. Pero ese objetivo en apariencia modesto implicaba sin más un grandioso propósito, porque iba envuelto en la convicción de que el dominio de la lengua y la literatura clásicas, dechados de claridad y belleza, podía lograr un renacimiento de la antigüedad que alumbrará a su vez una nueva civilización. Era el sueño que desde Petrarca habían venido alimentando los procuradores más insignes de los *studia humanitatis*: el sueño, tan noble como ingenio,

de que la raíz de toda la cultura debía buscarse en las artes del lenguaje, vía de entrada a cualquier saber o quehacer dignos de estima, según el modelo de Roma y Grecia.

Figura – Gravura que retrata Antônio de Nebrija.



Sin perder su núcleo de gramática elemental, las *Introductiones* de 1481 fueron creciendo con glosas y apéndices, hasta convertirse en una monumental enciclopedia de lingüística, y acompañándose de una nutrida serie de monografías paralelas. Pero el programa inicial de Nebrija no se agotaba con todo ello. [...] Nebrija no llegó a imprimir la tal “obra de vocablos”, pero de ella y de las invitaciones a fines se derivaron dos populares diccionarios, el latino-español (1492) y el español-latino (hacia 1494) y otros léxicos tan resueltamente orientados a la reforma de la universidad y de la sociedad como los que dedicó al derecho civil la terminología médica. Las rencillas universitarias, la pérdida de mecenas y los azares personales no pasaron sin huella, y en ocasiones Antonio se resignó a aceptar encargos ingratos, con el deseo de asegurarse una economía o unos apoyos que le permitieran llevar adelante otras tareas.

[...] En esa perspectiva, la *Gramática sobre la lengua castellana* se descubre como un capricho genial. Jamás se le pasó a Antonio por la cabeza que el castellano ocupará ninguno de los lugares que correspondían al latín. (Le horrorizaba en especial la mera hipótesis de que el romance llegase a oírse en los templos: “absit a christiana religione tantum dedecus!”) Le ilusionada en cambio la esperanza de haber sido él quien tomará una lengua “suelta y fuera de regla” y la metiera al “uso de aquellos que tienen

autoridad para lo poder hazer”: es decir, a la autoridad del propio Nebrija, y a ser posible impuesta por la Corona. En la Gramática estimamos soy sobre todo la novedad y la perspicacia de los elementos descriptivos; al autor sin duda le importaban más los prescriptivos, guiados siempre por el ejemplo del latín.

Atividades

Com base na leitura do terceiro capítulo do livro, responda às questões que apresentamos a seguir:

1. Liste e descreva alguns dos ajustes fonéticos mais marcantes do castelhano ocorridos durante a Baixa Idade Média.
2. Explique a importância da figura de Dom Afonso X, o Rei Sábio, na história da língua espanhola e caracterize o panorama plurilíngue e multicultural de Toledo.
3. Apresente os motivos pelos quais 1492 é considerada uma data importante na história da língua espanhola.
4. No *site* da Universidade Autónoma de México (Unam) está disponível o texto “Gramática de la lengua castellana”, de Antonio Nebrija, disponível em: <http://www.filos.unam.mx/LICENCIATURA/Pagina_FyF_2004/introduccion/Gramatica_Nebrija.pdf> (acesso em: 31 mar. 2017). Observe o sumário da obra e descreva brevemente cada uma das partes em que Nebrija dividiu o estudo da língua: ortografia, etimologia, sintaxe etc.

Referências

BREA, Mercedes. Las lenguas románicas en la Edad Media. In: GARGALLO Gil, J. E; REINAS Bastardas, M. (Coord.). **Manual de lingüística románica**. Barcelona: Ariel, 2007. p. 121-146.

DICCIONARIO de la real academia de la lengua española (DRAE). Disponível em: <<http://dle.rae.es>>. Acesso em: 8 jan. 2016.

EBERENZ, Rolf. **El español en el otoño de la edad Media**. Madrid: Gredos, 2000.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés. Alfonso X el Sabio en la historia del español. In: CANO, Rafael (Coord.). **Historia de la Lengua Española**. Barcelona: Ariel, 2013. p. 381-422.

INSTITUTO CERVANTES. Cantar de Mio Cid. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/portales/cantar_de_mio_cid/>. Acesso em: 8 jan. 2017.

METZELTIN, Miguel. Del Renacimiento a la actualidad (I). Procesos de codificación de las lenguas románicas. In: GARGALLO GIL, J. E; REINAS BASTARDAS, M. (Coord.). **Manual de lingüística románica**. Barcelona: Ariel, 2007. p. 147-198.

NEBRIJA, Antonio de. **Gramática sobre la lengua castellana**. Edición, estudio y notas de Carmen Lozano. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2011.

PENNY, Ralph. **Gramática histórica del español**. Barcelona: Ariel, 2014.

☑ Resolução

1. Entre as mudanças registradas na fonética, podemos citar a tendência de reduzir os ditongos /ie/ e /ue/. Assim, palavras como *casiello*, *poquiell*, evoluem para *castillo*, *poquillo*, enquanto outras, como *fruenta*, *culuebra*, *flueco* evoluem para *frente*, *culebra*, *fleco*. Também mudou a acentuação dos hiatos surgidos pela perda de consoantes, que passaram a ser pronunciados como ditongos, como em REGINA> reína> reina. Outra tendência registrada é a apócope de -e átona em final de palavra por influência francesa e occitana. No sistema consonantal, as oclusivas sonoras /b/, /d/, /g/ adquiriram a realização como fricativas sonoras que têm atualmente quando estão em posição intervocálica, anulando as diferenças entre a pronúncia de b e v que podem ter existido previamente. A influência francesa e occitana desses séculos da Baixa Idade Média contribuiu a reintroduzir o fonema /f/. Uma última mudança consonantal atingiu às sibilantes: o castelhano medieval eliminou as sibilantes sonoras, passando de um sistema com oito fonemas a um outro de quatro: /s/, /ʃ/, /ʎ/, /tʃ/; depois, /ʃ/ perdeu o elemento oclusivo, tornando-se uma fricativa pré-dorsal /s/, representada na escrita pelos grafemas ç, z.
2. Na corte de Dom Afonso X, de Castela e de Leão (1221-1284), o castelhano assumiu a função de variedade escrita de uso preferencial. Nessa língua, foram redigidos documentos cartoriais, a partir de 1191, de textos clássicos greco-latinos, preservados em árabe ou hebraico. Também se escreveram obras dos mais diversos gêneros, como tratados, códigos jurídicos, obras historiográficas, coleções de exemplos morais e livros de jogos. A corte do rei estava instalada em Toledo, importante centro de intercâmbio cultural da época, onde cristãos, muçulmanos e judeus coexistiam. Devemos acrescentar que Dom Afonso X não apenas contribuiu para a formação da prosa em castelhano como também é uma figura relevante na história da língua portuguesa, pois, na sua corte, foram escritas as *Cantigas de Santa Maria*, em galego-português.
3. A data de 1492 é importante, tanto do ponto de vista da história externa da língua como pelas mudanças no perfil glotopolítico do castelhano. Em primeiro lugar, a anexação do Reino de Granada à Coroa de Castela marca o fim da Reconquista e o início da criação de um Estado centralizado, que utiliza como veículo o castelhano. Em segundo lugar, um decreto real obriga aos judeus sefarditas a abandonar a península, levando para o exílio, no Norte da África e na Península Balcânica, a sua língua, que mantiveram viva até hoje, o judeoespañol. Também em 1492, o sevilhano Antonio de Nebrija publicou a primeira gramática da língua castelhana, e Cristóvão Colombo chegou à América, em 12 de outubro, dando início ao processo colonial.
4. Resposta pessoal.

A língua espanhola no *Siglo de Oro*

Concluimos o terceiro capítulo com a apresentação das mudanças no perfil glotopolítico do castelhano derivadas dos eventos políticos e culturais registrados na passagem do século XV para o século XVI. Destarte, tomamos o ano de 1492 como marco na transição do castelhano medieval para o espanhol clássico. Cabe dizer que essa periodização apenas representa uma divisão metodológica dentro do contínuo devir cronológico da língua. Portanto, é importante frisar que outras periodizações são igualmente válidas, conforme os fatos históricos, políticos, sociais, militares ou mesmo intralinguísticos que cada autor empregue como limites temporais.

Neste capítulo, vamos estudar como o Reino de Castela se transforma no núcleo de um Estado moderno com ambições imperiais, que reúne vários reinos e começa a ser conhecido com o nome de Espanha. O **castelhano** se firma como principal veículo de comunicação do Estado e começa a ser chamado de **espanhol**, sem, contudo, perder o outro nome precedente. Isso explica a convivência de ambos os nomes até a atualidade: castelhano/*castellano* e espanhol/*español*, utilizados até hoje para nomear a mesma língua, ainda que com certas nuances ideológicas.

4.1 O Império Espanhol sob a dinastia Habsburgo: de Carlos I (1516) até a Guerra de Sucessão (1714)

O *Siglo de Oro* espanhol, ou Século de Ouro, nomeia um período de florescimento da arte e da literatura na Espanha que coincidiu com a ascensão política e militar da dinastia dos Habsburgo, também conhecida como Casa Áustria. O Siglo de Oro não possui em sua definição datas precisas e, de fato, considera-se que durou mais de um século. Assim, teria início após os acontecimentos de 1492 – apresentados no terceiro capítulo – e encerraria em 1659, com o Tratado dos Pirineus, assinado entre a França e a Espanha, que marcou a ascensão como potência europeia da primeira e o declínio da segunda. O falecimento do dramaturgo Pedro Calderón de la Barca, em 1681, é considerado por muitos autores como o marco final do *Siglo de Oro* nas letras espanholas. Todavia, aqui incluiremos, nesse mesmo período, as últimas décadas do século XVII, quando ainda se sucedem no trono hispano os últimos monarcas da Casa Áustria.

Em 1516, o rei **Dom Carlos I**, neto dos Reis Católicos, instalou a dinastia dos Habsburgo. Esse rei herdou o governo dos reinos dos seus quatro avós, isto é, o Ducado de Borgonha (que compreendia partes dos atuais Países Baixos e o Franco Condado, na França), o Reino de Castela (e suas colônias na América e na África), a Coroa de Aragão (integrado por Valência, Catalunha e Aragão, na Península Ibérica; as Ilhas Baleares, Sardenha e Sicília, no Mediterrâneo; e Nápoles, na Itália) e, por fim, o Império Austríaco, na Europa Central. O monarca ainda ampliou o seu patrimônio pela expansão ultramarina e a aquisição do Condado de Milão, na Itália. O seguinte mapa permite visualizar a extensão territorial da Coroa Hispânica no continente europeu durante os séculos XVI e XVII.

Figura 1 – Territórios europeus do Império Espanhol e territórios sob controle de outras potências, no século XVI.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Pouco depois de chegar ao trono, Dom Carlos I foi eleito como Carlos V, imperador da Áustria, e recebeu o título de Rei de Romanos. Isso obrigou-o a se ausentar da Península Ibérica para assumir o novo cargo na Alemanha. No reino de Castela, organizou-se um movimento revolucionário antimonárquico, conhecido na historiografia hispânica como a *Revolução de los Comuneros*. Entre 1520 e 1521, as principais cidades, como Segovia, Zamora, Toledo, Salamanca, Ávila e Leão, formaram comunidades reunidas em uma junta central, a qual exigia que as riquezas e o governo local não ficassem submetidos ao controle de interesses estrangeiros. Declarada a guerra entre *comuneros* e defensores do rei, o exército rebelde foi derrotado na Batalha de Villalar, em abril de 1521, e os seus dirigentes, Juan de Padilla, Juan Bravo e Francisco Maldonado, executados no dia seguinte pelo exército do rei. Outras revoltas ocorreram antes da definitiva consolidação da nova dinastia, como as *Germanías* dos reinos de Valência e de Maiorca, que lutavam contra a ingerência real nos assuntos locais, a exclusão das classes burguesas valencianas e maiorquinas no governo dos respectivos reinos e o despotismo do aparelho institucional. Apesar de algumas vitórias iniciais, a revolta fracassou e o regresso das autoridades reais trouxe uma sangrenta repressão e fortes multas contra os territórios sublevados.

A derrota dos *comuneros* e das *Germanías* reforçou o **Estado Monárquico Absolutista** nos territórios dos Habsburgo. A figura do rei, cuja autoridade se considerava de origem divina, concentrava todos os poderes do Estado. O Imperador Dom Carlos I voltou à Península Ibérica em 1522 e trasladou o eixo central do seu Império ao Reino de Castela, que, nas décadas seguintes, viveu uma fase de crescimento econômico e demográfico. A **população** aumentou não apenas nele, mas em todos os outros reinos peninsulares, e totalizou, para fins do século XVI, uns oito milhões de habitantes no território que hoje integra a Espanha. Desses, aproximadamente seis milhões moravam no Reino de Castela, enquanto quase um milhão e meio moravam no Reino de Aragão e 150 mil, no Reino de Navarra. Nesse período, as Ilhas Canárias deviam contar com 50 mil habitantes.

Observando esses dados, é fácil entender o protagonismo assumido por Castela e pela sua língua no Império Espanhol: Castela provia de soldados, diplomatas, religiosos e funcionários as instituições imperiais dos Habsburgo. Como consequência do **crescimento demográfico**, desenvolveram-se novos **núcleos urbanos**, com destaque a Madri, onde Felipe II instala a nova capital, em 1561. Outras cidades antigas também cresceram, como Valência e, principalmente, Sevilha, de onde partiam os navios em direção à América.

Entretanto, a sociedade continuava sendo enormemente desigual. Enquanto o alto clero, a nobreza e a grande burguesia conformavam uma elite que gozava de privilégios e influência, ao passo que os camponeses continuavam marginalizados na vida pública e eram responsáveis pelo pagamento dos impostos e por fornecer soldados para a tropa. O financiamento do ouro e da prata trazidos da América, como resultado da pilhagem e da colonização, contribuíram para manter a estabilidade interna nos reinos.

Em 1558, o Imperador Dom Carlos I faleceu em Cuacos de Yuste, um povoado no interior da atual Extremadura. Dois anos antes, em 1556, havia abdicado do trono para seu filho, Dom Felipe II, que recebeu todas as posses do pai, com exceção do Império Austríaco, este cedido ao seu tio, Dom Fernando I. Durante o seu mandato, Dom Felipe II ampliou mais ainda as fronteiras

do seu império ao herdar o trono de Portugal (e as colônias portuguesas – entre as quais, o Brasil) em 1580 e colonizar, a partir de 1565, o arquipélago das Filipinas, que foi assim nomeado como homenagem ao monarca. Desse modo, os territórios em que o Império Espanhol exercia controle político estavam espalhados pelos cinco continentes e, por esse motivo, foi cunhada a expressão segundo a qual, nesse império, “o sol jamais se punha”.

O século XVI também foi marcado pelas constantes guerras que tanto Carlos I como Felipe II empreenderam contra os seus rivais políticos pelo controle da hegemonia na Europa. Nas primeiras décadas do século XVI, surge um movimento de renovação religiosa conhecido como **Reforma Protestante**, iniciado pelo teólogo alemão Martinho Lutero. Ele publicou as famosas 95 teses em 1517, nas quais defendia que o perdão de Deus não podia ser adquirido pelo comércio das indulgências. Vários príncipes alemães apoiaram a Reforma, em oposição ao Imperador Dom Carlos I e o Papa, que o condenaram. A Igreja Católica formulou a sua resposta no Concílio de Trento, convocado em 1545, em que foram reafirmados princípios do catolicismo. Essa reação recebe o nome de Contrarreforma. Nesse contexto, Inácio de Loyola fundou, em 1534, a Companhia de Jesus, os jesuítas, que tomavam os modelos da organização militar. Essa ordem terá grande importância nas colônias americanas. Mais tarde, em 1559, a Inquisição publicou o índice de livros proibidos e as elites espanholas foram impedidas de estudar em universidades estrangeiras.

A dinastia Habsburgo se erigiu em defensora do catolicismo, empreendendo inúmeras guerras que, sob a bandeira da defesa da religião, mascaravam a luta pela hegemonia política na Europa. Esses conflitos alimentaram a chamada *leyenda negra*, como julgamento altamente desfavorável da presença e ações de tropas e funcionários espanhóis. Entretanto, se os reis da dinastia Habsburgo buscavam a unidade no âmbito religioso, a organização do Estado permitia que vigorassem leis diferentes para cada reino, desde que não ferissem os interesses imperiais. Ainda no âmbito militar, a armada naval da Espanha participou em várias batalhas, como a de Lepanto, contra o Império Otomano, pelo controle do Mediterrâneo Oriental, em 1571. Mas fracassou na tentativa de invadir a Inglaterra, em 1588.

A morte de Dom Felipe II em 1598 pode ser entendida como marco inicial do declínio do Império Espanhol. Durante o século XVII, o trono é ocupado sucessivamente por Dom Felipe III (1598-1621), Dom Felipe IV (1621-1665) e Dom Carlos II (1665-1700). Esses monarcas não governam diretamente, mas através dos **validos**, secretários de Estado responsáveis pelas decisões políticas, como o Duque de Lerma e o Conde-duque de Olivares. Os custos das constantes guerras contra outras potências europeias e os conflitos internos acabaram causando a bancarrota do Estado. Os descendentes dos muçulmanos oficialmente convertidos ao catolicismo, conhecidos como **mouriscos**, foram obrigados a abandonar as suas terras pelo Decreto de Expulsão de 1609 e, por isso, instalaram-se nos Estados muçulmanos do Norte da África. Eles constituíam uma população importante nos reinos de Aragão e Valência, e a sua partida teve efeitos negativos nessas regiões. A miséria e as epidemias fizeram com que a população diminuísse, aumentou o número de pobres e também a emigração

para a América. Enquanto isso, a nobreza continuava sendo uma classe improdutiva, que vivia no luxo e gozava de múltiplos privilégios.

A Espanha também perdeu a sua hegemonia europeia e o controle sobre vários dos seus territórios. A Catalunha sublevou-se em 1640, e Portugal conseguiu restaurar a sua independência no mesmo ano. Em 1648, na Paz de Westfália, reconhecia-se a independência das Províncias Unidas da Holanda, ainda que a Espanha mantivesse o controle nos Países Baixos meridionais. Em 1659, a coroa hispânica cedeu à França a parte setentrional da Catalunha, conhecida como Rosselló.

Devido a suas deficiências físicas e intelectuais, o Rei Dom Carlos II era chamado de *hechizado* (enfeitiçado). Sem capacidade para governar, deixou um império em franca decadência nas mãos dos validos e faleceu em 1700, sem herdeiros. No testamento, nomeou como sucessor o seu sobrinho-neto, Felipe, o Duque de Anjou. Após a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), o rei Dom Felipe V é instalado no trono da Espanha como primeiro monarca da dinastia francesa dos Bourbon.

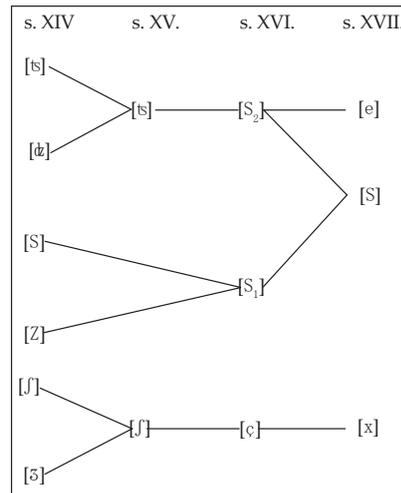
4.2 O espanhol clássico: mudanças, escrita e codificação

A historiografia chama de **espanhol clássico** a língua falada nos séculos XVI e XVII que os grandes escritores usaram para compor suas obras literárias. Entretanto, vale lembrar que o termo Siglo de Oro é uma expressão criada pela academia *a posteriori* para qualificar um período bastante extenso. Por esse mesmo motivo, alguns autores preferem usá-la no plural: *Siglos de Oro*. Mas como era a língua de Miguel de Cervantes, de Lope de Vega, de Santa Teresa de Jesús ou de Sor Juana Inés de la Cruz? Tentaremos, nos próximos parágrafos, apresentar certos traços que permitem individualizá-la dentro do eixo diacrônico.

Iniciemos o estudo da língua do *Siglo de Oro* descrevendo algumas mudanças e ajustes ocorridos no sistema fonológico. Como já estudamos, a formação do sistema vocálico castelhano – composto pelos fonemas /a/, /e/, /i/, /o/, /u/ – era um processo concluído na época da codificação escrita. Assim, as modificações registradas na Baixa Idade Média e nos séculos XVI e XVII ficam restritas à distribuição no léxico de determinados fonemas, quase sempre em sílaba átona (com oscilações entre *lluvió-lluvió* ou *siguro-seguro*).

Já no sistema consonantal, completou-se nestas centúrias o **reajuste das sibilantes** iniciado no período medieval com a perda dos pares sonoros. Assim, do sistema de oito fonemas usados no castelhano do Rei Dom Afonso X, passou-se a um sistema de quatro: o apico-alveolar /s/ (procedente do s latino, como na palavra *sí*), o pré-dorsal /ʃ/ (procedente de /ts/ e /dz/ e grafado com ç ou z, como na palavra *plaza*) e /f/. O quarto fonema, /tʃ/ representado pelo dígrafo *ch* manteve a sua estabilidade de maneira geral, mas os três primeiros morfemas sofreram novas evoluções. A figura seguinte sintetiza as mudanças descritas.

Figura 2 – Reajuste das sibilantes em espanhol.



Fonte: OLMO, 2016.

Nos dialetos setentrionais de Castela, consolidou-se um novo sistema que distinguia entre o fonema interdental /θ/ (procedente de /s/) e o fonema /s̺/: assim *caza* (do verbo *cazar*) soa como o *th* do inglês *think* ou *faith*, diferente de *casa* (substantivo, sinônimo de *vivienda*). A diferença se manteve com o novo par fonológico que distinguia *casa*, *coser*, *ves*, *has* de *caza*, *cocer*, *vez*, *haz*. Mas, em algumas regiões da Andaluzia, ocorreu a coalescência ou fusão dos dois fonemas em /s̺/, e palavras como *casa* e *caza*, *voz* e *vos* tornaram-se homófonas. Esse fenômeno recebe o nome de *seseo* na tradição linguística hispânica. Em outras regiões do Sul, a fusão dos fonemas teve como resultado /θ/ e palavras como *casa* e *caza*, *voz* e *vos* também se tornaram homófonas. Esse fenômeno recebe o nome de *ceceo*.

Ajustes desse tipo também ocorreram em outras línguas românicas, como o português, o francês, o catalão e o galego. O seguinte mapa permite visualizar os resultados da mudança nas diversas áreas peninsulares.

Figura 3 – Distribuição atual dos fonemas /θ/, /s̺/ e /s̺/ nas línguas faladas na Península Ibérica.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Como observado no mapa, o seseo pré-dorsal ocupa a área de Sevilha, capital da Andaluzia, de onde saíam os navios em direção à América. Esse argumento foi sugerido para explicar o seseo comum em todos os países latino-americanos e nas Ilhas Canárias.

No que tange aos fonemas palatais /ʃ/ e /ʒ/, grafados com *ge, gi, j, x*, também perderam o par sonoro /ʒ/ e o surdo deslocou o seu ponto de articulação, passando de uma fricativa palatal /ʃ/ a uma fricativa velar /x/. Vocábulos que, nas origens do idioma, possuíam o fonema /ʃ/, grafado -ll-, como *muller, botiello* e *espello*, passaram a pronunciá-lo com /ʒ/ durante a Baixa Idade Média, como mostram as grafias da época: *muger* e *espejo*. Esse grupo também foi afetado pela posterior mudança, resultando nos atuais *mujer, botijo, espejo*. Só em alguns casos a evolução produziu um resultado diferente, como *cosecha* > COLLECTA (em português, *colheita*). Igualmente, o reajuste dessa sibilante explica a pronúncia diferente que há em palavras homógrafas como *viajar, traje, gentil* em português e espanhol.

Os documentos da época apresentam informações valiosas sobre a progressão dessa mudança nos séculos XVI e XVII. Quando o Quixote foi publicado, por exemplo, apresentava um “x” no nome do protagonista. O som da fricativa palatal foi adaptado nas traduções da obra a outras línguas europeias, como o francês *Quichotte*, o italiano *Chisciotto* e o português Quixote. Porém, uma reforma ortográfica empreendida no século XVIII eliminou as grafias ç, -ss-, x que representavam as antigas distinções fonéticas e, conseqüentemente, nas edições atuais em espanhol, a personagem de Cervantes é conhecida como “Don Quijote”.

Nesse mesmo século, a pronúncia aspirada de /h/, procedente do /f/ latino, também desaparece da norma linguística. Esse som começou a confluir com o da nova fricativa velar /x/ como mostram grafias da época: *hoya* por *joya*, *hentil* por *gentil*. O antigo som aspirado se manteve em um punhado de palavras populares as quais fazem dobrão com outras de registros mais cultos que, ou perderam a aspiração, ou foram tomadas do latim com o /f/ original. Assim, do étimo FOLLICA (*dar um respiro*) procedem tanto *huelga* (*greve*) como *juerga* (*festa ou farra*), cognatos do português *folga*; do étimo FAMELICO procedem o popular *jamelgo* (cavalo muito magro e faminto) e o cultismo *famélico* (pessoa muito magra por passar fome). Apesar de terem a mesma origem, cada uma das vozes possui significado distinto. Também o som foi preservado no verbo vulgar *joder* (<FUTUERE). Isso mostra como os diferentes registros do idioma contribuíram na formação do acervo lexical castelhano.

Os textos da época ainda apresentam oscilações em alguns sons consonantais em coda silábica (isto é, em final de sílaba), como a alternância entre -r e -l, a aspiração de -s ou a pronúncia de grupos introduzidos nos cultismos (*magnífico* alterna com *manífico*, *digno* com *dino*, *séptimo* e *sétimo* etc.). Esses fenômenos de variação mantiveram-se na língua oral até hoje e serão revisitados em próximos capítulos.

No que tange ao **nível morfossintático**, ocorreu, nos séculos XVI e XVII, uma série de mudanças que irão conformar a estrutura do espanhol moderno. O verbo *haber* perdeu o valor para indicar a posse que ainda mantinha no castelhano medieval (por exemplo: *yo he piedat*) substituído pelo verbo *tener* (*tengo piedad*). A partir do século XVI, *haber* apenas é utilizado como auxiliar na formação dos tempos compostos e na forma impessoal *hay* para indicar existência (*hay tres escuelas en el barrio*). Alguns substantivos oscilam entre o gênero feminino e o masculino, como *la puente* e *el puente*, *la árbol* e *el árbol*. Já outros,

que anteriormente não apresentavam uma forma específica de gênero (como *el pastor* e *la pastor*), tomam o morfema *-a* para criar o feminino – *pastora*, portuguesa, *infanta*. Na morfologia derivativa, os diminutivos mais frequentes são, por esta ordem, *-illo/a*, *-ico/a* e *-ito/a*, enquanto *-uelo* costumava ser empregado na poesia.

A extensão da imprensa, para produzir livros, e a codificação gramatical, empreendida por escritores e gramáticos, resultaram fundamentais no nivelamento das formas escritas e na padronização que fixa a norma de prestígio (como *el árbol* e não *la árbol*, *la infanta* e não *la infante* etc.). Dos meios escritos, tais formas irradiam posteriormente na fala.

No âmbito dos pronomes pessoais não ocorreram pequenos ajustes, mas sim toda uma renovação em seus paradigmas derivada da **gramaticalização das fórmulas de tratamento**. No terceiro capítulo, vimos como durante a Idade Média era possível empregar diversas formas no trato com o interlocutor, a depender da posição social que este ocupasse e o grau de confiança ou de cortesia exigido no ato da fala. Assim, existia *tú*, empregado no trato de confiança ou de superior para subalterno, e *vos*, usado inicialmente como forma de respeito mas popularizado nos séculos XIII, XIV e XV. Além deles, entraram novas fórmulas de tratamento como *vuestra señoría*, *su señoría*, *vuestra alteza* e *vuestra merced*. Essa última terá grande sucesso nos séculos seguintes e, gramaticalizada, produzirá um novo pronome de segunda pessoa: *usted/es*. O leitor do *Quixote* poderá observar como Cervantes faz uso de todas as formas de tratamento para compor os diálogos de suas personagens, dependendo das relações mais ou menos formais, mais ou menos hierárquicas, mais ou menos cortesias entre eles. Nos textos da época, *vuestra merced* ainda não está plenamente gramaticalizada e, devido a isso, são possíveis várias combinações, como *mi merced*, *su merced*, *vuestra merced*, *la merced vuestra*.

Outras línguas românicas integraram fórmulas honoríficas do mesmo tipo, chegando até suas formas gramaticalizadas, como o catalão *vostè*, o galego *vostede*, o italiano *lei* e o português *ocê*. Isso constitui uma evolução paralela dentro da família linguística que não provém da época das origens, mas que aconteceu entre os séculos XIV e XVII. A origem de tais fórmulas pode ser rastreada na tradição diplomática medieval em latim, mas o seu sucesso provavelmente esteve condicionado pela influência política, linguística e cultural da corte de Dom Filipe II nos reinos sob o domínio do monarca.

Ainda no campo da morfologia, houve alguns reajustes nas partículas. Os pronomes relativos eram os mesmos de hoje – *que*, *quien*, *cuyo*, *quando* e *el cual*, que já aparece gramaticalizado na obra de Nebrija. O pronome *quien* deixa de ser invariável e ganha uma forma específica de plural: *quienes*. Nos advérbios relativos e interrogativos de lugar, o paradigma latino formado por quatro elementos – *UBI* (*onde*), *UNDE* (*de onde*), *QUO* (*aonde*), *QUA* (*por onde*) – perdeu os dois últimos na passagem do latim ao castelhano, mas, na Idade Média, eram usados tanto do *e* o (<*UBI*) como *onde* (<*UNDE*), que completavam seus significados mediante proposições: *aonde*, *donde*. Esse último composto, *donde*, substituiu as antigas formas, e resta como único elemento, enquanto *ande* (<*aonde*) foi rejeitado pela norma-padrão. A mesma norma aceita as formas dos advérbios *entonces*, *ahora*, *así*, *desde*, *mientras* e *rejeita estonce*, *agora*, *ansílasín*, *demientra*. Todas essas mudanças também condicionaram a expressão das relações sintáticas.

No âmbito do **léxico**, o ambiente cultural do Renascimento e do Barroco, as viagens a outros continentes e a literatura do *Siglo de Oro* produziram toda uma revolução no acervo léxico do espanhol, que precisou emprestar palavras de outros idiomas ou criar neologismos para nomear os novos objetos e conceitos. Entre as primeiras, entram palavras das demais línguas faladas na Península Ibérica, como o catalão *buque*, *clavel*, *faena* e o galego-português: *mejillón*, *pleamar*, *vigía*. Somado a isso, a influência da língua italiana durante o Renascimento e as estreitas relações políticas trouxeram numerosos italianismos, como *balcón*, *carromato*, *diseño*, *fachada*, *pilastra*. As relações políticas e a posse da Coroa espanhola de territórios de fala francesa justificam a remessa de galicismos que penetram neste período: *billete*, *botella*, *calibre*, *servilleta*, *ujier*. Além das línguas vizinhas, o espanhol continua enriquecendo o seu léxico com o empréstimo de palavras do latim (como *certamen*, *fratricida*, *horrendo*, *tremebundo*, *versátil*) e do grego (*análisis*, *enigmático*, *epopeya*). O espanhol também gera neologismos para renovar o seu acervo, derivando-os mediante afixos, como *lodazal* a partir de *lodo*, *doctorado* a partir de *doctor*, *bobada* a partir de *bobó*, *caprichoso* a partir de *capricho*. Ademais, entrou um número significativo de palavras das línguas americanas, africanas e asiáticas; assunto que será aprofundado no próximo capítulo.

Em síntese, durante o período estudado, ampliaram-se enormemente os usos da língua, e suas estruturas gramaticais passaram por um processo de padronização. Por esse motivo, gostaríamos de concluir a presente seção mencionando as chamadas **línguas minoritárias**, **linguajares** e **gírias**, que surgem à contracorrente da tendência normativa e trazem informações muito valiosas para compreender a variação da língua espanhola durante o *Siglo de Oro*.

Vários escritores coetâneos tomaram esses estereótipos linguísticos para caracterizar diferentes personagens nas suas obras. Destarte, encontramos um panorama enormemente rico no que tange à variedade de registros. A chamada *fabla antigua* imita a linguagem medieval em obras de temática histórica; o *sayagués* estereotipa a fala dos camponeses e dos pastores leoneses, com intenção burlesca; a *habla de negros* traz traços das populações africanas escravizadas; a *habla de moriscos* caracteriza as especificidades dos descendentes dos muçulmanos que ainda viviam na Península Ibérica. A língua dos *gitanos* (ciganos) está estreitamente aparentada com a *germanía*, gíria das pessoas que viviam excluídas da sociedade, dadas como delinquentes, prostitutas, mendigos e malandros. O espanhol usado pelos vizcaínos, cuja língua materna era o euskara, pelos catalães, cuja língua materna era o catalão, e pelos portugueses é também objeto de retrato ou caricatura na literatura da época.

Certamente, nossa exposição não esgota a descrição da língua espanhola durante os séculos XVI e XVII, mas, ao menos, fornece uma visão geral.

4.3 O *Siglo de Oro* das letras espanholas

O *Siglo de Oro* se desenvolve entre dois grandes movimentos culturais que atingem a maioria dos países da Europa e também as recentes colônias americanas: o Renascimento e o Barroco. Nesta última seção apresentaremos brevemente a repercussão dos dois movimentos nas letras hispânicas.

O Renascimento surgiu nas cidades da Itália em meados do século XIV e trouxe profundas mudanças na racionalidade ao colocar o ser humano como centro do mundo. Assim, o teocentrismo, predominante na Idade Média, é substituído pelo antropocentrismo moderno. O domínio do Reino de Aragão sobre Nápoles (1442) e a entrada do Condado de Milão no Império de Dom Carlos I (1535) intensificaram o contato da Península Ibérica com a Itália. A literatura renascentista em língua espanhola é vasta e contempla diferentes gêneros literários, como a poesia, o romance e o teatro.

Na lírica, **Garcilaso de la Vega** (1501-1536) adapta fórmulas e temas da poesia italiana à língua castelhana, escrevendo os primeiros sonetos neste idioma. Também escrevem nesses anos **poetas místicos** como Sor Juana Inés de la Cruz (1515-1582), Frei Luis de León (1527-1591) e San Juan de la Cruz (1542-1591), que exploram a experiência mística da união da alma humana com a divindade por meio de uma rica linguagem com influências bíblicas. A essa época pertencem obras narrativas como *La Celestina*, uma obra-prima a meio caminho entre o gênero dramático e o romance, escrita por Fernando de Rojas (1476-1541) e publicada em 1499. A obra narra o amor entre Calisto e Melibea mediado pela casamenteira Celestina e critica o modelo de amor-cortês medieval. O seu sucesso suscitou o gênero *celestinesco*, composto por continuações da obra original e outras narrativas como *La lozana andaluza*, de Francisco Delicado.

Na passagem entre o Renascimento e o Barroco, surge a figura de **Miguel de Cervantes Saavedra** (1547-1616), o autor mais celebrado das letras hispânicas. Ele produziu várias peças de teatro e obras narrativas como *La Galatea* e as *Novelas ejemplares*, além, é claro do romance intitulado *El Ingenioso Hidalgo don Quijote de la Mancha*, publicado em duas partes: a primeira em 1605 e a segunda dez anos mais tarde, em 1615. Nessa obra, Cervantes critica o gênero do romance de cavalaria através do diálogo inesgotável entre **Dom Quixote** e o seu escudeiro **Sancho Panza**. Miguel de Cervantes faleceu em 21 de abril de 1616, mesmo dia em que morreu também William Shakespeare. Em celebração, a Unesco estabeleceu, desde 1995, essa data como o Dia Internacional do Livro.

Já o Barroco abarca todo o século XVIII. Como resposta à perda dos ideais renascentistas, o mundo não aparece como um lugar harmônico, mas coberto pelo véu das aparências que geram incertezas e desenganos. A arte reflete essas contradições através dos jogos de luzes e sombras. Na poesia, são abordados novos temas, como a passagem do tempo, a religião e a realidade social – esta, vista sob aspecto satírico –, incorporando registros cultos e vulgares.

Na poesia destacam as figuras de **Luis de Góngora** (1561-1627) e **Francisco de Quevedo** (1580-1645). Na prosa, desenvolve-se um gênero que apresenta o dia a dia e as dificuldades das classes marginalizadas: a chamada **novela picaresca**, iniciada por *El Lazarillo de Tormes*, cujas primeiras edições datam de 1554 e carecem de autor conhecido. Essas narrativas assumem um discurso autobiográfico e enfocam a figura do pícaro, um marginal que aproveita da própria sagacidade para sobreviver ou tirar algum proveito. Nesse gênero, Mateo Alemán publica *La vida del Guzmán de Alfarache* em duas partes (a primeira em 1599 e a segunda em 1604), e Quevedo, a *Historia de la vida del buscón*, em 1626. Outro tipo de obras em prosa têm uma finalidade pedagógica, como *El Criticón* no qual jesuíta Baltasar Gracián (1601-1658) apresenta uma alegoria da vida humana.

Devemos concluir este brevíssimo panorama mencionando o **teatro**, gênero que representou os interesses e gostos da época. **Lope de Vega** (1562-1635) renovou os modelos precedentes e estabeleceu a chamada comédia espanhola, que quebrava as unidades clássicas de tempo e lugar, estabelecia a divisão da peça em três atos e misturava elementos cultos e populares, trágicos e cômicos. Ele mesmo escreveu e encenou inúmeras peças, como *El perro del Hortelano*, *Fuenteovejuna* ou *La dama boba*. Outros dramaturgos importantes foram Tirso de Molina (1579-1648), autor de *El burlador de Sevilla*, que cria o mito do Don Juan como homem sedutor e falso, e Calderón de la Barca (1600-1681), autor de *La vida es sueño*, que aborda temas como o destino, o poder e o livre arbítrio. As peças eram representadas nos *corrales de comedias*, uma espécie de saguão ou pátio dos edifícios públicos que servia de palco cênico. As atrizes e os atores ganhavam a fama entre o público. María Calderón (1611-1678), conhecida como *A Calderona* ou *Marizápalos*, é um exemplo que se destacou em sua área artística.

O prestígio cultural do *Siglo de Oro* e a presença militar do Império Espanhol fizeram com que as elites, formadas por nobres e burgueses, da França, Itália, Inglaterra e Flandres (atuais Bélgica e Holanda) se interessassem pela língua espanhola. As prensas das principais cidades da Europa – como Veneza, Milão, Antuérpia, Bruxelas, Paris e Lyon –, imprimiam obras de autores espanhóis. O teatro e a literatura hispânica eram fonte de inspiração para autores estrangeiros, como para o famoso dramaturgo francês Pierre Corneille, que, em 1648, escreveu *Le Cid*, sobre a figura do herói medieval castelhano Rodrigo Díaz de Vivar, *El Cid Campeador*.

É famosa a cena ocorrida em 1536 em que o imperador Dom Carlos I, perante as reclamações do embaixador da França, que dizia não entender o espanhol, exclamou, em presença do Papa, com certo desprezo: “*Señor obispo, entiéndame si quiere; y no espere de mi otras palabras que de mi lengua española, la qual es tan noble, que merece ser sabida y entendida por toda la gente christiana*” (apud Metzeltin, 2007, p. 158). Esse gesto mostra, de certa forma, a afirmação do espanhol como língua de comunicação nas chancelarias da Europa. Dentro da construção da consciência linguística, cabe mencionar o *Diálogo de la lengua*, escrito por **Juan de Valdés**, em Nápoles, por volta de 1535, em que estabelece o espanhol no mesmo patamar das outras línguas de prestígio e, especialmente, do latim. Juan de Valdés defende que não existem línguas superiores ou inferiores e que os usos literários ampliam as capacidades expressivas da linguagem.

As gramáticas, dicionários e cartelas para aprender a ortografia confirmam o interesse dos estrangeiros pela língua espanhola. Entre elas, cabe mencionar a *Gramática Castellana* (1558), de Cristóbal de Villalón, *Osservationi della lingua castigliana* (1569), do italiano Giovanni Miranda, as gramáticas anônimas de Lovaina (publicadas em 1555 e 1559) e a *Grammaire espagnolle expliquée en François* (1597), do francês César Oudin. Em todas elas prima o interesse prático pela aprendizagem das estruturas gramaticais sobre as questões meramente normativas.

Durante esse período penetraram nas línguas europeias palavras espanholas, principalmente nos âmbitos da guerra, da administração, do comércio, da cultura e da música. Assim, temos em italiano: *regalo*, *vigliacco*, *guerriglia*, *casco*, *azienda*; em francês, encontramos: *arobase*, *cargo*, *fanfaron*, *hâbleur*, *sieste*; e em inglês: *embargo*, *armada*, *guitar*, *picaroon*, *desperado*.

O professor francês Paul Teyssier, na sua famosa *História da Língua Portuguesa* (2007, p. 43-44), fala do bilinguismo luso-espanhol que ocorreu entre as elites culturais e políticas portuguesas desde meados do século XV até finais do século XVII, em decorrência dos casamentos entre reis portugueses e princesas espanholas, e, sobretudo, pelos sessenta anos da dominação espanhola (1580-1640). Durante esse longo período, o espanhol foi língua de cultura em Portugal e, destarte, a maioria dos escritores – como Gil Vicente, Luís de Camões e Francisco Manuel de Melo – empregou também a língua do país vizinho. Alguns, como Jorge de Montemor, autor de *La Diana*, chegaram a hispanizar seu nome: Jorge de Montemayor. Enquanto outros, como António Ferreira, recusaram-se a escrever nessa outra língua, mantendo o uso exclusivo do português. É importante frisar que o espanhol escrito por autores lusos possui uma série de características resultantes da influência da língua materna (como infinitivos conjugados). Após 1640, com a restauração da independência portuguesa, o francês passa a ocupar o papel de língua de cultura na corte, pondo fim ao bilinguismo luso-espanhol. Todavia, como resultado desse período, várias palavras do castelhano entraram em português e hoje são de uso comum. *Botija, botijão, duende, frente, granizo, guerrilha* ou *sapatilha* são algumas delas.

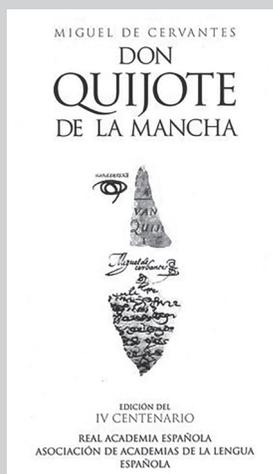
No período estudado, o espanhol também serviu como transmissor do vocabulário procedente da América, adotando posteriormente formas locais nas respectivas línguas. Essa questão será profundada no quinto capítulo.

+ Ampliando seus conhecimentos

El “Quijote” en la historia de la lengua española

(BLECUA, 2004, p. 1117-1118)

Figura – Cópia da capa da edição, produzida pela RAE-ASALE, comemorativa dos quatrocentos anos da publicação de *Dom Quixote*.



Fonte: Real Academia Española.

El Quijote es el gran libro de la vida, pero también de la literatura, Presente en toda la obra: en las citas de los libros, en la aparición de los manuscritos pues la tradición oral. Martín Morán ha señalado que Don Quijote representa la escritura y Sancho sería la voz, en el mundo de encrucijada entre oralidad y escritura. La obra cervantina conocías y estilos muy diversos y maneras muy diferentes de concebir y de interpretar la lengua literaria a causa de las distintas fuentes que entran en el libro como un gran juego de espejos: romancero, materia pastoril, narraciones caballerescas o presencia de autores admirados, tal, por ejemplo, Garcilaso. Las incorporaciones y citas que dan a veces cuidadosamente veladas, como sucede al aparecer el verso “A su albedrío y sin orden alguna...” Como si fuera la prosa del Quijote. Hay que añadir, además, a esta intertextualidad constante la presencia de la reflexión sobre la lengua o sobre la obra literaria, o simplemente la broma para el lector conocedor de estas cuestiones. La extraordinaria frecuencia de aparición de la palabra historia en la obra obedece a la discusión teórica entre poesía – como creación literaria (en prosa o en verso), basada en la imitación y en el concepto de lo verosímil – frente a historia, representación de una realidad auténtica. Con la ironía que supone que Cervantes denomine a su narración puntual historia, historia nueva y jamás vista.

El modelo lingüístico más frecuente en el Quijote es el que deriva de la representación de la lengua coloquial en un proceso de estilización que es constitutivo de la lengua literaria, ya que no es posible representar con exactitud la lengua de la conversación tal como aparece en la realidad. Finísimas observaciones del coloquio y de sus elementos aparecerán en los fragmentos dialogados de las obras cervantinas, que tienen su base en una tradición que arranca de El Corbacho y de La Celestina, y se manifiesta abiertamente en La lozana andaluza, en la novela picaresca o en los personajes de las obras de Lope de Rueda.

Como consecuencia de la elección del diálogo de la lista aparece un alto número de palabras relacionadas con los pronombres (personales, demostrativos, posesivos), con el espacio, con el tiempo. Elementos que sirven para que la lengua quede engarzada en un mundo maravilloso, organizada sobre una primera persona que habla con una segunda, para intercambiar muy pronto sus funciones en un mecanismo casi teatral.

✎ Atividades

Com base na leitura deste capítulo, responda às questões que apresentamos a seguir:

1. Explique brevemente o ajuste das sibilantes e as consequências que teve na configuração do sistema consonantal do espanhol moderno.
2. Apresente os títulos, autores e obras que permitem traçar a codificação do espanhol durante o *Siglo de Oro*. Retome também o contexto em que foram publicadas.
3. A forma fonética de palavras como *botija*, *botijão*, *duende*, *frente*, *guerrilha* e *sapatilha* revelam que não fazem parte do acervo patrimonial do português, mas foram emprestados do espanhol no período de bilinguismo luso-espanhol. Quais fenômenos revelam a sua origem estrangeira? (Para responder, consulte os três primeiros capítulos nos quais se explicam as transformações que o castelhano sofreu ao longo dos séculos).

📖 Referências

BLECUA, José Manuel. El “Quijote” en la historia de la lengua española. In: CERVANTES, Miguel de. **Don Quijote dela Mancha**. Edición del centenario RAE-ASALE. Madrid: Alfabeta, 2004. p. 1115-1122.

CALVO DEL OLMO, Francisco Javier. **De la creación de “vuestra merced” a la desaparición de “tú”**. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2012.

GAUGER, Hans-Martin. La conciencia lingüística en la Edad de Oro. In: CANO, Rafael (coord.). **Historia de la Lengua Española**. Barcelona: Ariel, 2013. p. 681- 700.

MARTÍNEZ SHAW, Carlos. La España Moderna (1474-1700). In: CANO, Rafael (coord.). **Historia de la Lengua Española**. Barcelona: Ariel, 2013. p. 799-824.

METZELTIN, Miguel. Del Renacimiento a la actualidad (I). Procesos de codificación de las lenguas románicas. In: GARGALLO Gil, J. E; REINAS Bastardas, M. (coord.). **Manual de lingüística románica**. Barcelona: Ariel, 2007. p. 147-198.

OLMO, Francisco Calvo del. Los sonidos del español 2: seseo, ceceo y aspiración de -s implosiva. 25 ago. 2016. Disponível em <<https://corpuscuenta.wordpress.com/2016/08/25/los-sonidos-del-espanol-2-seseo-ceceo-y-aspiracion-de-s-implosiva/>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

RAE-ASALE. Corpus Diacrónico del Español (CORDE). Disponível em: <<http://corpus.rae.es/cordecnet.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

THOMAS, Werner; VERDONK, Robert. (org.) **Encuentros en Flandes**: Relaciones e intercambios hispanoflamos a inicios de la Edad Moderna. Louvain: Presses Universitaires de Louvain, 2000.

☑ Resolução

1. As sibilantes são sons fricativos e africados que produzem uma impressão acústica semelhante a um assobio. Em castelhano medieval, existia um sistema de sibilantes integrado por oito fonemas, como mostram os documentos escritos na época de Dom Alfonso X, o Rei Sábio. Mas, no final da Idade Média, perderam-se os pares sonoros, restando quatro fonemas: /s/, /ʃ/, /x/ e /tʃ/. O último desses, /tʃ/, manteve uma certa estabilidade nos séculos seguintes, mas as outras sibilantes mudaram o seu ponto de articulação. Nos dialetos setentrionais de Castela, consolidou-se um novo sistema que distinguia entre /θ/ e /s/, criando pares fonológicos: casa~caza, coser~cocer, ves~vez. Mas, em algumas regiões da Andaluzia, ocorreu a coalescência ou fusão dos dois fonemas em /s̺/, chamado de seseo, ou em /θ/, chamado de ceceo. Já o fonema palatal /ʃ/ evoluiu para articulação velar /x/.
2. Dentro da construção da consciência linguística e da padronização da língua espanhola durante o *Siglo de Oro*, cabe mencionar o *Diálogo de la lengua*, escrito por Juan de Valdés em Nápoles por volta de 1535. Também se destacam as gramáticas, dicionários e cartelas para aprender a ortografia publicadas nesse período, como a *Gramática Castellana* (1558), de Cristóbal de Villalón, *Osservationi della lingua castigliana* (1569), do italiano Giovanni Miranda, as gramáticas anônimas de Lovaina (publicadas em 1555 e 1559) e a *Grammaire espagnolle expliquée en Francois* (1597), do francês César Oudin. Em todas elas as questões de aprendizagem do idioma se destacam, em detrimento das discussões meramente normativas. Há que se destacar, também, o trabalho dos impressores, que difundiam as normas ortográficas.
3. A forma fonética de palavras como *botija*, *botijão*, *duende*, *frente*, *guerrilha* e *sapatilha* revelam que não fazem parte do acervo patrimonial do português, mas que são empréstimos lexicais da língua vizinha. O primeiro par de empréstimos, *botija* e *botijão*, apresentam o grafema -j-, frente a cognatos lusos que têm -lh – como *botelho*. Assim, nelas ocorreu o reajuste do sibilante, fenômeno característico do espanhol. Já em *duende*, estudamos que essas palavras procedem de o breve latino e ditongaram em espanhol /ue/. Desse modo, procedente do étimo DOMINUS formou-se *duende* e do étimo FRONTE(M), *frente*. Por via patrimonial, essas palavras produziram os cognatos portugueses *dono* e *fronte*. Por último, *guerrilha* e *sapatilha* apresentam o diminutivo castelhano -illo, muito comum na língua do *Siglo de Oro*.

A difusão do espanhol na América

Neste capítulo apresentaremos os aspectos fundamentais que permitem balizar o processo de implantação e difusão da língua espanhola no continente americano durante os séculos XVI e XVII. Para tanto, na primeira parte, examinaremos os fatos fundamentais da **conquista** e da **resistência** dos povos nativos, traçando o surgimento dos **vice-reinos** do Peru e da Nova Espanha; na segunda, estudaremos as teorias que descrevem a implantação da língua espanhola na América e concluiremos o capítulo mostrando o panorama cultural dos primeiros séculos da Colônia. Cabe dizer que a história do espanhol na América é um episódio fundamental no devir desse idioma, já que alterou profundamente suas funções ao ser usado em novos espaços geográficos e sociais, integrando diferentes tradições discursivas e construindo progressivamente uma nova identidade idiomática.

5.1 Conquista do território americano e estabelecimento dos vice-reinos de Nova Espanha (1535) e do Peru (1542)

Embora o tratado das Alcáçovas, assinado com Portugal em 1479, negasse explicitamente para Castela a possibilidade de explorar a costa africana e procurar rotas marítimas para o Oriente e a Índia, o reconhecimento dos direitos dos Reis Católicos sobre as Ilhas Canárias nesse mesmo tratado permitiu-lhes aceitar o plano de **Cristóvão Colombo**. Esse navegante, possivelmente de origem genovesa, propunha-se chegar à Índia não pelo Oriente, mas pelo Ocidente, cruzando o Oceano Atlântico. Assim, na noite de 3 de agosto de 1492, Colombo partiu do porto de Palos de la Frontera no comando de uma expedição com três navios: a *Santa Maria*, uma nau maior, e duas caravelas menores, a *Pinta* e a *Santa Clara*, também conhecida como a *Niña*. Essa primeira viagem foi concluída no dia **12 de outubro de 1492**, quando a expedição arribou a uma ilha do Caribe, localizada nas atuais Bahamas, chamada Gaunahani pelo povo taino e batizada como San Salvador pelos recém-chegados europeus. Nos anos seguintes, o mesmo capitão realizou mais três viagens explorando o litoral caribenho. Outro navegante, Vasco Núñez de Balboa, atravessou o istmo do Panamá e alcançou o Oceano Pacífico em 1513. Mais tarde, em **1494**, um novo tratado foi assinado em **Tordesilhas** entre a Coroa Hispânica e Portugal, para dividir os territórios descobertos, assim como outros que poderiam ser explorados no futuro. Nesse, traçava-se uma linha imaginária situada a 370 léguas – em direção norte-sul – ao oeste das ilhas de Cabo Verde, já então colônia portuguesa. Os territórios a oriente dessa linha seriam de soberania portuguesa e os situados a ocidente, espanhola. Esse acordo permitiu a exploração lusa do Brasil, com a chegada de Pedro Álvares Cabral em 1500.

A partir desses primeiros contatos entre europeus e nativos, a evangelização destes últimos foi usada como arma ideológica para justificar a conquista e a exploração dos recursos e riquezas do continente. Para atingir esse fim, as tropas espanholas contaram com a superioridade tecnológica que as armas de fogo e o uso de cavalos nos combates lhes forneciam; mas também usaram como recurso pactos e alianças com diferentes povos americanos rivais, exacerbando os conflitos entre eles. Assim, a conquista da área centro americana teve início entre 1519 e 1521; dez navios, com aproximadamente quinhentos soldados sob o comando de **Hernán Cortés**, saíram de Cuba em direção ao litoral mexicano.

A aliança dos invasores com os povos tlaxcaltecas e totonacas facilitou a sua entrada na capital, México-Tenochtitlan, e a captura do *tlatoani* (governante) asteca-mexicano **Moctezuma Xocoyotzin**. O termo *tlatoani* significa “orador” e era usado por vários povos de língua náhuatl para designar os governantes dos *altepetl* ou cidades, eleitos pelos *pipiltin* ou nobres; aqueles que governavam vários *altepetl* recebiam o nome de *huēy tlahtoāni*; isto é, *gran orador*. O termo foi traduzido para o castelhano de forma imprecisa como “rei” ou “imperador”. Derrotado o poder asteca, os espanhóis ocuparam o vale do México e as férteis terras do istmo panamenho.

Poucos anos mais tarde, no início de 1531, outra expedição formada por 3 barcos e 180 homens partiu do litoral da América Central em direção Sul sob o comando de **Francisco Pizarro**, que, durante uma viagem a Castela, havia adquirido a autorização do Imperador Dom Carlos I para conquistar as terras do sul. A expedição aportou em Tumbez, porto do norte do Peru no Oceano Pacífico, onde desembarcaram os soldados para continuar por terra e, assim, em 15 de novembro de 1532 entraram na cidade de Cajamarca, que fazia parte do *Tahuantinsuyo*, isto é, dos territórios sob a autoridade dos Incas. No dia seguinte, o **Inca Atahualpa**, ou seja, o soberano, saiu do seu acampamento para exigir a retirada dos invasores, mas se tornou prisioneiro de Pizarro. Então o inca ofereceu uma grande recompensa em ouro pela própria liberdade; apesar disso, os espanhóis o assassinaram em 24 de junho de 1533, e Tupac Huallca foi eleito novo Inca pelos nobres. Pizarro e suas tropas decidiram então ir à capital, Cusco, e nomearam um novo Inca, Manco Inca Yupanqui, para legitimar a conquista. Porém, por causa dos abusos cometidos contra ele e seu povo, Manco decidiu rebelar-se e em 1536 quase conseguiu liberar Cusco e expulsar os espanhóis. Derrotado, fugiu para Vilcabamba e, mais tarde, foi esfaqueado por um grupo de sete espanhóis em 1544.

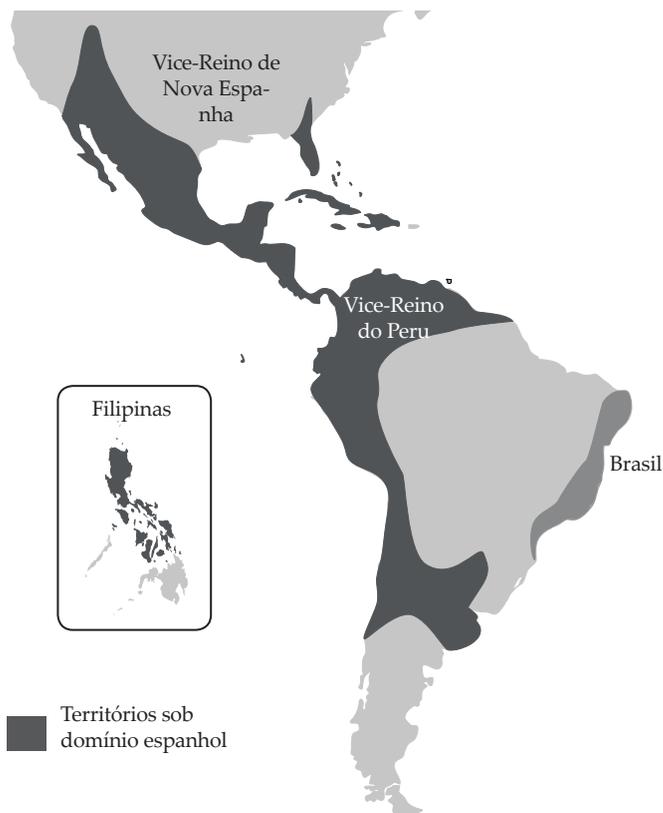
Podemos entender melhor a rapidez da conquista desses vastos territórios com base nas guerras civis e nos conflitos étnicos que possibilitaram que os espanhóis encontrassem aliados entre nobres e senhores, que, tradicionalmente, se opuseram ao expansionismo inca e asteca.

Sobre as ruínas desses impérios, surgiram os dois primeiros vice-reinos: o *Virreinato de Nueva España* (Vice-Reino da Nova Espanha), fundado oficialmente em 8 de março de 1535, com capital na cidade do México, e o *Virreinato do Perú* (Vice-Reino do Peru), com capital em Lima, fundado oficialmente em 20 de novembro de 1542. Logo após a conquista, ocorreu um processo de rápidas mudanças que originaram uma sociedade nova onde o catolicismo e a organização política espanhola se impunham aproveitando elementos das estruturas sociais, econômicas, políticas e religiosas precedentes e iam alterando-as progressivamente. Esta questão resulta fundamental para entender como se conformou um imenso império composto de amplos espaços, que de outra forma seria muito mais difícil controlar.

O Império Espanhol conseguiu percorrer o território americano de norte a sul, ligando o que hoje é México e o sul dos Estados Unidos com os portos do Rio da Prata através da Cordilheira dos Andes. Nesse vasto espaço, fundaram-se novas cidades, como Córdoba, Havana, Cartagena de Índias, Lima, Bogotá, Santiago de Chile e Buenos Aires; enquanto as urbes pré-existentes eram reformadas para servir aos interesses da colônia, como México ou Cusco. De forma geral, os portos serviam para o escoamento das riquezas, enquanto os núcleos no interior pretendiam fixar a população e explorar os recursos agrários.

Além dos territórios americanos, a expansão espanhola dirigiu-se para o Oceano Pacífico, a Polinésia e o arquipélago das Filipinas. Fernando de Magalhães e Juan Sebastián Elcano completaram a primeira volta ao mundo entre 1519 e 1522. Em 1543, uma expedição de colonização, liderada por Ruy López Villalobos, nomeou o arquipélago de Filipinas, em homenagem ao monarca Dom Felipe II; os espanhóis estabeleceram sua capital em Manila a partir de 1571, afirmando seu domínio sobre o país asiático por mais de três séculos.

Figura 1 – Territórios americanos e asiáticos sob domínio espanhol.



Fonte: imagestockdesign/Shutterstock. Adaptado.

Uma vez consolidadas as conquistas, começaram a chegar os colonos desde a península. Durante as primeiras décadas da colônia, a maioria dos emigrados procedia do Reino de Castela, principalmente das províncias de Sevilha, que unida a Badajoz, Toledo, Cáceres e Valladolid, foram responsáveis por mais de 50% da migração; já outros reinos peninsulares – como as Províncias Bascas e Navarra (4%), a Galiza (2%) e a Coroa de Aragão (1,3%) – apresentavam percentuais menos expressivos. Estima-se que, no século XVI, partiram para a América cerca de 300 mil imigrantes procedentes majoritariamente do sul. No século seguinte, o fluxo aumentou atingindo um total de 380 mil pessoas. No que tange aos destinos, aparece uma preferência pelo Vice-Reino da Nova Espanha, que absorveu 34,3% dos imigrantes; já o Peru recebeu 23,8% do total. Outros destinos tiveram efetivos mais limitados, como o Chile e o Rio da Prata (3,6%) ou as Antilhas (10,6%).

Sobre a origem social dessa população, os colonos procediam de todos os estratos sociais; nas cortes dos vice-reinos, estabeleceram-se nobres, fidalgos e membros do alto clero, enquanto nas novas cidades americanas chegaram também pessoas de setores populares. De forma geral, todos os espanhóis instalados na América ascenderam na escala social, pois passaram a ocupar as posições privilegiadas do sistema colonial. A sociedade das colônias espanholas era uma sociedade racista, multiétnica e multilíngue que se estruturava seguindo uma forte hierarquia de “castas sociais”. Os espanhóis peninsulares ocupavam a posição hegemônica nos âmbitos sociais e econômicos seguidos pelos mestiços e hispano-descendentes

nascidos em territórios americanos. Na base da pirâmide estavam os índios e os africanos, estes últimos relegados a uma condição infra-humana. No meio, havia ainda todo um leque de combinações possíveis de miscigenação entre africanos, indígenas e europeus de primeira, segunda ou terceira geração.

De qualquer maneira, durante o primeiro século da colônia, a população indígena foi majoritária e os europeus constituíram uma elite reduzida. Entretanto as doenças trazidas da Europa e a exploração dizimaram os nativos. Desde o primeiro momento, os colonizadores agruparam os índios em *encomiendas*, grupos sob a autoridade de um colonizador que conseguia assim mão de obra. No entanto, alguns juristas e missionários questionaram a existência das tais *encomiendas* alegando os abusos que os *encomenderos* exerciam contra os índios sob o seu cargo. Entre as primeiras vozes que se alçaram condenando essa situação, destaca-se a de Frei **Bartolomé de las Casas** (1484-1566) em obras como *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* (1552), dedicada ao futuro Dom Felipe II, na qual resumiu as injustiças dos primeiros cinquenta anos da colonização. Essas denúncias levaram a posicionamentos oficiais que condenavam as *encomiendas* e previam leis adequadas para a América (como as Leis de Burgos, aprovadas em 1512) e terminaram provocando a *Polémica de los naturales*, discutida entre 1550 e 1551 no Colégio de San Gregório de Valladolid, onde colidiram duas teses opostas acerca da conquista americana. A primeira, representada pelo próprio Bartolomé de las Casas, defendia que os índios possuíam alma e, portanto, mereciam um trato humano; a segunda, defendida por Juan Ginés de Sepulveda, baseava o domínio dos colonizadores europeus na sua superioridade física e moral. Mesmo sem alcançar uma resolução, esses debates provocaram, em certa medida, o reconhecimento de alguns direitos para os povos nativos. A partir das Leis Novas de 1542, as *encomiendas* entram em declínio, enquanto surgiram outras formas de organização como as **missões jesuíticas** (nos atuais Paraguai, província argentina de Misiones e no estado brasileiro do Rio Grande do Sul).

A redução da população indígena por causa das doenças e a progressiva limitação da exploração extrema desses povos fizeram com que os colonizadores se interessassem pelo tráfico de pessoas vindas da África, que serviriam como mão de obra nos plantios coloniais. Podemos definir o **escravagismo** como o sistema social que permite que uma pessoa (o escravo) seja legalmente propriedade de outra (o mestre). Não há consenso sobre as cifras, mas vários estudos apontam que entre os séculos XVI e XVII aproximadamente 60 milhões de seres humanos foram sequestrados em diferentes enclaves da África. Desses, 24 milhões foram levados para a América, 12 milhões para a Ásia e 7 milhões para a Europa, enquanto os 17 milhões restantes faleceram durante a travessia nos chamados navios negreiros. De acordo com as cifras de Gallego (2005), nesses primeiros séculos, mais de dois milhões foram desembarcados na América Espanhola.

Contudo, ocorreram durante toda a época colonial experiências de luta e resistência tanto da população indígena como negra. Assim, em 1691, as autoridades coloniais tiveram que reconhecer a liberdade dos moradores do Palenque de San Basílio, fundado na atual Colômbia por uma comunidade de escravos africanos. Enquanto a resistência do povo Mapuche – aliado com os Cunco, Huilliche, Pehuenche e Picunche – se opôs às forças militares da Capitania Geral do Chile desde 1536 até a independência chilena.

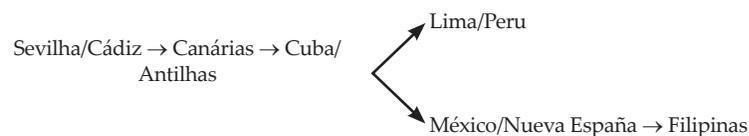
No contexto social que brevemente esboçamos, o espanhol começou a difundir-se em convivência com outras línguas americanas e africanas. Mas quais variedades de castelhano foram levadas para a América? Quais transformações ocorreram nos primeiros anos desse processo? Como influíram as várias línguas de substrato? Tentaremos apresentar as principais pesquisas e teorias que os linguistas formularam para responder a essas questões na segunda parte do capítulo.

5.2 Contatos linguísticos e implantação do espanhol

A introdução da língua espanhola na América está atrelada ao processo de colonização iniciado em 1492, que, por sua vez, se inscreve no projeto de expansão imperialista da Coroa hispânica sob a Dinastia dos Habsburgo, como estudado no quarto capítulo. Hoje em dia, os países hispano-falantes da América compartilham traços linguísticos entre si, mas também possuem especificidades nas suas normas nacionais. Essa variação atual é o resultado da língua transplantada no século XVI para as várias regiões do continente.

No primeiro capítulo, apresentamos o processo de romanização que assimilou, nos planos linguístico e cultural, as populações das províncias romanas; o processo de “hispanização” de imensos territórios americanos resulta, em certa medida, análogo. Se o resultado do primeiro foi a integração da Península Ibérica no espaço geográfico da *Romania Continua*, isto é, dos territórios onde se falou latim e onde hoje se falam as línguas românicas; o resultado do segundo foi a integração dos países hispano-americanos na *Romania Nova*, isto é, dos territórios onde foram implantadas as línguas românicas, formadas durante a Idade Média.

O mencionado **processo de implantação linguística** pode ser caracterizado como o resultado de uma primeira etapa de introdução em um contexto plurilíngue, seguida por um período de difusão dos traços comuns e, por fim, um terceiro momento de nivelamento interno e diferenciação regional. As conquistas militares que apresentamos na primeira parte do capítulo originaram uma rede de comunicação entre a metrópole e as colônias, que, de acordo com Penny (2014, p. 38), se articulava da seguinte maneira:



Comentando a proposta de Penny para esquematizar a difusão do espanhol, devemos colocar a primeira etapa no porto de Sevilha, localizado no rio Guadalquivir, onde os navios saíam para alcançar o Atlântico junto a Cádiz; desde aí, percorriam o litoral africano até as Ilhas Canárias, último ponto antes de cruzar o oceano e chegar à Havana, na maior das Antilhas. A partir da base insular, distribuíam-se em terra firme em duas direções: uns ficavam na América do Norte, no Vice-Reino da Nova Espanha, e outros penetravam pelos Andes na América do Sul, no Vice-Reino do Peru. O seguinte mapa permite visualizar essas rotas marítimas.

Figura 2 – Rotas entre a Espanha e a América.



Fonte: ekler/Shutterstock. Elaborada pelo autor.

Havia ainda uma rota que unia a Cidade do México com o arquipélago das Filipinas atravessando o Pacífico. Essas vias de comunicação serviram como canais de difusão da língua dos colonizadores e permitem entender as principais configurações dialetais do espanhol americano. Ao longo do processo, os **principais atores** são os colonizadores peninsulares, usuários de determinadas variedades de castelhano, e as populações indígenas e africanas colonizadas, falantes de idiomas com os quais o espanhol entrou em contato.

Começaremos examinando o papel de Sevilha como cidade que concentrava a população antes da partida. De acordo com as cifras que apresentamos, a maioria dos colonos procedia do sul da Espanha e, em todo caso, todos eles deviam passar uma estadia mais ou menos longa na capital andaluza aguardando os documentos e as condições climáticas necessárias para empreender a viagem. Isso explica uma série de traços fonéticos comuns a todas as variedades atuais de espanhol americano compartilhados também com Sevilha e as Ilhas Canárias; principalmente o *seseo*¹ como resultado do reajuste das sibilantes. Além disso, outros traços peninsulares meridionais, como a aspiração de /-s/, o *yeísmo*² e a aspiração de /x/, também se estenderam por vastas regiões do continente e, igualmente, são encontradas nas Ilhas Canárias. A **teoria do influxo andaluz e sevilhano** na origem do espanhol americano já foi levantada por linguistas do século XX, como informam Thibault e Torres Torres (2007), e com distintas reformulações continua vigente até hoje.

1 Segundo a RAE o *seseo* é “pronunciar con algún alófono de /s/ el fonema representado por las letras s, z o c seguida de e o i”. Disponível em: <<http://dle.rae.es/?id=cAb77Q4>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

2 Segundo a RAE o *yeísmo* é “desaparición de la diferencia fonológica entre la consonante lateralpalatal y la fricativa palatal sonora, de manera que, en la pronunciación, no se distinguen palabras como llamado y cayado”. Disponível em: <<http://dle.rae.es/?id=cAb77Q4>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

Provavelmente a convivência entre colonos de diferentes origens geográficas, durante os preparativos da viagem e na travessia marítima, produziu uma primeira **convergência** das **variedades dialetais** usadas por cada um deles. Por outro lado, nesse processo de seleção, foram incorporadas vozes específicas da linguagem marítima na língua geral falada na América. Fato que se justifica pela importância dos marinheiros e capitães nas primeiras fases colonizadoras. Um exemplo desses **marinerismos** é o uso do verbo *izar* (içar as velas das naves) com o valor geral de *puxar* (uma porta) Outros *marineirismos* seriam *amarrar* por atar ou fletar com o valor de *alquilar*³.

Chegados aos seus destinos, os colonizadores entraram em contato com as línguas nativas faladas em cada região. O processo de substituição linguística e **glotofagia** acabou com muitas destas, que, entretanto, constituem o substrato das atuais variedades hispano-americanas. Cabe salientar que alguns desses idiomas foram considerados ferramentas práticas para a expansão imperial e, assim, usados e promovidos, de forma mais ou menos consciente, pelas autoridades espanholas. Algo semelhante aconteceu no Brasil com o tupi ou Língua Geral, majoritária na vida da Colônia até o século XVIII quando o Marquês de Pombal proibiu o seu uso.

Os espanhóis chegaram primeiramente às Antilhas, no Caribe, e entraram em contato com os Taínos, falantes de uma língua do grupo aruaque. Ainda que esteja atualmente extinto, restaram marcas do **Taíno** no substrato dos atuais países caribenhos e também das regiões litorâneas da Colômbia, Venezuela e Flórida. Procedem desse idioma palavras como *ají*, *batata*, *bohío*, *caimán*, *cacique*, *caníbal*, *canoa*, *carey*, *colibrí*, *enaguas*, *guajiro*, *hamaca*, *iguana* e *maíz*.

No Vice-Reino da Nova Espanha – isto é, no atual México, sul dos EUA e países centro americanos – o **náuatle**, língua da civilização méxico-asteca, atuou como *língua franca* entre povos nativos e substrato do espanhol-mexicano. Os colonizadores usaram-no com objetivos específicos, como a evangelização, e também foi difundido pelos soldados náuatles que participaram nas expedições de conquista. Hoje em dia, o náuatle convive em situação de diglossia com o espanhol e é a língua nativa com o maior número de falantes no México, atingindo 1.500.000 de usuários. Palavras dessa origem impregnam o espanhol falado no México e nos países vizinhos como *aguacate*, *cacahuate*, *cuate*, *chapulín*, *chicle*, *ejote*, *elote*, *hule*, *jitomate*, *mayate*, *mecate*, *milpa*, *olote*, *piocha*, *zopilote*. Outras vozes náuatle, como *cacao*, *chocolate*, *coyote* e *tomate*, existem hoje entre a maior parte das línguas ocidentais, as quais chegaram por meio do espanhol.

Utilizadas principalmente na Península do Iucatã por mais de 6 milhões de pessoas, as línguas **maias** formam outra família linguística da América Central que também deve ser mencionada. Na língua cotidiana da Guatemala aparecem palavras maias como *chola* (cabeça), *güiro* ou *ishto* (menino) e *muchá* (amigos).

³ O leitor pode verificar o significado das palavras espanholas que aparecem como exemplos ao longo do livro no Diccionario de la Lengua Española, disponível em: <<http://dle.rae.es/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Já no Vice-Reino do Peru, o **quéchua** e o **aimará** serviram como *línguas francas* empregadas desde as Terras Altas da cordilheira dos Andes, na Colômbia, até a Bolívia e o norte do Chile e da Argentina. As duas foram usadas pelas autoridades políticas e religiosas da colônia para expandir a sua presença de forma análoga ao que fizeram com o náuatle no México. Esse fato explica a existência de diferenças lexicais no espanhol americano como o uso dos termos quéchuas *choclo* e *humita*, no Peru e no Cone Sul, para nomear o ‘milho’ enquanto, no México, no Caribe (e também na Península Ibérica), a mesma planta recebe o seu nome da voz taína *maíz*. O espanhol andino, falado atualmente, ao longo da cadeia dos Andes, apresenta grande influência do quéchua e do aimará não apenas no nível lexical, mas fonético e morfossintático, já que essas duas línguas continuam sendo faladas por amplos setores da população.

Na área central e meridional do atual Chile, a presença do povo **mapuche-araucano**, atualmente composto por aproximadamente 1 milhão de pessoas, deixou um importante substrato linguístico com vozes como *curi* (cor preta), *malón* (assalto), *ulpo* (bebida elaborada com farinha). Já na área do rio da Prata, atuais Argentina, Uruguai e Paraguai, foi a língua guarani que entrou em contato com o espanhol. Cabe dizer a esse respeito que o **guarani** continua sendo uma língua amplamente falada por mais de 7 milhões de pessoas. É língua oficial no Paraguai (em 1992), na Bolívia (em 2008), na província argentina de Corrientes (em 2011), em alguns municípios brasileiros como Tacuru-MS (em 2010) e no Mercosul. A prolongada situação de diglossia linguística e cultural guarani-espanhol produziu diferentes graus de hibridismo, que abordaremos nos próximos capítulos.

Essa rápida aproximação ao substrato e à presença do elemento indígena no espanhol americano permitiu apresentar alguns exemplos das línguas ou grupos que tiveram um papel protagonista. Porém, um estudo aprofundado do assunto mostraria outros grupos e comunidades linguísticas que aqui não mencionamos pelas limitações de espaço. Ademais, a influência do substrato não está limitada ao nível lexical, mas se encontram em outros níveis como o fonético-fonológico, o morfossintático e, mesmo, o pragmático.

Se até aqui caracterizamos os colonizadores espanhóis e os povos nativos americanos, dirigimos agora nossa atenção para apresentar os quase 2 milhões de pessoas procedentes da África que foram instaladas nos territórios sob dominação espanhola. De maneira geral, a política seguida pelos proprietários escravagistas era separar as pessoas procedentes de um mesmo grupo étnico para enfraquecer os laços de solidariedade intragrupal e dificultar a comunicação, consideradas medidas preventivas a possíveis revoltas. Por causa disso, a língua dos europeus foi consolidada como língua de comunicação entre os negros.

Sem nenhum tipo de aprendizagem formal e reduzidos a condições materiais e culturais de miséria, as gerações descendentes dos africanos reelaboraram elementos heterogêneos criando uma língua altamente analítica que tomava majoritariamente o léxico da língua europeia de superstrato, mas as estruturas morfossintáticas apresentam semelhanças com a família africana das línguas bantu. O processo que brevemente esboçamos recebe o nome de **crioulização** e foi enunciado no século XX tanto por linguistas como por intelectuais, como o antilhano Édouard Glissant, que trataram de explicar essa hibridação não apenas no âmbito linguístico, mas nos sistemas culturais.

Nesse contexto de colonialismo e exploração, surgiram em diferentes lugares as chamadas línguas **crioulas**, tanto na África (como o cabo-verdiano, o kriyol da Libéria etc.), como na América (o jamaicano, o haitiano etc.) e mesmo na Ásia (o tok pisin, o chavacano etc.). A academia costuma classificar as línguas crioulas a partir da língua lexificadora; assim, há crioulos de base portuguesa, francesa, inglesa, espanhola, holandesa e inclusive de línguas extraeuropeias como o árabe e o russo. Todavia, uma crítica que a teoria das línguas crioulas recebeu é entendê-las como diferentes dos constantes processos de contato linguístico e hibridação inerentes à mudança de todas as línguas históricas (podemos lembrar as origens das mesmas línguas românicas na Alta Idade Média). Ou seja, não existiria nenhuma diferença intrínseca entre a formação de uma língua crioula e a formação de qualquer outra língua, e a separação responderia só a posicionamentos ideológicos da academia ou preconceitos sobre os seus falantes.

Voltando da América hispânica, os estudos descreveram duas línguas crioulas com o espanhol como língua lexificadora. A primeira é o **papiamento**, falado por aproximadamente 320 mil pessoas nas ilhas de Aruba, Bonaire e Curaçao no Caribe, no litoral venezuelano, onde é oficial junto ao Neerlandês; esse idioma também possui um forte componente lexical de origem portuguesa. O segundo, o **palenquero**, é falado por cerca de 3 mil pessoas na cidade de San Basílio de Palenque, no departamento de Bolívar, Colômbia. Existem indícios de que outras variedades crioulas foram faladas no passado e, em todo caso, nas áreas onde a população afrodescendente é mais numerosa, o elemento africano está mais presente na língua e na cultura. Assim, impregna e caracteriza o espanhol do Caribe com vozes, hoje de uso comum, como *bemba*, *guateque*, *mucama* e *zombi*.

Em síntese, traçamos nestas páginas o panorama enormemente diverso, da vida linguística dos vice-reinos. A situação ecolinguística anterior à Conquista foi enormemente desestruturada pela introdução de populações estrangeiras, o deslocamento das populações locais e as mudanças econômicas, sociais e culturais. Sobre esse contexto, as normas procedentes do sul da península começaram a penetrar como variedades de referência desde as novas cidades americanas, criadas ou reorganizadas pelos colonizadores. Essas normas serviram de focos de convergência sem substituir, pelo menos nos primeiros séculos, o constante contato linguístico e a diglossia entre grupos sociais e étnicos.

5.3 Panorama cultural dos vice-reinos

Ao chegar, os colonizadores espanhóis encontraram um vasto mosaico cultural que abrangia as tradições de inúmeros povos, em suas diversas representações simbólicas. Astecas, maias e outros povos centro-americanos possuíam **sistemas de escrita** e gravavam **logogramas**, seja na pedra formando murais ou em fibras vegetais e pele de veado compondo códices; nessas obras reuniam seus saberes, história, poesia e tradições. No mundo inca, o uso dos *quipus*, nós em cordas, e desenhos têxteis também serviram para registrar informações e transmitir tradições. Cabe dizer que o conhecimento que os cientistas e acadêmicos

ocidentais, e mesmo latino-americanos, possuem na atualidade desses sistemas culturais resulta muito parcial, pois nos primeiros anos da conquista ocorreu uma destruição sistemática desse acervo por parte dos conquistadores. Assim, a maioria dos códices astecas e maias foram queimados, enquanto as inscrições na pedra ou em metais preciosos também sofreram agressões. Esse fenômeno deve ser entendido como uma estratégia de aculturação e doutrinação empreendida pelos missionários que visava à cristianização daqueles povos.

Afortunadamente, nem todos os registros se perderam e, assim, existem uns poucos códices astecas remanescentes como o códice Mendoza, o códice Borbonicus e o códice Osuna. Da cultura maia, chegou até nós o *Popul Vuh*, uma obra na qual se narra a história e cosmogonia do povo maia-quiché. O texto conservado é uma edição bilíngue em maia-quiché (escrito com caracteres latinos) e a versão castelhana, redigida por Frei Francisco Ximénez em 1715, que a teria copiado de uma fonte precedente perdida.

Entre as primeiras obras escritas em espanhol na América, pode-se salientar a aparição de várias **crônicas** ou **histórias** que narram as conquistas e descrevem os diferentes territórios e populações. Dentre elas, cabe citar a *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*, de Bernal Díaz del Castillo (1492 ou 1498-1584), testemunha e narrador em primeira pessoa da conquista do México. O religioso franciscano Bernardino de Sahagún (1499-1590) redigiu em náuatle e espanhol a *Historia general de las cosas de la Nueva España* também sobre o mesmo tema, mas indagando os nativos mexicanos, método que foi considerado por vários antropólogos como um antecedente da etnografia moderna. Ainda que nunca viajasse à América, Francisco López de Gómara (1511-1566) escreveu uma série de obras sobre a colonização: *Historia general de las Indias*, *Historia de la conquista de México*, *Crónica de los Barbarrojas*, *Anales de Carlos V* e *Vida de Hernán Cortés*.

Nessa tradição de crônicas, devemos mencionar a obra do **inca Garcilaso de la Vega**, nascido em Cusco no ano de 1539, apenas seis anos depois da entrada de Pizarro, e parente do poeta castelhano Garcilaso de la Vega, de quem adotou o nome. Entre a sua produção, sobressai *Los comentarios reales de los incas*, publicado em Lisboa, no ano de 1609, na qual apresentava a história, a cultura e os costumes dos Incas e de outros povos do Peru. Após a revolta de Tupac Amaru II, a Coroa espanhola proibiu o livro nas colônias por julgá-lo perigoso para seus interesses, já que estimulava a memória dos incas. Essa proibição vigoraria até 1781, ainda que a obra continuasse sendo impressa na Espanha. Outras obras deste autor são *La florida del inca* (Lisboa, 1605), e a segunda parte dos Comentários reais, mais conhecido como *História general del Perú* (Córdoba, 1617). O inca Garcilaso de la Vega faleceu em Córdoba, na Espanha, em 1616, curiosamente um dia depois da morte de Miguel de Cervantes.

Para imprimir essas e outras obras, principalmente livros religiosos utilizados na catequização e cristianização, foram transportadas **prensas** às capitais americanas. A primeira chegou à Cidade do México em 1539 e, aproximadamente cinquenta anos mais tarde, instalou-se outra em Lima. Certamente a produção que saía daquelas prensas foi de grande ajuda para a circulação das ideias literárias, políticas, culturais, religiosas e até linguísticas entre as elites letradas americanas.

Outro fenômeno importante foi a fundação das **primeiras universidades** em solo americano sob a direção da Igreja. Durante os mais de três séculos de colonização chegaram a funcionar nos vice-reinos espanhóis 26 universidades, dentre as quais as primeiras foram:

- Universidad Real y Pontificia de Santo Tomás de Aquino em Santo Domingo, fundada em 1538; extinta em 1824 e reaberta em 1914 com o nome de Universidad Autónoma de Santo Domingo;
- Universidad Real y Pontificia de San Marcos, fundada em Lima 1551 e existente até hoje;
- Universidad Real y Pontificia de México, criada também em 1551 e extinta em 1865;
- Universidade Real e Pontificia de Córdoba, na Argentina, fundada em 1613, atualmente Universidad Nacional de Córdoba;
- Universidad Real y Pontificia de San Jerónimo, fundada em Cuba em 1721, atualmente Universidad de La Habana.

Todos esses centros recebiam os filhos das elites mestiças hispano-americanos e forneciam licenciados e funcionários para a administração colonial.

Para concluir o capítulo, devemos mencionar a figura de **Sor Juana Inés de la Cruz** (1648-1695), autora de uma vasta obra que abrange a lírica, o teatro e a prosa. Associada às elites do Vice-Reino da Nova Espanha, onde contou com mecenas que permitiram que se dedicasse à literatura, abordou temas tanto religiosos como profanos na sua vasta produção, da qual podemos salientar peças teatrais como *Amor es más laberinto*, *Los empeños de una casa* e *La segunda Celestina* (essa última em coautoria) e uma coleção de teatro religioso escrita para a sua representação na corte mexicana. Conhecida também como *Fénix de América*, *la Décima Musa* ou *la Décima Musa Mexicana*, Sor Juana Inés de la Cruz apresenta uma cultura novo-hispânica madura que encontra a própria autonomia nas formas e temáticas tratadas.

+ Ampliando seus conhecimentos

Las venas abiertas de América Latina

(GALEANO, 2011, p. 32-33)

[...] América estaba allí, adivinada desde sus costas infinitas; la conquista se extendió, en oleadas, como una marea furiosa. Los adelantados sucedían a los almirantes y las tripulaciones se convertían en huestes invasoras. Las bulas del Papa habían hecho apostólica concesión del África a la corona de Portugal, y a la corona de Castilla habían otorgado las tierras “desconocidas como las hasta aquí descubiertas por vuestros enviados y

las que se han de descubrir en lo futuro...”: América había sido donada a la reina Isabel. En 1508, una nueva bula concedió a la corona española, a perpetuidad, todos los diezmos recaudados en América: el codiciado patronato universal sobre la Iglesia del Nuevo Mundo incluía el derecho de presentación real de todos los beneficios eclesiásticos.

El Tratado de Tordesillas, suscrito en 1494, permitió a Portugal ocupar territorios americanos más allá de la línea divisoria trazada por el Papa, y en 1530 Martim Afonso de Sousa fundó las primeras poblaciones portuguesas en Brasil, expulsando a los franceses. Ya para entonces los españoles, atravesando selvas infernales y desiertos infinitos, habían avanzado mucho en el proceso de la exploración y la conquista. En 1513, el Pacífico resplandecía ante los ojos de Vasco Núñez de Balboa; en otoño de 1522, retornaban a España los sobrevivientes de la expedición de Hernando de Magallanes que habían unido por vez primera ambos océanos y habían verificado que el mundo era redondo al darle la vuelta completa; tres años antes habían partido de la isla de Cuba, en dirección a México, las diez naves de Hernán Cortés, y en 1523 Pedro de Alvarado se lanzó a la conquista de Centroamérica; Francisco Pizarro entró triunfante en el Cuzco, en 1533, apoderándose del corazón del imperio de los Incas; en 1540, Pedro de Valdivia atravesaba el desierto de Atacama y fundaba Santiago de Chile. Los Conquistadores penetraban el Chaco y revelaban el nuevo mundo desde el Perú hasta las bocas del río más caudaloso del planeta.

Había de todo entre los indígenas de América: astrónomos y caníbales, ingenieros y salvajes de la Edad de Piedra. Pero ninguna de las culturas nativas conocía el hierro ni el arado, ni el vidrio ni la pólvora, ni empleaba la rueda. La civilización que se abatió sobre estas tierras desde el otro lado del mar vivía la explosión creadora del Renacimiento: América aparecía como una invención más, incorporada junto con la pólvora, la imprenta, el papel y la brújula al bullente nacimiento de la Edad Moderna. El desnivel de desarrollo de ambos mundos explica en gran medida la relativa facilidad con que sucumbieron las civilizaciones nativas. Hernán Cortés desembarcó en Veracruz acompañado por no más de 100 marineros y 508 soldados; traía 16 caballos, 32 ballestas, diez cañones de bronce y algunos arcabuces, mosquetes y pistolones. Y sin embargo, la capital de los aztecas, Tenochtitlán, era por entonces cinco veces mayor que Madrid y duplicaba la población de Sevilla, la mayor de las ciudades españolas. Francisco Pizarro entró en Cajamarca con 180 soldados y 37 caballos.

✍ Atividades

Com base na leitura do quinto capítulo do livro, responda às questões que apresentamos a seguir utilizando entre dez e quinze linhas:

1. Explique brevemente quais eram as origens sociais e geográficas dos colonos espanhóis instalados na América durante os séculos XVI e XVII.
2. Resuma as etapas principais na difusão e implantação do espanhol nos territórios americanos.
3. Disserte sobre as relações e paralelismos que podem ser traçados entre a implantação do espanhol na América nos séculos XVI e XVIII e o próprio processo de romanização da Península Ibérica estudado na primeira unidade do livro.

➤ Referências

- ALVAR, Manuel: **Manual de dialectología hispánica: el español de América**. Madrid: Gredos, 1996.
- ETNOLOGUE, Languages of the World. Disponível em: <<https://www.ethnologue.com/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- GALEANO, Eduardo. **Las venas abiertas de América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.
- GALLEGO, José Andrés. **La esclavitud en la América española**. Madrid: Encuentro, 2005.
- LIPSKI, John M. **El Español de América**. Tradução de Silvia Iglesias Recuero. Madrid: Cátedra, 2014.
- PENNY, Ralph. **Gramática histórica del español**. Tradução de José Ignacio Pérez Pascual e María Eugenia Pérez Pascual. Barcelona: Ariel, 2014.
- RIVAROLA, José Luis. La difusión del español en el Nuevo. In: CANO, Rafael (coord.). **Historia de la Lengua Española**. Barcelona: Ariel, 2013. p. 799-824.
- THIBAUT, André; TORRES, Antonio. Del Renacimiento a la actualidad (II). Expansión románica en ultramar. In: GARGALLO Gil, J. E; REINAS Bastardas, M. (coords.). **Manual de lingüística románica**. Barcelona: Ariel, 2007. p. 199-224.

✓ Resolução

1. Durante as primeiras décadas dos vice-reinos espanhóis na América, a maioria dos emigrados procediam do Reino de Castela, principalmente das províncias meridionais de Sevilha, Badajoz e Cáceres, assim como de Toledo e Valladolid; enquanto os outros reinos peninsulares apresentavam cifras menos expressivas. Estima-se que, no século XVI, partiram para a América cerca de 300 mil imigrantes; no século seguinte, o fluxo aumentou atingindo 380 mil pessoas. Sobre a origem social dessa população, procediam de todos os estratos; tanto privilegiados (nobres, fidalgos e membros do alto clero), quanto pessoas que faziam parte de setores populares. De forma geral, todos os espanhóis instalados na América ascenderam na escala social, pois ocupavam as posições privilegiadas dentro do rígido sistema colonial.

2. A difusão da língua espanhola na América está atrelada ao processo de colonização iniciado em 1492; a implantação dessa língua românica procedente da Península Ibérica pode ser caracterizada como o resultado de uma primeira etapa de introdução em um contexto plurilíngue, em segundo lugar, um período de difusão dos traços comuns e um terceiro de hegemonização e diferenciação regional. Os principais atores que surgem nesse processo são os colonizadores usuários de variedades meridionais e as populações indígenas e africanas colonizadas, falantes de línguas com as quais o espanhol entrou em contato nas diferentes regiões americanas.

3. Primeiramente, em ambos os casos estamos perante um processo de colonização inscrito nos interesses econômicos e políticos de um império em expansão que chega desde o mar impondo um novo regime sobre as populações nativas. No âmbito linguístico, a romanização trouxe a implantação do latim na Hispânia assim como, mais de mil anos depois, o espanhol se difundiu na América. O resultado foi que a Península passou a integrar a “Romania Contínua”, ou seja, os territórios onde se falam as línguas românicas procedentes do latim; assim como os países hispano-americanos integram hoje em dia a “Romania Nova”, ou seja, os territórios para os quais as línguas românicas foram transferidas após a sua formação. Nos dois casos também ocorreu um processo de aculturação e perda das línguas e culturas pré-existentes, muitas vezes acompanhadas do aniquilamento físico ou a escravidão desses povos. Por fim, podemos mencionar o âmbito religioso; no caso dos romanos, a sua religião politeísta adotou deuses procedentes das províncias conquistadas, enquanto, no caso do Império Espanhol, a Igreja Católica interveio diretamente nas diferentes fases do processo colonizador.

O espanhol moderno

A passagem do século XVIII ao XIX foi uma época de profundas transformações sociais, culturais e econômicas que mudaram o sistema político, monárquico e absolutista, na maioria dos países europeus. Em 1789, teve início a **Revolução Francesa**, que se propunha a acabar com a ordem pré-existente, baseada nos privilégios de uma elite nobre, estendendo uma série de direitos básicos para todos os cidadãos, base dos atuais Direitos Humanos. A independência dos EUA (em 1776) e do Haiti (em 1804) e o estabelecimento dos princípios constituintes dos Estados-nacionais alimentaram toda uma onda revolucionária nos vice-reinos submetidos à dominação espanhola. Esses alcançaram a independência criando uma vintena de repúblicas e inaugurando uma nova etapa policêntrica na história da língua espanhola, na qual não existe mais um único centro cultural e linguístico. Como nos capítulos precedentes, dedicamos a primeira parte a expor os fatos políticos da chamada Era das Revoluções; a segunda, para abordar os fatos linguísticos e problematizar o impacto da ação normativa sobre a língua e apresentaremos, por fim, o panorama cultural do mundo hispano durante esse período na terceira parte.

6.1 Do império absolutista bourbônico (1714) às independências das repúblicas hispano-americanas (1810-1898)

Uma vez concluída a Guerra de Sucessão Espanhola em 1714, instalou-se na corte de Madri o primeiro monarca da **Dinastia Bourbon**, Dom Felipe V. Procedente da França, o governo dos Bourbon implementou uma série de **reformas** que visavam a uma maior centralização e controle dos diferentes territórios sob sua autoridade. A monarquia dos Habsburgo formou um império composto por vários reinos, vice-reinos, estados e senhorios que possuíam um alto grau de autonomia no governo com leis próprias, culturas e línguas diversas. Entretanto, as reformas bourbônicas, empreendidas ao longo do século XVIII, visavam criar um Estado centralista e unitário de acordo com o modelo francês, apagando as especificidades de cada território.

O Estado, muito enfraquecido nos últimos anos dos Habsburgo, resultou fortalecido em decorrência de tais reformas; a administração foi modernizada, a situação econômica e o comércio melhoraram, assim como o controle fiscal. Além disso, investiu-se na fabricação de produtos manufaturados seguindo as inovações tecnológicas e científicas do chamado *Século das Luzes*, prévias à Revolução Industrial. Os chamados *Decretos de Nueva Planta* eliminaram direitos e privilégios dos antigos reinos peninsulares e dividiram o Estado espanhol em províncias chamadas de *Capitanías Generales*, cada uma a cargo de um oficial e regidas todas pelas mesmas leis.

Na América espanhola, as reformas visavam melhorar a administração, tornando-a mais eficiente para os interesses da Coroa. Assim, foi criado um exército regular, os jesuítas foram expulsos das colônias espanholas (pois sua presença desafiava o poder real), a *Casa de Contratación* e o *Consejo de Indias*, elementos fundamentais para o governo do Império, trasladaram-se do porto de Sevilha ao porto de Cádiz, e também foram promulgadas algumas leis que liberalizaram o comércio para frear os monopólios. O conjunto dessas reformas tinha como objetivo limitar o poder dos crioulos, isto é, das elites locais hispano-americanas, e manter o estreito controle da metrópole sobre suas colônias.

O antigo Vice-Reino do Peru também foi reestruturado em unidades menores e mais fáceis de administrar. Assim, separou-se o **Vice-Reino de Nova Granada** (*Virreinato de Nueva Granada*) em 1717 e o **Vice-Reino do Rio da Prata** (*Virreinato del Río de la Plata*) em 1776. O mapa a seguir apresenta a extensão do Império Espanhol na América no início do século XIX e suas divisões administrativas.

Figura 1 – Império Espanhol na América em 1800.



Fonte: Wikimedia Commons

Desde o início da colonização, e durante todo o século XVIII, foram comuns as tensões e os conflitos entre a elite europeia e os grupos – formados por mestiços, índios, crioulos e negros – que habitavam nesses territórios. A grande rebelião liderada por Túpac Amaru II em 1780, que se desenvolveu nos vice-reinos do Rio da Prata e do Peru, a rebelião do líder aimará Túpac Katari no Alto Peru em 1780 e a Revolta dos Comuneros no Vice-Reino de Nova Granada de 1781 ilustram o descontentamento imperante e a capacidade organizativa que atingiram tais movimentos de resistência. Essas lutas foram um precedente para os processos de independência.

Em 1789, começou a **Revolução Francesa**, que, no curso de três anos de intensa atividade política e social, mudou profundamente as estruturas desse país, substituindo os antigos privilégios que a nobreza, a Igreja e a monarquia detiveram durante séculos pelos ideais de *liberdade, igualdad e fraternidade*. O general Napoleão Bonaparte assumiu o governo do Diretório Revolucionário e, mais tarde, deu um Golpe de Estado, o famoso 18 de brumário de 1799, dando início a um governo pós-revolucionário. Nos anos seguintes, a França napoleônica participou de uma série de guerras e campanhas militares na Europa, que, curiosamente, tiveram importantes consequências no devir da América.

Nesse mesmo período, tinha começado a **Revolução Haitiana** (1791-1804) na colônia francesa de Saint-Domingue. Nela, os aproximadamente 500 mil negros se rebelaram contra a exígua elite branca, formada por uns 32 mil franceses proprietários das lavouras açucareiras onde a população escravizada trabalhava. O líder haitiano **Toussaint Louverture** morreu em 1803 assassinado pelas tropas francesas, mas outro líder revolucionário, Jean-Jacques Dessalines, proclamou independência do Haiti em 1804 como primeira república americana que proibia a escravidão.

Para financiar as campanhas bélicas, Napoleão vendeu os imensos territórios que a França tinha na América do Norte aos Estados Unidos da América, que tinham declarado a independência da Inglaterra em 1776. A **compra da Louisiana**, no valor de 15 milhões de dólares, permitiu que os EUA comesçassem a sua expansão para o Oeste, entrando em colisão com as fronteiras do vice-reino da Nova Espanha.

Em 1808, os reis Bourbon Dom Carlos IV e o seu filho Fernando VII foram obrigados a renunciar a seus direitos sobre o trono espanhol e transferi-los para o general Napoleão. Esse, por sua vez, colocou seu irmão José Bonaparte no governo da Espanha. Porém, em 2 de maio do mesmo ano, o povo de Madri se sublevou contra o governo estrangeiro começando a Guerra de Independência Espanhola, que se enquadra dentro das Guerras Napoleônicas. Nesse contexto, a família real portuguesa, temendo que as tropas francesas pudessem ocupar Lisboa, decidiu fugir para o Rio de Janeiro, escoltada na sua travessia atlântica por seus aliados ingleses.

Figura 2 – GOYA, Francisco de. *Os fuzilamentos de 3 de maio*. 1814. Óleo sobre tela: color.; 268 cm x 347 cm. Museu do Prado, Madri.



Com a metrópole sem governo, os vice-reinos da América tinham via livre para sua independência. Assim, em 1810 começa em Buenos Aires, capital do Vice-Reino do Rio da Prata, a **Revolução de Maio**, que estabeleceu um governo local, a *Primera Junta*, e removeu as autoridades monárquicas espanholas. Esse triunfo animou outros processos de independência americanos.

Por outro lado, em 1812, foi aprovada na cidade de **Cádiz** a **primeira Constituição espanhola**, onde se reconheciam direitos para todos os cidadãos, tanto para os da Metrópole como para os que moravam nos vice-reinos americanos. E, de fato, acudiram às cortes representantes e deputados de todas as províncias americanas e peninsulares. No entanto, o caráter liberal da Constituição não agradou às elites mais conservadoras dos vice-reinos do Peru e da Nova Espanha. Derrotado Napoleão, o rei Dom Fernando VII voltou ao trono da Espanha em 1814, restaurando a monarquia absoluta e declarando nula a Constituição de Cádiz. Esse retrocesso acelerou o processo de independência e, nos anos seguintes, as tropas de vários generais liberaram progressivamente a maior parte dos territórios sul-americanos da dominação espanhola.

Assim, **Simón Bolívar** libera o Vice-Reino de Nova Granada criando a *República de la Gran Colombia* em 1819, atuais Venezuela, Colômbia e Equador. No Sul, **José de San Martín** partiu do Rio da Prata e libertou o Chile, rumando posteriormente ao Peru – último bastião do poder monárquico na América do Sul – onde proclamou a independência em 1821. Em 9 de dezembro de 1824, a vitória de um outro general, Antonio José de Sucre, pôs fim a quatrocentos anos de colonização na América do Sul na **Batalha de Ayacucho**. Em 1810, com o episódio do *Grito de Dolores* havia começado a sublevação contra o poder colonial no Vice-Reino da Nova Espanha que, após mais de uma década de campanhas militares, também alcançou a independência em 1821.

Figura 3 – Datas de independência dos países latino-americanos.



Fonte: Wikimedia Commons. Adaptado.

Finalizadas as diferentes lutas de libertação, a Coroa espanhola apenas conservou os territórios insulares de Cuba e Porto Rico; assim como Filipinas no Pacífico. Todavia, o governo espanhol não renunciou formalmente às suas colônias continentais da América até 1836.

Nas primeiras décadas como estados independentes, as recém-estabelecidas repúblicas hispano-americanas enfrentaram instabilidade política e conflitos entre centro e periferia, entre capitais e províncias que reivindicavam a própria independência, entre ideias liberais e conservadoras, entre elites e grupos sociais marginalizados. Também surgiram disputas territoriais entre países vizinhos; como a Guerra do Paraguai (1864 – 1870) perpetrada pela aliança entre o Brasil, a Argentina e o Uruguai, ou a guerra entre Chile e Bolívia (1836-1839), que privou essa última do corredor litorâneo do Atacama e da saída ao Pacífico. A influência de **novas potências hegemônicas**, principalmente da Inglaterra, suplantou o papel da antiga metrópole, gerando novos ciclos de dependência econômica.

No norte do continente, os Estados Unidos da América, em vias aceleradas de crescimento econômico, demográfico e industrial, procuravam consolidar a expansão das suas fronteiras nacionais e a influência sobre uma área cada vez maior. Em 1845, a **República do Texas**, declarada independente do México, foi anexada aos EUA, iniciando um conflito entre os dois países que se encerrou em 1848 com a assinatura do **Tratado de Guadalupe Hidalgo**. Imensos territórios mexicanos foram cedidos ao vizinho do Norte como consequência desse tratado, criando assim os atuais estados da Califórnia, Novo México, Colorado, Nevada, Utah e Arizona e fazendo com que as fronteiras da Confederação chegassem até o litoral do Pacífico.

Nesse ambiente crescente de novas dependências político-econômicas, surge o termo *América Latina* para denominar os países oriundos dos Impérios Ibéricos que compartilham uma identidade comum baseada na herança linguística (espanhol, português e francês no caso do Haiti, todas elas línguas românicas), e a presença majoritária da religião católica (diante da América inglesa, EUA e Canadá, de tradição anglicana e protestante). Assim, essa expressão foi usada, pela primeira vez, pelo filósofo chileno Francisco Bilbao em 1856 e, ainda no mesmo ano, pelo escritor colombiano José María Torres Caicedo, em uma conferência em Paris. O termo *América Latina* resultava conveniente para os interesses do imperador francês Napoleão III, que, desse modo, justificava a invasão do México na herança cultural compartilhada entre os dois países. Já no início do século XX, o termo tornou-se popular para designar o conjunto dos territórios ao sul do rio Bravo, que marca a fronteira entre os EUA e o México.

No final desse mesmo século, a Espanha perde as últimas colônias ultramarinas. Existiam fortes movimentos independentistas tanto nas Antilhas, alentados por pensadores e políticos como José Martí, quanto também no Pacífico, nas Filipinas, com intelectuais

como José Rizal. Esses conflitos foram aproveitados pelos EUA como tentativa de suplantar a Espanha nesses territórios. Em 1898, após uma breve guerra entre as duas potências coloniais, a Espanha é derrotada. Como consequência, Cuba alcança a independência formal, embora os EUA controlaram de fato o novo país; já Porto Rico e Filipinas viraram colônias dos EUA, introduzindo a nova cultura hegemônica anglo-americana sobre a cultura hispana. Na Espanha, a derrota bélica de 1898 levantou uma profunda reflexão sobre a decadência do país. Preocupada com a regeneração, surgiu uma geração de escritores conhecida como *Generación del 98*, da qual faziam parte figuras como Ramón María del Valle-Inclán, Pío Baroja, Azorín, Antonio Machado, Manuel Machado, Miguel de Unamuno e Ramiro Maeztu; aos quais voltaremos na próxima parte do capítulo.

6.2 O processo de padronização do espanhol moderno

Os fatos políticos que brevemente apresentamos tiveram consequências duradouras na configuração linguística das comunidades hispano-falantes. Se a integração dos vice-reinos no Império implicava uma dependência linguística e cultural da metrópole, as repúblicas independentes conformarão progressivamente as próprias identidades.

No quinto capítulo, estudamos as várias propostas que dividiam em períodos o devir histórico do espanhol na América. Destarte, os primeiros 150 anos de colonização conformam uma etapa das origens, de progressiva implantação da língua dos colonizadores. Na segunda etapa, que abrange até finais do século XVIII, começaram a se consolidar variedades linguísticas autóctones. A terceira etapa ocupa o século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando se estabeleceram normas nacionais mais ou menos diferentes da antiga metrópole e dos outros países vizinhos. Por fim, o quarto período começa na segunda metade do século XX e chega até hoje. Nele predomina certo grau de convergência como resultado da globalização. Nos próximos capítulos, voltaremos sobre este esquema básico de periodização, mas neste centraremos a nossa atenção na segunda e terceira etapas, comparando a situação da América com a da Península Ibérica.

Em 1713, fundou-se em Madri a Real Academia Española (RAE), uma instituição inscrita no âmbito cultural das já referidas reformas borbônicas. Como precedente, cabe dizer que o Cardeal Richelieu havia fundado na França a Académie Française em 1634; a qual serviu como modelo para a instituição espanhola. As cadeiras dos acadêmicos estão nomeadas com uma letra do abecedário tanto maiúsculas como minúsculas, totalizando 46 acadêmicos. No escudo da RAE, que reproduzimos a seguir, aparece o lema *Limpia, fija y da esplendor*, escrito ao redor de um caldeirão e sob a coroa.

Figura 4 – Logo da RAE.



Fonte: ASALE, 2017.

Destarte, a missão que os acadêmicos se propunham era **padronizar a língua** fixando as palavras estimadas corretas, eliminando aquelas consideradas ilegítimas e dando *esplendor* ao idioma de acordo com os usos do cânon literário. A RAE publica, entre 1726 e 1739, os seis volumes do *Diccionario de la Lengua Castellana*. Em 1741, vê a luz a *Ortographía Española* e a primeira edição da *Gramática de la Lengua Castellana* aparece em 1771. É importante frisar que a RAE, como qualquer outra academia, impunha uma **visão prescritiva** sobre a língua, ou seja, julgava aquilo que devia ser usado ou evitado. Essas regras ortográficas e gramaticais, unidas ao uso de determinado vocabulário, seriam difundidas pelas autoridades educativas aos cada vez mais numerosos setores letrados da população.

Excluídas da maior parte dos âmbitos da vida pública, as mulheres tampouco tiveram acesso à academia. Em 1784, Maria Isidra de Guzmán, primeira doutora formada pela Universidade de Alcalá, foi admitida apenas como acadêmica honorária; mas só em 1978, entraria de novo uma mulher na RAE, a escritora e professora Carmen Conde, que ocupou o assento da letra K. E de fato, em 300 anos de existência, apenas **11 mulheres** sentaram em alguma das 46 cadeiras da RAE. Elas são, além da citada Carmen Conde, Elena Quiroga (1984), Ana María Matute (1998), Carmen Iglesias (2002), Margarita Salas (2003), Soledad Puértolas Villanueva (2010), Inés Fernández Ordóñez (2011), Carmen Riera Guilera (2013), Aurora Egido (2014), Clara Janés (2015) e Paz Battaner (2016).

Diante do monopólio linguístico exercido pela RAE, as independências questionaram a organização preexistente levando o debate também para o terreno linguístico. Nesse período, destacaram as propostas do gramático venezuelano **Andrés Bello**, que reivindicou uma norma descentralizada, descrevendo os usos dos *hispanohablantes* cultos da América do Sul. Ele, junto ao colombiano Juan García del Río, publicou em Londres um ambicioso projeto de reforma ortográfica intitulado *Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar la ortografía en América*, em 1823. Essas propostas foram adotadas por várias instituições em ambas as margens do Atlântico; no entanto, em 1844, a rainha Dona Isabel II impôs, por decreto real, o uso obrigatório nas escolas espanholas da normativa ortográfica da RAE. Andrés Bello também publicou uma *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, que saiu da prensa o Progreso, em Santiago de Chile, no ano de 1847. Essa obra adiantou conceitos e

ideias da linguística do século XX; mas, ao mesmo tempo, também condenou usos linguísticos majoritários no Cone Sul, como o *voseo*.

Estima-se que, no momento das independências, apenas um de cada três habitantes das novas repúblicas sabia falar espanhol, totalizando aproximadamente três milhões de *hispanohablantes* na América. Mas os novos Estados-nação favoreceram a língua da antiga metrópole para fortalecer a coesão interna e identidade nacional. Nesse processo, as línguas indígenas continuaram excluídas das esferas oficiais e da vida pública e as variedades vernáculas que se desviavam da norma sofreram preconceito linguístico.

Com a declaração de *iure* ou de facto do espanhol como língua oficial das repúblicas hispano-americanas e a consolidação das instituições educativas e normativas dos Estados-nacionais, começa uma nova etapa para a língua espanhola, que pode ser chamada de **era policêntrica**, de acordo com Fanjul (2011). Ou seja, não existe mais um único centro de padronização – como foi Toledo na época de Dom Alfonso X ou Madri a partir do *Siglo de Oro* – mas centros de prestígio que se correspondem principalmente com as grandes capitais e que irradiam as suas normas sobre áreas mais ou menos dilatadas. Assim, fenômenos que possuem prestígio em determinada área (como a aspiração de /-s/ no plano fonético ou o *voseo* no plano morfológico) podem carecer dele em outras regiões e seus usuários sofrerem preconceito linguístico.

Na busca de uma normativa autônoma, cabe citar também Idioma nacional de los argentinos de Lucien Abeille, publicada no ano de 1900. Esse autor, de origem francesa, levantava um debate de caráter linguístico em que reivindicava a autonomia cultural da Argentina por meio do idioma, influenciado pelas ideias do Romantismo.

Entretanto, as autoridades de nenhuma das jovens repúblicas apoiaram a independência linguística de antiga metrópole; primeiramente, porque outras questões políticas e econômicas ocuparam sua atenção e, em segundo lugar, porque promover uma língua nacional separada cortaria os laços não apenas com a Península Ibérica, mas com todos os outros países hispano-americanos. Muito pelo contrário, foram criadas instituições próprias para padronizar os usos linguísticos, dialogando, na maioria dos casos, com as elites intelectuais espanholas e com a RAE de Madri.

Em 1871, é fundada a Academia Colombiana de la Lengua por um grupo de intelectuais encabeçados por Miguel Antonio Caro, Rufino José Cuervo e Marco Fidel Suárez. Em seguida México (1875), Equador (1875), El Salvador (1880), Venezuela (1881), Chile (1886), Peru (1887) e Guatemala (1888) criaram as próprias academias. Já no século XX, mais países seguiram a mesma trilha e apareceram **novas academias**; a da Bolívia (1920), da Costa Rica (1923), das Filipinas (1924), de Cuba (1926), do Panamá (1926), da República Dominicana (1927), do Paraguai (1927) e de Honduras (1948). No rio da Prata, fundou-se a Academia Argentina de Letras (1931) e, no Uruguai, a Academia Nacional de Letras (1943). Todas elas, e ainda outras que surgirão na segunda metade do século XX, como a do Porto Rico e a dos EUA, uniram-se na Asociación de Academias de la Lengua Española (**ASALE**) em 1951, como veremos no próximo capítulo.

Em todo caso, o trabalho de padronização da RAE, desenvolvido durante o século XVIII e XIX, marca uma transição entre a língua do *Siglo de Oro* e o espanhol moderno. Diante da tendência homogeneizante primeiro da RAE e, mais tarde, das academias homólogas americanas, nesse período também se firmaram as diferenças entre as variedades do espanhol.

Para finalizar, a *Generación del 98*, que referimos na primeira parte, deixou sua marca na história da língua. Nos textos desses escritores, encontramos uma linguagem plural em seus recursos expressivos que renovou os elementos constitutivos do espanhol em diferentes âmbitos. Aparecem inúmeros neologismos (como *alopatía*, *esperpento*, *mitomanía*) muitas vezes procedentes de linguagens especializadas que penetram na língua comum. Também entram na mesma época vozes procedentes de outras línguas europeias, principalmente do francês e do inglês; como: *afiche*, *cabaré*, *crupier*, *charcutería*, *chic*, *eslogan*, *estor*, *maquillaje*, *pose*, *vodevil*. Algumas das palavras que essa geração empregou caíram posteriormente em desuso: *batracio*, *rayadillo*, *dinero-esquema*, *intraespañolización* ou *catedraticina*; já outras perduram até hoje.

Em síntese, o corpus léxico da *Generación del 98* representa vários **idioletos**, sistemas linguísticos individuais que permitem vislumbrar as mudanças do espanhol na passagem do século XIX ao século XX.

6.3 Panorama cultural do mundo hispânico durante a era das revoluções

No século XVIII, desenvolveu-se um gênero literário na Europa: o **ensaio**, que possibilitava a discussão de questões sociais, políticas, culturais e morais. Redigido em prosa, o ensaio possuía um caráter didático abordando um tema de maneira fundamentada e apresentando argumentos e opiniões sustentadas. Considera-se precursora do gênero a obra *Essais*, do escritor renascentista Michel de Montaigne, publicada em 1580. Duas décadas mais tarde, o inglês Francis Bacon publicou *Essays*; uma coleção de dez ensaios que, na sua terceira edição de 1625, atingiu um total de 59 ensaios diferentes.

Na Espanha, o ensaio tem antecedentes em cartas e discursos, como as *Epístolas familiares*, de Frei Antonio de Guevara, publicadas em 1539, ou o *Diálogo de la lengua*, escrito em Nápoles no ano de 1533, por Juan Valdés. No século XVII, continuam aparecendo obras inscritas no mesmo gênero como o *Pusilipo* (1629) de Cristóbal Suárez de Figueroa e as *Cartas filológicas* (1634) de Francisco Casales; mas é no século XVIII que realmente se consolida. Nessa época, destaca a figura do padre Benito Jerónimo Feijoo, autor de obras que tiveram grande circulação como a coleção de ensaios reunidos no *Teatro crítico universal*, que foi publicado entre 1726 e 1740, e as *Cartas eruditas y curiosas*. Também José Cadalso serviu-se desse gênero para criticar certos hábitos culturais e problemas socioeconômicos da realidade espanhola da época nas *Cartas marruecas* (1789). Por sua vez, Gaspar Melchor de Jovellanos empregou o ensaio para propor reformas políticas, econômicas e sociais em obras como o *Informe sobre la ley agrária*, na qual defendia um projeto de reforma agrária, apresentado ao Consejo de Castilla em 1787.

Já no século XIX, o ensaio continua sendo cultivado por escritores como Emilia Pardo Bazán, autora de *La cuestión palpitante* (1883); Juan Varela, autor de obras como *Estudios críticos sobre literatura, política y costumbres de nuestros días* (1864) e *Cartas americanas* (1889); e Leopoldo Alas Clarín, *Solos* (1881) e *Palique* (1894). Os jornais e revistas acolhem os ensaios de escritores e intelectuais, em que normalmente se problematizam e criticam aquelas questões e empecilhos que obstaculizam o desenvolvimento do país desde uma ótica positivista. Por esse mesmo motivo, os autores da *Generación del 98* escreveram inúmeros ensaios.

Na América hispana, o ensaio também é adotado com finalidade didática e positivista análoga. Cabe salientar a obra do argentino Domingo Faustino Sarmiento, autor de *Facundo o civilización y barbarie*¹, publicado em 1845, em que defende a tese de uma necessária europeização e modernização da América Latina, associando esses conceitos com a civilização. Outros ensaístas da época foram o uruguaio José Enrique Rodó, autor de *Ariel* (1900), o mexicano José Vasconcelos, autor de várias obras como *La raza cósmica*, e o peruano José Carlos Mariátegui, autor de *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*.

O escritor, filósofo e político cubano José Martí publicou em Nova Iorque um ensaio intitulado *Nuestra América* (1891), no qual expõe que a independência dos países latino-americanos não está mais ameaçada pelas antigas metrópoles, Espanha e Portugal, mas por outras potências europeias, como a Inglaterra, sobretudo pela influência cada vez mais opressiva dos EUA.

Todos esses ensaios começaram a aparecer nas **primeiras gazetas e jornais**. Como estudamos no quarto capítulo, a invenção da prensa por Gutenberg no século XV fez com que aumentasse a publicação de todo tipo de materiais escritos e, logo, começaram a publicar-se periodicamente folhas com informações, avisos, eventos políticos etc. Entre essas primeiras publicações, a historiografia do jornalismo costuma citar a *Gazette Française*, editada por Marcellin Allard e Pierre Chavalier desde 1604; o *Frankfurter Journal*, impresso na Alemanha em 1615; a *Gazzeta Publica*, que circulava em Veneza por volta de 1640, dentre outras publicações que vão surgindo nas principais cidades da Europa. Publicada desde 1641, a *Gaceta Semanal* de Barcelona, escrita em castelhano e catalão, foi o primeiro jornal do âmbito hispânico. Mais tarde, surgiram outras gazetas em Madri e Sevilha. Em 1737, é fundado *El Diario de los Literatos* de España, considerado como uma das primeiras publicações de caráter cultural; enquanto surgiam jornais com foco econômico como *El Semanario Económico* (1765-1766). Igualmente, a *Gaceta de México*, publicada a partir de 1722, é considerada como o jornal mais antigo da América. Sete anos depois teve início a publicação da *Gaceta de Guatemala* e, em 1743, da *Gaceta de Lima*.

Apesar das crises econômicas e sociais, os meios de informação foram se consolidando ao longo do século XVII; usados para difundir as novas ideias, acolheram escritos de intelectuais, filósofos e pensadores. Cabe dizer que, no início, estas gazetas eram impressas por editores privados; mas as monarquias e o poder logo perceberam as possibilidades que a incipiente imprensa lhes oferecia como meio de propaganda e as usaram com diferentes estratégias de controle.

¹ Não há unanimidade na crítica para classificar o texto de Sarmiento como ensaio, já que essa obra não responde a só um gênero e poderia também ser classificada como biografia.

Já no século XIX os jornais acompanharam os sucessos políticos e sociais da chamada *Era das Revoluções*, os custos de produção diminuíram e sua circulação aumentou. O Governo Provisional de Cádiz aprovou a liberdade de imprensa multiplicando-se as publicações de diversas tendências tanto na Península como na América. Apareceu o jornal de ideologia liberal *El Robespierre Español* e o anticonstitucional *El Censor General*. Mais tarde, com o triunfo da Revolução de 1868, começaram a ser impressos os primeiros jornais da classe trabalhadora. Ademais, também foram publicados numerosos romances por fascículos que receberam o nome de folhetins.

Nessa brevíssima exposição, apontamos a origem da mídia atual como elemento presente no devir histórico da língua espanhola, já que, nas suas páginas, os jornais acolheram artigos e ensaios cooperando com a circulação das ideias. Ao mesmo tempo, contribuíram para estender o **hábito da leitura**, ao menos, entre as camadas da população urbana e difundiram os modelos ortográficos, morfossintáticos e lexicais emanados das academias, reforçando a padronização da língua.

Cabe mencionar, para conclusão desta seção, a formação das **literaturas nacionais** dos diferentes países hispano-americanos na época posterior às independências. Influidos pelas ideias nacionalistas e românticas, os intelectuais tentam construir as novas identidades nacionais a partir da superposição entre os elementos nativos, precedentes à colonização, e os elementos iberos, que a colonização tornou hegemônicos. Essa superposição produz uma cultura mestiça e híbrida que varia entre as diferentes regiões e países. Para expressá-la, os autores precisam achar uma linguagem própria e, para tanto, buscarão inspiração no falar castiço de camponeses e gaúchos. Ademais, os temas abordados refletem algumas questões comuns, como a tirania e a ditadura, a miscigenação, a descrição da paisagem e a injustiça social.

O longo poema narrativo do argentino José Hernández, intitulado *Martín Fierro* (1872), relata a vida do gaúcho, morador do interior, heroico e irredutível, e emula a linguagem popular do gaúcho plena de arcaísmos, indigenismos, vozes e usos familiares. De certa forma, o poema serve como protesto ou réplica à ideologia das elites de Buenos Aires que renegavam as raízes latino-americanas apostando na imitação dos modelos culturais ingleses e europeus. A obra teve uma continuação, *La vuelta de Martín Fierro*, publicada em 1879.

Não temos o objetivo de estudar o rico e variado panorama das literaturas hispano-americanas durante o século XIX, apenas acenamos que elas demonstram novas formas de expressão locais adaptando a linguagem às realidades sociais e culturais americanas. Ademais, essa produção colocou as bases para o prodigioso desenvolvimento que a literatura hispano-americana atingiu durante o século XX.

A Espanha também acompanhou as tendências estéticas dominantes do século XIX, o **Romantismo** e o **Realismo**; no primeiro movimento, os escritores se interessaram pelas origens medievais das identidades nacionais, destacando-se a figura de Gustavo Adolfo Bécquer e Mariano José Larra; no segundo, aparecem romancistas que narram a vida cotidiana como Benito Pérez Galdós, autor de uma extensa produção composta por romances como *Fortunata y Jacinta* (1887).

O **Naturalismo**, fundado na França por Émile Zola, influenciou em autores como a galega Emilia Pardo Bazan, que escreveu o romance *Los pazos de Ulloa* (1886), e o valenciano Vicente Blasco Ibáñez, autor de romances regionalistas como *Arroz y tartana* (1894), *La barraca* (1898) e *Cañas y barro* (1902). Na obra desses autores, comparece uma identidade própria das regiões que eles retratam. Também, na segunda metade do século XIX, surgiram importantes movimentos de reivindicação linguística e cultural nas chamadas nações periféricas da Espanha. Assim, na Catalunha e nos territórios catalão-falantes, os escritores e intelectuais da *Renaixença* começam a empregar o catalão como língua de cultura e surgem inúmeros jornais e publicações neste idioma. Na Galiza, forma-se um movimento análogo: o *Rexurdimento* que também recupera os usos literários e o papel na vida pública para a língua galega. No País Basco, intelectuais como Sabino Arana reivindicaram a identidade basca e o papel do seu idioma ancestral, o euskara. Esses movimentos entendiam que a ideia de uma Espanha centralista e monocultural lesava as próprias identidades e, assim, defendiam suas línguas – catalão, galego e euskara – em todos os âmbitos da vida pública. No início do século XX, as referidas reivindicações cristalizaram-se em movimentos políticos.

+ Ampliando seus conhecimentos

Prólogo da gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos

(BELLO, 1984, p. 27-29)

Aunque en esta Gramática hubiera deseado no desviarme de la nomenclatura y explicaciones usuales, hay puntos en que me ha parecido que las prácticas de la lengua castellana podían representarse de un modo más completo y exacto. Lectores habrá que califiquen de caprichosas las alteraciones que en esos puntos he introducido, o que las imputen a una pretensión extravagante de decir cosas nuevas; las razones que alego probarán, a lo menos, que no las he adoptado sino después de un maduro examen. [...]

El habla de un pueblo es un sistema artificial de signos, que bajo muchos respectos se diferencia de los otros sistemas de la misma especie; de que se sigue que cada lengua tiene su teoría particular, su gramática. No debemos, pues, aplicar indistintamente a un idioma los principios, los términos, las analogías en que se resumen bien o mal las prácticas de otro. Esta misma palabra idioma está diciendo que cada lengua tiene su genio, su fisonomía, sus giros; y mal desempeñaría su oficio el gramático que explicando la suya se limitara a lo que ella tuviese de común con otra, o (todavía peor) que supusiera semejanzas donde no hubiese más que

diferencias, y diferencias importantes, radicales. Una cosa es la gramática general, y otra la gramática de un idioma dado: una cosa comparar entre sí dos idiomas, y otra considerar un idioma como es en sí mismo. ¿Se trata, por ejemplo, de la conjugación del verbo castellano? Es preciso enumerar las formas que toma, y los significados y usos de cada forma, como si no hubiese en el mundo otra lengua que la castellana; posición forzada respecto del niño, a quien se exponen las reglas de la sola lengua que está a su alcance, la lengua nativa. Éste es el punto de vista en que he procurado colocarme, y en el que ruego a las personas inteligentes, a cuyo juicio someto mi trabajo, que procuren también colocarse, descartando, sobre todo, las reminiscencias del idioma latino. [...]

No tengo la pretensión de escribir para los castellanos. Mis lecciones se dirigen a mis hermanos, los habitantes de Hispano-América. Juzgo importante la conservación de la lengua de nuestros padres en su posible pureza, como un medio providencial de comunicación y un vínculo de fraternidad entre las varias naciones de origen español derramadas sobre los dos continentes. Pero no es un purismo supersticioso lo que me atrevo a recomendarles. El adelantamiento prodigioso de todas las ciencias y las artes, la difusión de la cultura intelectual y las revoluciones políticas, piden cada día nuevos signos para expresar ideas nuevas, y la introducción de vocablos flamantes, tomados de las lenguas antiguas y extranjeras, ha dejado ya de ofendernos, cuando no es manifiestamente innecesaria, o cuando no descubre la afectación y mal gusto de los que piensan engalanar así lo que escriben. Hay otro vicio peor, que es el prestar acepciones nuevas a las palabras y frases conocidas, multiplicando las anfibologías de que por la variedad de significados de cada palabra adolecen más o menos las lenguas todas, y acaso en mayor proporción las que más se cultivan, por el casi infinito número de ideas a que es preciso acomodar un número necesariamente limitado de signos. Pero el mayor mal de todos, y el que, si no se ataja, va a privarnos de las inapreciables ventajas de un lenguaje común, es la avenida de neologismos de construcción, que inunda y enturbia mucha parte de lo que se escribe en América, y alterando la estructura del idioma, tiende a convertirlo en una multitud de dialectos irregulares, licenciosos, bárbaros; embriones de idiomas futuros, que durante una larga elaboración reproducirían en América lo que fue la

Europa en el tenebroso período de la corrupción del latín. Chile, el Perú, Buenos Aires, México, hablarían cada uno su lengua, o por mejor decir, varias lenguas, como sucede en España, Italia y Francia, donde dominan ciertos idiomas provinciales, pero viven a su lado otros varios, oponiendo estorbos a la difusión de las luces, a la ejecución de las leyes, a la administración del Estado, a la unidad nacional. Una lengua es como un cuerpo viviente: su vitalidad no consiste en la constante identidad de elementos, sino en la regular uniformidad de las funciones que éstos ejercen, y de que proceden la forma y la índole que distinguen al todo.

Sea que yo exagerare o no el peligro, él ha sido el principal motivo que me ha inducido a componer esta obra, bajo tantos respectos superior a mis fuerzas. Los lectores inteligentes que me honren leyéndola con alguna atención, verán el cuidado que he puesto en demarcar, por decirlo así, los linderos que respeta el buen uso de nuestra lengua, en medio de la soltura y libertad de sus giros, señalando las corrupciones que más cunden hoy día, y manifestando la esencial diferencia que existe entre las construcciones castellanas y las extranjeras que se les asemejan hasta cierto punto, y que solemos imitar sin el debido discernimiento.

No se crea que recomendando la conservación del castellano sea mi ánimo tachar de vicioso y espurio todo lo que es peculiar de los americanos. Hay locuciones castizas que en la Península pasan hoy por anticuadas y que subsisten tradicionalmente en Hispano-América. ¿Por qué proscribirlas? Si según la práctica general de los americanos es más analógica la conjugación de algún verbo, ¿por qué razón hemos de preferir la que caprichosamente haya prevalecido en Castilla? Si de raíces castellanas hemos formado vocablos nuevos, según los procedimientos ordinarios de derivación que el castellano reconoce, y de que se ha servido y se sirve continuamente para aumentar su caudal, ¿qué motivos hay para que nos avergoncemos de usarlos? Chile y Venezuela tienen tanto derecho como Aragón y Andalucía para que se toleren sus accidentales divergencias, cuando las patrocina la costumbre uniforme y auténtica de la gente educada. En ellas se peca mucho menos contra la pureza y corrección del lenguaje, que en las locuciones afrancesadas, de que no dejan de estar salpicadas hoy día aun las obras más estimadas de los escritores peninsulares.

Atividades

Com base na leitura do sexto capítulo do livro, responda às questões que apresentamos a seguir utilizando entre dez e quinze linhas:

1. Explique as circunstâncias históricas em que surgiu o termo *América Latina* e defina-o.
2. Caracterize a etapa da história social da língua espanhola que seguiu às independências políticas dos países hispano-americanos.
3. Apresente a figura e a obra do gramático venezuelano Andrés Bello.

Referências

ACADEMIA ARGENTINA DE LETRAS. Disponível em: <<http://www.aal.edu.ar/>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

BELLO, Andrés. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Madrid: EDAF, 1984.

FANJUL, Adrian. “Policêntrico” e “Pan-hispânico”. Deslocamentos na vida política da língua espanhola. FANJUL, Adrián Pablo. In: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011. p. 290-331.

LÓPEZ MORALES, Humberto. La actuación de las academias en la historia del idioma. In: CANO, Rafael (coord.). **Historia de la Lengua Española**. Barcelona: Ariel, 2013. p. 919-944.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Disponível em: <<http://www.rae.es/>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

REMACHA, Belén. La curiosa misoginia de la RAE. Disponível em: <http://www.eldiario.es/cultura/RAE-institucion-tradicionalmente-misogina_0_502200361.html>. Acesso em: 3 fev. 2017.

SOMMER, Doris. Un romance irresistible. Las ficciones fundacionales de América Latina. BHABHA, Homi. **Nación y narración**. Tradução de María Gabriela Ubaldini. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010. p. 99-134.

Resolução

1. Após a independência política da Espanha e de Portugal, os países latino-americanos foram entrando na órbita política da Inglaterra e dos EUA. Nesse ciclo de novas dependências político-econômicas, surgiu o termo *América Latina* para denominar os países que compartilham uma identidade comum baseada na herança linguística românica, e a presença majoritária da religião católica. Assim, essa expressão foi usada, pela primeira vez, pelo filósofo chileno Francisco Bilbao em 1856 e, ainda no mesmo ano, pelo escritor colombiano José María Torres Caicedo, em uma conferência em Paris. O termo *América Latina* resultava conveniente para os interesses do imperador francês Napoleão III, que, desse modo, justificava a invasão do México na herança cultural compartilhada entre os dois países.

2. Com a declaração de *iure* ou de *facto* do espanhol como língua oficial dos países hispano-americanos e a consolidação das instituições educativas e normativas dos Estados-nacionais, começa uma nova etapa para a história social língua espanhola, que pode ser chamada de *era policêntrica*, pois não existe mais um único centro de padronização, mas centros de prestígio que se correspondem principalmente com as grandes capitais e que irradiam as suas normas sobre áreas mais ou menos dilatadas. Assim, fenômenos que possuem prestígio em determinada área (como a aspiração de /-s/ no plano fonético ou o *voseo* no plano morfológico) podem não aparecer em outras regiões e os seus usuários sofrerem preconceito linguístico.
3. Andrés Bello foi um gramático que viveu na época das independências latino-americanas. Ele reivindicou uma norma descentralizada, descrevendo os usos dos *hispanohablantes* cultos da América do Sul, na sua *Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos*, publicada em Santiago de Chile no ano de 1847. Essa obra adiantou conceitos da linguística do século XX; mas, ao mesmo tempo, também condenou usos linguísticos majoritários no Cone Sul, como o *voseo*. Junto ao colombiano Juan García del Río, Andrés Bello redigiu um ambicioso projeto de reforma ortográfica intitulado *Indicaciones sobre la conveniencia de simplificar la ortografía en América*, publicado em Londres em 1823. Essas propostas foram adotadas, mas a rainha Dona Isabel II impôs, por decreto real, o uso obrigatório nas escolas espanholas da normativa ortográfica da RAE em 1844.

Variação e norma do espanhol contemporâneo

Dedicamos os seis primeiros capítulos de nosso livro a apresentar o desenvolvimento histórico da língua espanhola de acordo com uma periodização estabelecida com base nas propostas de manuais precedentes. Desse modo, ocupou a nossa atenção o estudo da diacronia, ou seja, do desenvolvimento histórico da língua. O sétimo capítulo será dedicado a examinar a variação sincrônica do idioma no tempo presente e as principais tendências de mudança que operam na atualidade. Em primeiro lugar, apresentamos os fatos históricos e sociais principais dos países hispânicos durante o século XX. Em seguida, abordaremos as dinâmicas centrífugas e centrípetas que agem sobre o dilatado espaço geográfico da língua espanhola na atualidade. Por fim, na terceira parte, apresentaremos o panorama cultural do mundo hispânico durante as últimas décadas.

7.1 O século XX nos países e sociedades hispânicas

O historiador britânico Eric Hobsbawm (1995) definiu o século XX como a **era dos extremos**, marcada pelas duas Guerras Mundiais, a confrontação entre sistemas ideológicos e econômicos opostos e pelo surgimento dos totalitarismos. Foram também cem anos de inúmeras **inovações tecnológicas** que mudaram todos os âmbitos da vida cotidiana. Esse período foi igualmente conturbado no âmbito dos países hispânicos, a maioria conheceu revoluções, transformações sociais e demográficas, conflitos civis e ditaduras militares.

Já nas últimas décadas do século XIX, começaram profundas mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais inaugurando, assim, um longo período de consolidação dos Estados-nação. A construção de ferrovias e os avanços do navio a vapor melhoraram as vias de comunicação para o escoamento das riquezas e produtos que alimentavam os mercados internacionais em plena Revolução Industrial.

Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, as crises econômicas e bélicas da Europa obrigaram milhões de pessoas a abandonar seus locais de origem. Estima-se que, desde 1800, chegaram até os portos latino-americanos **12 milhões de imigrantes**, que se estabeleceram de forma duradoura e mudaram a composição demográfica de vários países. Eles eram bem recebidos pelas autoridades latino-americanas, que viam uma forma de “branquear a população” dos seus países, reforçando o número de cidadãos caucasianos. Cabe dizer que esses imigrantes procediam de todos os países europeus e também de alguns países asiáticos; todavia, os oriundos de países latinos europeus, falantes de outras línguas ou variedades românicas, constituíram o aporte majoritário. Chegaram italianos (4 milhões aproximadamente), espanhóis e galegos (4 milhões em conjunto) e portugueses (2 milhões, instalados principalmente no Brasil), cujas línguas se fundiram, na maior parte dos casos, com as línguas dos países de acolhimento, deixando nelas uma marca duradoura. Núcleos urbanos, como o Rio de Janeiro e São Paulo, no Brasil, ou Buenos Aires, na Argentina, e Montevidéu, no Uruguai, foram transformados por essas levas de imigrantes.

Na passagem do século XIX ao XX, a língua espanhola ganhou espaços geográficos como resultado de **novos processos colonizadores** e expansionistas. No Cone Sul, a Argentina e o Chile estenderam o controle efetivo sobre seus territórios meridionais, chegando até o arquipélago da Terra do Fogo pela Patagônia, na chamada *Conquista del Desierto*. O Chile também anexou ao seu território a Ilha de Páscoa, **Rapa Nui**, no meio do Oceano Pacífico em 1887. Quanto à Espanha, após o colapso colonial de 1898, participou de forma marginal na **colonização da África** pelas potências europeias, obtendo um Protetorado no litoral norte do Marrocos (entre 1912 e 1956), o território do Saara Ocidental (colônia espanhola até 1975) e a Guiné Equatorial (que alcançou a independência em 1968).

Figura 1 – Mapa da divisão territorial da África feita pelos impérios coloniais europeus.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A primeira metade do século XX também demarca uma época de fortalecimento dos Estados-nacionais vinculada ao surgimento de **movimentos orgânicos e populistas**, como o Peronismo na Argentina ou o Partido Revolucionário Institucional (PRI) no México. Na Espanha, a experiência democrática da **Segunda República** (1931-1939) viu-se interrompida pela **Guerra Civil** e a posterior ditadura do general Francisco Franco, entre 1939 e 1975. Muitos **exilados espanhóis** encontraram refúgio no México e em outros países hispano-americanos; alguns deles eram intelectuais, artistas e escritores como Eduardo Blanco Amor, Max Aub, Maruja Mallo, Luis Cernuda, Margarida Xirgu e Francisco Ayala.

Já nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, aconteceu uma série de mudanças que transformou profundamente a América Latina e configurou, em boa medida, o perfil atual desses países. A população aumentou com **taxas de crescimento de 2,7%**, enquanto as taxas de mortalidade caíram. De acordo com Zanatta (2012), os latino-americanos, que eram cerca de 126 milhões em 1940, atingiram a cifra de 209 milhões em 1960. Por outro lado, a concentração da terra em latifúndios fez com que muitos camponeses abandonassem o meio rural e fossem trabalhar no crescente setor industrial dos meios urbanos.

O crescimento demográfico unido ao êxodo rural provocou um intenso processo de urbanização na América Latina, que transformou o perfil rural desses países em um perfil preponderantemente urbano. Hoje em dia, a taxa de urbanização da região encontra-se em torno de 76% do total de 500 milhões de latino-americanos. As estimativas do programa ONU-Habitat colocam essa taxa ao redor de 90% para 2020. Também na Espanha, e em outros países do sul da Europa, ocorreu um movimento análogo da população rural em direção às grandes cidades industrializadas.

De acordo com os censos atuais dos diferentes países, a Cidade do México (com 20 milhões de habitantes) é a maior área urbana da América Latina seguida por São Paulo (com 19 milhões de habitantes), Buenos Aires (com 12 milhões de habitantes), Rio de Janeiro (com 11

milhões de habitantes), Lima (com quase 10 milhões de habitantes), Bogotá (com 9 milhões de habitantes), Santiago do Chile (com 7 milhões de habitantes) e a Grande Caracas (com 6 milhões de habitantes). Porém, o crescimento acelerado das urbes nem sempre foi acompanhado de uma adequada planificação e, assim, nas **periferias urbanas**, surgiram assentamentos sem acesso a saneamento básico, iluminação e outros serviços. Essas comunidades recebem diferentes nomes em cada país; no Brasil chamamos de favelas, na Argentina de *villas miseria*, no Chile de *poblaciones*, no Uruguai de *cantegriles*, na Costa Rica de *tugurios* e na Espanha de *chavolas*.

A cidade pode ser estudada desde diferentes marcos disciplinares: urbanísticos, arquitetônicos, sociais, históricos etc.; aqui, interessa-nos preferencialmente a caracterização das metrópoles como centros que concentram grandes massas populacionais, pautando a vida pública dos países. O entorno urbano pode ser caracterizado por níveis elevados de acesso à escolarização, a presença de instituições culturais (tais como museus, universidades, óperas, teatros, cinemas e editoras) e a distribuição da população em um tecido social complexo. Além disso, as grandes cidades são também emissoras de produções científicas, literárias e audiovisuais, representando assim polos de atração da população de diferentes origens. Tudo isso faz com que as cidades tenham um papel protagonista nas mudanças linguísticas, aceitando ou rejeitando determinados usos, expandindo certas inovações e conformando modelos de prestígio. Todos esses fatores exercem um papel de grande importância para o nivelamento de uma **norma urbana**, posteriormente difundida por meio das escolas, da mídia e do trânsito de populações que convivem no mesmo espaço.

Voltando para a descrição dos acontecimentos políticos da segunda metade do século XX, o triunfo da Revolução Cubana, no dia 1 de janeiro de 1959, visibilizou as enormes desigualdades sociais e econômicas que existiam na América Latina e serviu como antecedente para outras lutas revolucionárias. Assim, a região foi cenário de conflitos dentro do contexto da Guerra Fria, que enfrentava os EUA, potência hegemônica do mundo capitalista, com a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas, dependentes de Moscou, que compartilhavam um sistema comunista de economia planificada. Como resultado do Plano Condor, arquitetado pelos serviços militares dos EUA, os Golpes de Estado, as **ditaduras militares**, as torturas a presos políticos, o terrorismo de Estado, o exílio de intelectuais e a repressão sangrenta caracterizaram as décadas de 60 e 70 na América Latina, tendo como um dos episódios mais marcantes o Golpe de Estado das forças armadas sob o comando do general Augusto Pinochet contra o presidente chileno Salvador Allende em 11 de setembro de 1973.

No final da década de 70 e durante a década de 80, esse panorama político começa a mudar e a maioria dos países hispânicos seguiram diferentes processos de transição democrática, mais ou menos pactuada entre as elites e os movimentos de resistência. O primeiro deles foi a Espanha, que recuperou a democracia representativa após a morte do ditador Francisco Franco em 1975. Na Argentina o desastre da Guerra das Malvinas contra a Inglaterra provocou a queda da ditadura militar e a restauração da democracia em 1983.

Os últimos anos do século XX e o início do século XXI estão marcados pela **ideologia neoliberal** tanto na Espanha, que passa a integrar a União Europeia em 1986, quanto na

América Latina, cujos países fazem parte do chamado *Consenso de Washington*. O resultado dessas políticas foi o aumento da dívida e a desvalorização das moedas nacionais, seguida por crises econômicas e sociais de consequências terríveis; como a do México em 1994, a do Equador de 1999, a da Argentina de 2001 e, mais tarde, a da Espanha em 2007.

Aproveitando a fraqueza das economias latino-americanas e os processos de privatização, várias multinacionais de origem espanhola, como o Banco Santander, Repsol e a Telefónica, entraram nesses países aproveitando os laços culturais, históricos e linguísticos. Como resposta às crescentes desigualdades, surgem movimentos que propõem uma globalização que não esteja baseada nos interesses financeiros, como os Zapatistas no México em 1994 ou o Foro Social Mundial de Porto Alegre, em 2001.

Nas últimas décadas do século XX e no início do XXI também houve um aumento importante dos **movimentos migratórios**, em parte, como consequência das mencionadas crises sociais e políticas. Muitos cidadãos procedentes dos chamados países do Sul instalaram-se nos países do Norte em busca de melhores salários e condições de vida. Um exemplo disso é a migração do México, Porto Rico, Colômbia e outros países da América Central e do Caribe para os EUA. Esse fenômeno que provocou uma progressiva hispanização dos Estados meridionais e das grandes metrópoles norte-americanas como Los Angeles, Nova Iorque, Miami e Chicago. A abertura de comércios, restaurantes e centros comunitários serve para reunir determinada nacionalidade ou etnia nas cidades de acolhimento. Como resposta a esses movimentos, os governos dos países do Norte endureceram as políticas migratórias e chegaram a levantar muros e cercas nas suas fronteiras. Nos últimos anos, as tendências migratórias tornaram-se pluridirecionais, seguindo os fluxos econômicos.

7.2 Divergências e convergências no espanhol atual

Ao falar de **diacronia** e **sincronia**, devemos apresentar algumas ferramentas de pesquisa que estão à disposição daqueles que trabalham com história da língua ou estudam variação no âmbito da língua espanhola. Em primeiro lugar, o *Corpus diacrónico del español (Corde)* é um banco de dados em linha, gerido pela Real Academia de la Lengua Española (RAE), que contém cerca de 260 milhões de palavras extraídas de todo tipo de fontes documentais de diferentes procedências desde os primórdios do castelhano. Pode ser consultado para esclarecer questões de diversos gêneros, desde quando foi a primeira vez que um vocábulo ou uso gramatical aparece na língua até as diferentes grafias que determinado termo possuiu. Já *Corpus de Referencia del Español Actual (CREA)* reúne um conjunto de textos de diversas fontes, orais e escritos, produzidos em todos os países *hispanohablantes* entre 1975 e 2004. Em 2015 foi publicada uma versão anotada do Corpus CREA, da qual é possível extrair informações para estudar as palavras, seus significados e contextos de uso. Atualmente, o *Corpus del Español del siglo XXI (Corpes XXI)*, continuador do CREA, conta com 237.678 documentos produzidos no século XXI em diferentes suportes. Por tudo isso, o Corde, o CREA

e o Corpes XXI tornam mais acessível o conhecimento dos diversos estágios do idioma para os pesquisadores.

Voltando agora para a caracterização da língua espanhola na atualidade, podemos traçar duas dinâmicas que operam dentro desse vasto domínio geográfico; por um lado, há uma **dinâmica centrípeta**, que tende em direção ao centro normativo e à convergência dos usos do idioma, e, por outro, uma **dinâmica centrífuga**, que tende à formação de normas e usos específicos ao interno de cada comunidade linguística.

Dentro da primeira dinâmica, enquadram-se as atividades da Asociación de Academias de la Lengua Española (**Asale**), fundada na Cidade do México em 1951 com o objetivo de promover a integridade e o crescimento da língua espanhola. Essa associação reúne as academias da língua dos 19 países hispano-americanos, a RAE da Espanha e também as academias da língua espanhola dos EUA, da Guiné Equatorial e das Filipinas.

Figura 2 – Logo da Asale.



ASOCIACIÓN DE ACADEMIAS DE LA
LENGUA ESPAÑOLA

Fonte: ASALE, 2017.

O consórcio RAE e Asale promove os CILE (*Congreso Internacional de la Lengua Española*) aproximadamente a cada quatro anos em diferentes cidades hispânicas. Além disso, coordenou nos últimos anos a publicação de obras que padronizam as diferentes parcelas do idioma, como a *Nueva Gramática de la Lengua Española* (2009), a *Ortografía de la lengua española* (2010), *El buen uso del español* (2013) e a edição atualizada do *Diccionario de la lengua española* (2014). Também organiza e publica edições comemorativas de clássicos literários que, em certa medida, configuram um **cânon de referência** como *El Quijote*, de Miguel de Cervantes; *Antología de prosa y verso* de Gabriela Mistral; *Cien años de soledad*, de Gabriel García Márquez; *La ciudad y los perros*, de Mario Vargas Llosa; *La Colmena*, de Camilo José Cela, dentre outros. Em síntese, a Asale funciona como uma poderosa ferramenta para construir um **projeto glotopolítico pan-hispânico** baseado no discurso da unidade na diversidade do idioma. Esse discurso é promovido por governos e autoridades educativas dos países *hispanohablantes* e conta com o respaldo financeiro e orçamentário de um conjunto de fundações e empresas transnacionais espanholas: como o Banco Santander, a Telefónica e também os grandes grupos editoriais, como Espasa-Calpe.

Já vimos na primeira parte do capítulo que durante o século XX ocorreu um enorme êxodo da população do entorno rural para as capitais de cada país que cresceram enormemente. Dessa forma, o papel das **grandes cidades** hoje é fundamental no desenvolvimento das mudanças, pois, por um lado, elas produzem inovações e, por outro, funcionam como polos que fixam a norma. Além disso, nas capitais se concentram as **instituições educativas e culturais**, tais como escolas, universidades, museus, canais de rádio e televisão, ministérios, secretarias e academias.

O “guarda-chuva” normativo estabelecido pela ASALE reúne uma dezena de **macro-dialetos**, ou variedades principais do espanhol, distribuídos como aparecem no mapa a seguir.

Figura 3 – Principais macrodialetos da língua espanhola no início do século XXI.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Esses macrodialetos abrangem normas nacionais, bem como variedades locais; mesmo podendo resultar parciais, permitem visualizar a variação geográfica do idioma. Destarte, observamos o macrodialeto peninsular, o andaluz, o canário, o caribenho, o centro-americano, o mexicano, o andino, o chileno, o rioplatense, o guineense-equatorial, o filipino e o saharawi. Nesse panorama, são registrados fenômenos de variação e mudanças em todos os níveis da língua: fonético-fonológico, morfossintático, lexical e pragmático.

Existem ainda fenômenos de variação em curso que abrangem certos grupos das comunidades *hispanohablaentes*, como a **linguagem dos jovens** ou as **gírias** de determinados coletivos. Assim, podem ser usados por outros membros da comunidade para caracterizar a origem geográfica ou social dos usuários. Com o passar do tempo, uma inovação linguística

pode se consolidar e ser transmitida ao conjunto da comunidade de falantes ou, pelo contrário, pode ser eliminada pelas novas gerações. Em todo caso, esses fenômenos conformam constantes dinâmicas centrífugas, que se afastam do centro normativo nos usos do idioma. A seguir, apresentaremos alguns dos que possuem maior distribuição no âmbito hispânico atualmente.

Em capítulos anteriores, estudamos alguns fenômenos que marcam a **variação fonética** como o seseo, o ceceo, a distinção entre /θ/~s/, o *yeísmo*, o *rehilamiento* de /j/ e a aspiração de /-s/. Outros, como a alternância entre /-r/ e /-l/, a pronúncia de /r/ como vibrante múltipla ou como fricativa e o enfraquecimento das vogais átonas, apresentam uma difusão mais restrita. Uma tendência geral na fala coloquial da maioria dos países hispano-falantes é a queda de algumas consoantes em posição intervocálica como -d-; assim, escuta-se na fala coloquial *cansao* por *cansado*, *lao* por *lado*, *to* por *todo*, *dormío* por *dormido* ou *na* por *nada*. Esse fenômeno está muito consolidado em alguns países, como na Espanha, onde aparece na fala de jornalistas, políticos e professores e não é sentido mais como um traço vulgar.

No que tange à **variação morfológica**, há divergências no uso dos pronomes átonos de terceira pessoa em função de complemento direto e indireto *lo*, *la*, *le*; esse fenômeno deriva da convivência entre os valores que seguem os casos acusativo e dativo herdados do latim e usos inovadores conhecidos como **loísmo**, **laísmo** e **leísmo**¹, condenados pela norma padrão. Assim, por exemplo, um falante laísta, dirá *la dije a María* por *le dije a María*. Ainda no sistema pronominal, a **segunda pessoa** constitui, pela sua ampla variação regional, um dos aspectos mais complexos da morfossintaxe espanhola, de acordo com Fontanella (1999, p. 1401). Existem vários pronomes tanto no singular (*tú*, *vos*, *usted*) como no plural (*vosotros/as*, *ustedes*) cujo emprego está determinado não só por questões pragmáticas, mas também pela procedência geográfica e social dos falantes². O emprego dos **diminutivos** e a sua distribuição denotam igualmente a origem dos falantes.

Na **sintaxe**, nem todos os **tempos verbais** possuem os mesmos valores temporais, aspectuais e modais para a totalidade dos hispanohablantes. Esse é o caso entre a preferência pelo pretérito perfeito composto ou pelo pretérito perfeito simples (chamado às vezes de pretérito indefinido): *hoy desayuné galletas con café hoy he desayunado galletas con café*; ou o valor evidencial que adquiriu o pretérito mais que perfeito no espanhol andino: *había sido guapo tu hermano* com o sentido de *no sabía que tu hermano es guapo*. Em outras variedades da Colômbia e Venezuela existe um uso intensivo do verbo *ser*: *quería era dormir* no lugar da forma padrão *lo que quería era dormir*.

1 O leísmo é o uso do pronome átono *le(s)* para o complemento direto: *lo(s)*, *la(s)*. O loísmo é o uso do pronome átono *lo(s)* para o complemento indireto. O laísmo é o uso do pronome átono *la(s)* para o complemento direto. Ou seja, todos eles caracterizam uma reconfiguração dos seus valores sintáticos etimológicos: complemento direto *lo(s)*, *la(s)* em caso acusativo e complemento indireto *le(s)* em caso dativo.

2 A norma padrão descreve *tú* e *vos* como pronomes usados no trato informal enquanto o uso de *usted* fica restrito ao tratamento mais formal e cortês. No plural, *vosotros/as* vigora na norma do espanhol peninsular enquanto está ausente das várias normas americanas, em que o pronome utilizado é *ustedes*. Além dessa caracterização geral e normativa, existem grandes variações nos usos dos paradigmas de segunda pessoa.

O **nível lexical** é, provavelmente, onde a variação se mostra de forma mais evidente. Como exemplo, podemos apresentar as palavras que servem para nomear os jovens: *muchacho, chaval, cuate, pibe, tío, pana, man, mara, gurí* etc. A variação léxica também está registrada na adaptação de neologismos; assim *computadora* e *celular*, tomadas nos países hispano-americanos do inglês estadunidense (*computer* e *cell phone*), correspondem ao espanhol peninsular *ordenador* (de origem francesa: *ordinateur*) e *móvil* (do inglês britânico: *mobile phone*). A cada dia entram na língua palavras novas, usadas por certos grupos sociais ou em determinados contextos.

Um caso específico de variação léxica e uso de gírias que merece uma menção especial é o **lunfardo**, formado nas cidades de Buenos Aires e Montevideu no início do século XX. Usado pelas classes populares surgidas da imigração, o lunfardo serviu, mais tarde, para compor as letras dos tangos. Tomava palavras das línguas dos imigrantes – genoveses, calabreses, galegos, andaluzes, entre outros – e dos grupos marginalizados: negros, índios e ciganos; ao mesmo tempo, explorava os recursos criativos do idioma. Com o objetivo de criar uma gíria secreta, só acessível para os iniciados, o lunfardo explorou a técnica de inverter a ordem das sílabas de uma palavra, fenômeno conhecido como *vesre* de *revés*. Assim obtém-se *gotán* por *tango*, *gomía* por *amigo*, *toga* por *gato*. Algumas das palavras e giros oriundos do lunfardo hoje fazem parte da língua cotidiana e comum de todos os argentinos.

Em síntese, o conjunto de fenômenos de variação e mudança, que brevemente esboçamos, vai remodelando progressivamente o perfil das diferentes formas da língua espanhola e podem causar situações nas quais a comunicação entre usuários de espanhol precise ser renegociada.

Por último, os movimentos migratórios, cada vez mais frequentes e multidirecionais, e a circulação de produções culturais de todo tipo veiculados pela língua (filmes, novelas, séries de televisão, músicas, curta-metragens, livros, jornais, canais de rádio e televisão, *sites web* etc.) ultrapassam as fronteiras nacionais e colocam em contato cotidiano usuários de diferentes variedades de espanhol, reconduzindo as tendências centrípetas e centrífugas aqui examinadas.

7.3 Processos de letramento e cânon literário no mundo hispânico

Enlaçando com o final da segunda parte, dedicaremos esta terceira a apresentar um breve panorama das culturas hispânicas no século XX com ênfase nos diálogos que existiram entre os diferentes elementos e membros dessas comunidades.

Para abordar esse conteúdo, devemos começar examinando o enorme impacto que teve a **alfabetização maciça da população** ocorrido nos últimos 150 anos. Cabe esclarecer que não existe uma única definição para o conceito de alfabetização e, portanto, as medições de população alfabetizada podem variar. Em todo caso, as taxas usadas pelos censos nacionais e por organismos internacionais como a Unicef e a ONU costumam basear-se na capacidade de um indivíduo para ler e escrever desenvolvida durante a infância ou na idade adulta. Isso nem sempre significa que o indivíduo saiba interpretar criticamente um texto, capacidade

adquirida apenas em um processo de **letramento** mais aprofundado. A alfabetização está atrelada ao acesso da população à educação e à implementação de sistemas nacionais de ensino orientados desde os governos nacionais ou locais. A distribuição das pessoas alfabetizadas e letradas tampouco é igualitária; assim, nas cidades, nas faixas etárias jovens e nos homens os percentuais de alfabetização resultam mais elevados que nas regiões rurais, nas faixas etárias mais velhas e entre as mulheres. De fato, os dados do *World Factbook*, publicado pela CIA, apontam que as mulheres representam na atualidade 3/4 de todos os analfabetos adultos no mundo.

Tomando dados dessa mesma fonte, apresentamos a seguir a tabela com os atuais percentuais de alfabetização dos vinte e uns países que têm o espanhol como língua oficial.

Tabela 1 – Taxas de alfabetização.

| País | Taxa de alfabetização (%) |
|------------------|---------------------------|
| Cuba | 99,8 |
| Chile | 98,6 |
| Uruguai | 98,1 |
| Argentina | 97,9 |
| Espanha | 97,7 |
| Costa Rica | 96,3 |
| Venezuela | 95,5 |
| Guiné Equatorial | 94,2 |
| Panamá | 94,1 |
| Paraguai | 93,9 |
| Colômbia | 93,6 |
| México | 93,5 |
| Equador | 91,6 |
| Bolívia | 91,2 |
| Puerto Rico | 90,3 |
| Rep. Dominicana | 90,1 |
| Peru | 89,6 |
| Honduras | 85,1 |
| El Salvador | 84,5 |
| Nicaragua | 78,0 |
| Guatemala | 75,9 |

Fonte: Elaborada pelo autor.

Essas cifras oferecem uma imagem desigual do acesso à cultura letrada dentro do mundo hispânico: apenas em um país, Cuba, a totalidade da população tem acesso a ela; outros Estados, principalmente a Espanha, na Europa, e o Chile, a Argentina e o Uruguai, no Cone Sul, apresentam percentuais muito elevadas de população alfabetizada; os demais países hispano-americanos mostram cifras de analfabetismo que giram ao redor de 10% da população, enquanto essas aumentam até ultrapassar os 20% em algumas nações centro-americanas.

Não obstante, essas cifras melhoraram durante o século XX e a tendência atual é a contínua redução do analfabetismo e o acesso ao universo da cultura letrada para camadas cada vez maiores da população. Nesse ponto, cabe mencionar o método de alfabetização para adultos *Yo, sí puedo* desenvolvido pela educadora e pedagoga cubana Leonela Relys com caráter internacionalista, já que pode ser adaptado a diferentes realidades sociais e linguísticas. A cartela básica do método associa as letras do alfabeto com os números de 1 a 30 e se apoia em um material gravado. Entre os anos de 2002 e 2015, *Yo, sí puedo* foi empregado na alfabetização de cerca de 3,5 milhões de pessoas, em diversos países do mundo, principalmente na África e na América Latina; por esse motivo, recebeu vários prêmios e reconhecimentos internacionais; como o Prêmio de Alfabetização Rey Sejong da Unesco em 2006 e o Premi de Mestres 68 da Universidade de Girona em 2012.

O acesso à cultura letrada abre as possibilidades de seguir estudos básicos/superiores e coloca os falantes em contato direto com a língua padrão. Existe uma tendência tradicional, procedente das academias, de associar língua padrão com os modelos usados pelos autores clássicos do cânon literário. Nesse sentido, a configuração ou as mudanças no **cânon literário** repercute diretamente nos modelos linguísticos considerados prestigiosos.

Assim, o sucesso editorial e crítico atingido pelos autores hispano-americanos no século XX obrigou as academias a mudarem alguns julgamentos sobre determinados usos vernáculos. A professora Norma Caricaburo (1999) estudou o uso que os autores argentinos fizeram nas suas obras do voseo; o qual prestigiou essa característica morfossintática e contribuiu para que a Academia de Letras Argentina reconhecesse a sua legitimidade em 1982. Hoje em dia, o *Diccionario de la Lengua Espanhola*, da RAE-Asale, apresenta o modelo de conjugação voseante rioplatense junto ao *tuteo* e os manuais escolares da Argentina, do Uruguai e do Paraguai ensinam o voseo. Contrastando com essa progressão, a crítica ao uso do voseo que fez o gramático Andrés Bello e a preferência dos escritores chilenos pelo *tuteo* impediu que nesse país as formas voseantes se estendessem à totalidade da população.

O cânon literário também espelha a presença e o prestígio de uma língua na comunidade internacional. O **Prêmio Nobel de Literatura**, criado pela Academia Sueca em 1901 para prestigiar um escritor ou escritora pelo conjunto da sua obra, serviu como medidor do cânon internacional e das tendências estéticas ao longo do século XX. Até o dia de hoje, **onze autores** que escreveram suas obras em língua castelhana receberam esse galardão; esses são os espanhóis: José Echegaray (1904), Jacinto Benavente (1922), Juan Ramón Jiménez (1956), Vicente Aleixandre (1977) e Camilo José Cela (1989); os chilenos: Gabriela Mistral (1945) e Pablo Neruda (1971); o guatemalteco: Miguel Ángel Asturias (1967); o colombiano: Gabriel García Márquez (1982); o mexicano: Octavio Paz (1990) e o peruano: Mario Vargas Llosa (2010).

Dentro do âmbito cultural hispânico, existem inúmeros prêmios nacionais e internacionais dentre os quais cabe mencionar o **Prêmio Cervantes**, pelo reconhecimento internacional que atingiu. Instituído em 1976 pelo Ministério de Educação e Cultura da Espanha laureia, a cada ano, um autor ou autora hispanohablante pela sua trajetória literária. A entrega é feita numa cerimônia no dia 23 de abril, lembrando a data de falecimento de Miguel de Cervantes, na Universidade de Alcalá de Henares, cidade onde nasceu o autor do Quixote. Na história deste prêmio, figuram autores de todos os gêneros literários como: poetas, romancistas, ensaístas e dramaturgos; entretanto, há uma predominância de escritores homens já que apenas quatro escritoras receberam o Prêmio Cervantes nos seus mais de 40 anos de existência. Em relação às nacionalidades, também há uma representação mais elevada de autores espanhóis.

A lista completa, de acordo com as informações do *site* Ministerio de Educación, Cultura y Deporte: Jorge Guillén (1976), Alejo Carpentier (1977), Dámaso Alonso (1978), Gerardo Diego (1979), Jorge Luis Borges (1979), Juan Carlos Onetti (1980), Octavio Paz (1981), Luis Rosales (1982), Rafael Alberti (1983), Ernesto Sábato (1984), Gonzalo Torrente Ballester (1985), Antonio Buero Vallejo (1986), Carlos Fuentes (1987), María Zambrano (1988), Augusto Roa Bastos (1989), Adolfo Bioy Casares (1990), Francisco Ayala (1991), Dulce María Loynaz (1992), Miguel Delibes (1993), Mario Vargas Llosa (1994), Camilo José Cela (1995), José García Nieto (1996), Guillermo Cabrera Infante (1997), José Hierro (1998), Jorge Edwards (1999), Francisco Umbral (2000), Álvaro Mutis (2001), José Jiménez Lozano (2002), Gonzalo Rojas (2003), Rafael Sánchez Ferlosio (2004), Sergio Pitol (2005), Antonio Gamoneda (2006), Juan Gelman (2007), Juan Marsé (2008), José Emilio Pacheco (2009), Ana María Matute (2010), Nicanor Parra (2011), José Manuel Caballero Bonald (2012), Elena Poniatowska (2013), Juan Goytisolo (2014), Fernando del Paso (2015), Eduardo Mendoza (2016).

Figura 4 – Medalha que recebe o(a) ganhador(a) do Prêmio Cervantes.



Fonte: Wikimedia Commons.

Essas longas listas conformam, de certo modo, um cânon atual de autores em língua castelhana apoiado desde as academias e as grandes editoras. Além disso, a RAE vem publicando desde 2011 a **Biblioteca Clásica de la Real Academia Española** (BCRAE), uma coleção formada pela edição crítica e anotada das obras consagradas como clássicas das literaturas em língua castelhana. Dirigida pelo acadêmico Francisco Rico, está previsto que a coleção conte com 111 volumes, sendo o primeiro o *Cantar de Mío Cid*, posto nos primórdios da literatura castelhana.

+ Ampliando seus conhecimentos**Prólogo da nueva gramática de la lengua española**

(ASALE-RAE, XLII, 2010)

‘La Gramática [...] nos hace ver el maravilloso artificio de la lengua, enseñándonos de qué partes consta, sus nombres, definiciones, y ofi cios, y como se juntan y enlazan para formar el tejido de la oracion³’. Estas exactas palabras pertenecen al prólogo de la primera gramática académica, que apareció en 1771. En los casi dos siglos y medio transcurridos desde entonces, la Real Academia Española ha publicado numerosas ediciones de su Gramática en las que se ha esforzado en analizar este “maravilloso artificio”, mejorando sus descripciones gramaticales, ampliando lo que merecía más atención y atendiendo a las aportaciones de otros gramáticos.

La última edición fue publicada en 1931. Reproducía la de 1920 y confirmaba el título de Gramática de la lengua española, que a partir de la edición de 1924 había sustituido al de castellana. La Guerra Civil, que estalló un lustro después, paralizó considerablemente los proyectos de la Academia Española. A pesar de ello, el gramatical nunca fue abandonado por completo y se retomó con mayor decisión a comienzos de los años sesenta, siendo director don Ramón Menéndez Pidal. Así, en el VI Congreso de la Asociación de Academias (Quito, 1972), pudo presentar la Española, de la que era ya director don Dámaso Alonso, el Esbozo de una nueva gramática con la advertencia de que se trataba de un mero anticipo provisional de lo que pronto sería su Gramática de la lengua española. Sobre él formularon numerosas sugerencias las Academias americanas, a las que, bajo la dirección académica de don Fernando Lázaro Carreter, se unieron nuevos materiales que permitían replantear el proyecto a finales del siglo XX.

En el XI Congreso de la Asociación (Puebla de los Ángeles, México, 1998) recibió la Academia Española el encargo formal de abordar de manera definitiva la nueva edición, tan esperada, con la especificación de que debía elaborarla conjuntamente y de forma consensuada con las veintidós Academias. Ello suponía un giro radical en el proceso, que correspondió impulsar y gestionar a lo largo de once años a don Víctor García

³ O início do prólogo reproduz um trecho da primeira edição da gramática da ERA que não segue as normas ortográficas atuais.

de la Concha, como director de la Real Academia Española y presidente de la Asociación de Academias. Tras constituirse en cada Academia una Comisión especial de Gramática, fue designado ponente don Ignacio Bosque y, con posterioridad, se responsabilizó a don José Manuel Blecua de la sección de Fonética y Fonología. En el siguiente Congreso de la Asociación (Puerto Rico, 2002) fueron aprobadas las líneas fundamentales de la *Nueva gramática* propuestas por el ponente y se acordó crear una Comisión Interacadémica, como órgano superior de decisión, integrada por representantes de las diversas áreas lingüísticas.

La *Nueva gramática de la lengua española*, que este *Manual* compendia, es el resultado del ambicioso proyecto. No es solo una obra colectiva, resultado de la colaboración de muchos, sino también una obra colegiada, el último exponente de la política lingüística panhispánica que la Academia Española y sus veintiuna Academias hermanas vienen impulsando desde hace más de un decenio. Su texto básico fue aprobado por todas y cada una de ellas en la sesión de clausura del XIII Congreso de la Asociación, celebrado en Medellín (Colombia) el 24 de marzo de 2007. Al acto, que presidieron Sus Majestades los Reyes de España y el presidente de la República de Colombia, se unieron más de un centenar de rectores de universidades iberoamericanas y numerosos intelectuales y escritores que participarían de inmediato en el IV Congreso Internacional de la Lengua Española de Cartagena de Indias.

Conviene recordar que, a diferencia de otras lenguas europeas, el español carecía de una «gramática de referencia», en el sentido de una descripción exhaustiva del idioma basada en citas textuales, ya que el esforzado intento individual de don Salvador Fernández Ramírez, el único proyecto planteado para la nuestra en esa tradición, no pudo culminarse. Como contrapartida, la bibliografía gramatical sobre el español fue incrementándose en proporciones muy notables en la segunda mitad del siglo, y a su final multiplicaba ya por muchas centenas la que pudieron conocer los académicos que prepararon la edición de 1931.

Atividades

Com base na leitura do sétimo capítulo do livro, responda às questões que apresentamos a seguir utilizando entre dez e quinze linhas:

1. Explique de maneira sucinta os conceitos de diacronia e de sincronia e apresente as ferramentas que existem para os pesquisadores que trabalham com essas questões em língua espanhola.

2. Exponha as atividades desenvolvidas pelo consórcio RAE-ASALE.
3. Disserte sobre a atual situação de acesso à cultura letrada nos países *hispanohablantes*.

Referências

- ASALE-RAE. **Nueva gramática de la lengua española**. Fonética y fonología. Madrid: Espasa, 2010.
- _____. **Nueva gramática de la lengua española**. Manual. Madrid: Espasa, 2010.
- CARRICABURO, Norma. **El voseo en la literatura argentina**. Madrid: Arco Libros, 1999.
- CIA. **The World Factbook**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 5 jan. 2017.
- CONDE, Oscar. **Lunfardo: un estudio sobre el habla popular de los argentinos**. Buenos Aires: Taurus, 2011.
- CORPUS CORDE. Disponível em: <corpus.rae.es/cordenet.html>. Acesso em: 5 fev. 2017.
- CORPUS CREA. Disponível em: <corpus.rae.es/creanet.html>. Acesso em: 5 fev. 2017.
- CORPUS CUENTA. Disponível em: <corpuscuenta.wordpress.com/>. Acesso em: 5 fev. 2017.
- FLORES CERVANTES, Marcela. Leísmo, Laísmo y Loísmo. In: COMPANY COMPANY, Concepción. **Sintaxis histórica de la lengua española**. Primera parte: La frase verbal. Vol. 1. México: Fondo de Cultura Económica UNAM, 2006. p. 669-749.
- FONTANELLA DE WEINBERG, M. Beatriz. Sistemas pronominales de tratamiento usados en el mundo hispánico. In: BOSQUE, Ignacio; DEMONTE, Violeta: **Gramática descriptiva de la lengua española**. vol 1. Sintaxis básica de las clases de palabras. Madrid: Espasa, 1999. p. 1401-1425.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marco Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. Disponível em: <<http://www.mecd.gob.es/cultura-mecd/areas-cultura/libro/mc/premios-cervantes-40/presentacion.html?jsessionid=7E9A-0631115FE032DF013065B472F609>>. Acesso em: 5 fev. 2017.
- NARBONA JIMÉNEZ, Antonio. Cambios y tendencias gramaticales en el español moderno. In: CANO, Rafael (coord.). **Historia de la Lengua Española**. Barcelona: Ariel, 2013. p. 1011-1035.
- ZANATTA, Loris. **Historia de América Latina**. De la Colonia al siglo XXI. Tradução de Alfredo Grieco y Bavio e Guillermo David. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

Resolução

1. O termo *diacronia* serve para definir a progressão histórica de uma língua, e o termo *sincronia*, a variação e as mudanças em curso em uma língua no tempo presente. Existem algumas ferramentas de pesquisa geridas pela Real Academia Española (RAE), que estão à disposição daqueles que trabalham com história da língua ou estudam variação no âmbito do espanhol. Em primeiro lugar, o *Corpus diacrónico del español* (Corde) contém cerca de 260 milhões de palavras extraídas de todo tipo de fontes documentais desde os primórdios do idioma. Já *Corpus de Referencia del Español Actual* (CREA) reúne um conjunto de textos de diversas fontes, orais e escritos,

produzidos entre 1975 e 2004. Por último, o *Corpus del Español del siglo XXI* (CORPES XXI), continuador do CREA, conta com 237.678 documentos produzidos no século XXI em diferentes suportes.

2. Fundada na Cidade do México em 1951, a Asociación de Academias de la Lengua Española (Asale) reúne as academias da língua dos 19 países hispano-americanos, a RAE da Espanha e também as academias da língua espanhola dos EUA, da Guiné Equatorial e das Filipinas. O consórcio RAE e Asale tem como objetivo promover a integridade e o crescimento da língua espanhola. Para tanto, organiza os CILE (*Congreso Internacional de la Lengua Española*) aproximadamente a cada quatro anos em diferentes cidades hispânicas. Ademais, coordenou a publicação de uma série de obras que padronizam as diferentes parcelas do idioma como a *Nueva Gramática de la Lengua Española* (2009), a *Ortografía de la lengua española* (2010), *El buen uso del español* (2013) e a edição atualizada do *Diccionario de la lengua española* (2014). Também organiza e publica edições comemorativas de clássicos literários que configuram um cânon de referência.
3. As cifras atuais oferecem uma imagem desigual do acesso à cultura letrada dentro do mundo hispânico: apenas em Cuba a totalidade da população tem acesso a ela; outros Estados, como o Chile, a Argentina e o Uruguai, no Cone Sul, e a Espanha, na Europa, apresentam percentuais muito elevadas de população alfabetizada; os demais países hispano-americanos mostram cifras de analfabetismo que giram ao redor de 10% da população, enquanto essas aumentam até ultrapassar o 20% em algumas nações centro-americanas. A distribuição das pessoas alfabetizadas e letradas tampouco é igualitária; assim, nas cidades, nas faixas etárias jovens e nos homens os percentuais de alfabetização resultam mais elevados que nas regiões rurais, nas faixas etárias mais velhas e entre as mulheres. Todavia, a tendência atual é a contínua redução do analfabetismo e o acesso ao universo da cultura letrada para camadas cada vez maiores da população. Nesse ponto, cabe mencionar o método de alfabetização para adultos *Yo, sí puedo* desenvolvido pela educadora Leonela Relys, com caráter internacionalista.

8

O espanhol do século XXI: língua de comunicação global?

De acordo com os dados do relatório anual do Instituto Cervantes, *El español: una lengua viva* (2016), atualmente 567 milhões de pessoas usam a língua espanhola como meio de comunicação em diversos contextos geográficos, culturais e sociais. Na primeira parte do capítulo, apresentamos o processo de globalização em curso, em que, por um lado, encontramos uma tendência em direção à convergência em um único modelo social, econômico e cultural, mas, por outro, observamos o surgimento de propostas alternativas que reivindicam a pluralidade linguística e cultural. Na segunda parte, analisamos o perfil glotopolítico do espanhol no início do século XXI e as comunidades *hispanohablantes* compostas por pessoas monolíngues e bilíngues, por meio dos que têm o espanhol como língua materna e aqueles que o aprenderam como segunda língua, como língua de herança e/ou como língua estrangeira. Para encerrar o capítulo, examinamos o papel do espanhol como língua de comunicação, de expressão e de criação em um mundo globalizado.

8.1 O processo de globalização na modernidade tardia

Em 9 de novembro de 1989 o muro de Berlim foi derrubado pondo fim, de forma simbólica, à oposição entre o bloco capitalista pró-norte-americano e o bloco comunista-soviético pró-russo, que havia marcado a política planetária durante toda a segunda metade do século XX. A partir desse momento, o termo *globalização* começa a ganhar uma centralidade cada vez maior para definir os processos de integração emergentes no cenário internacional, marcado pelo contraste entre os **países do Norte** (considerados como desenvolvidos, industrializados e com suas fontes de matérias-primas esgotadas) e os **países do Sul** (em vias de desenvolvimento e com enormes quantidades de matérias-primas). É possível identificar uma série de aspectos fundamentais da globalização na esfera política, econômica, social e cultural que têm um impacto na vida cotidiana das comunidades.

Em primeiro lugar, a globalização ordena-se com base na adesão da grande maioria dos países ao **modelo econômico capitalista neoliberal** e a **democracia representativa** impulsionada pelos EUA e seus aliados ocidentais reunidos na Organização do Tratado do Oceano Atlântico (OTAN). Alguns organismos como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organización Internacional del Comercio (OIC) regulamentam a implementação dessa ordem planetária e ditam as políticas a serem adotadas pelos diferentes governos. Os processos de integração política, como o da União Europeia, tendem a limitar o poder de decisão dos Estados nacionais transferindo-o para instâncias externas sem representação democrática ou cidadania.

O desenho da ordem política global está intimamente ligada à **economia**; assim, nos últimos anos foi liberalizado o movimento do capital e as transações internacionais, diminuindo os recursos dos organismos de controle. Isso permitiu o crescimento dos paraísos fiscais e a concentração da riqueza em mãos de uma elite proprietária das ações bursáteis das grandes companhias.

Já no **plano social**, nas últimas décadas, aumentaram enormemente os fluxos migratórios tanto de trabalhadores procedentes dos chamados países do Sul, que se dirigem aos países do Norte para ocupar, na maior parte dos casos, os empregos mais duros e pior remunerados; como de trabalhadores do Norte em direção aos países do Sul, onde ocupam cargos altamente remunerados como mão de obra qualificada. Esses **movimentos de pessoas** são **pluridirecionais** e podem conduzir tanto a instalação final dos migrantes no país de acolhimento como o retorno para o país de origem ou traslado a outro país ou região em busca de melhores condições de vida.

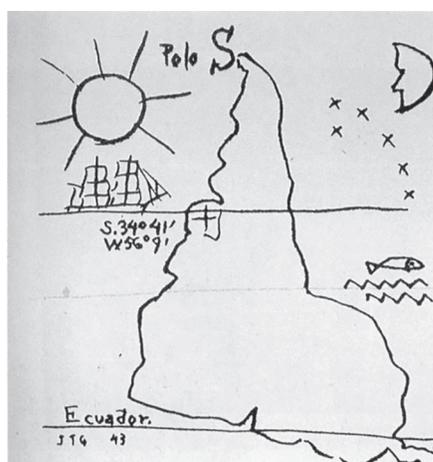
Por último, a globalização tem repercussões na **esfera cultural**. Há uma tendência de homogeneização cultural com a difusão de hábitos procedentes, de forma majoritária, dos países ocidentais que, inclusive, podem substituir costumes locais e modos de vida tradicionais. A circulação do conhecimento tem sua face mais visível na globalização das comunicações e o surgimento da internet.

Vários movimentos sociais e intelectuais – como o norte-americano Noam Chomski ou a portuguesa, naturalizada brasileira, Maria da Conceição Tavares – denunciaram alguns resultados perniciosos oriundos da globalização como a concentração da riqueza em poucas mãos, a tomada de decisão em âmbitos pouco democráticos, a violência e discriminação contra os imigrantes e a mudança climática. Dentro do âmbito cultural, diante da imposição de um único modelo social e científico dirigido desde os países anglo-saxões e veiculado pela língua inglesa, surgiram movimentos que defendem a **pluralidade linguística e cultural** e **reivindicam as identidades locais**. Ao mesmo tempo, a presença de produtos culturais de diferentes origens e populações imigrantes reconfigura as identidades tradicionais conformando novos espaços identitários híbridos.

No âmbito acadêmico e universitário surgiram as chamadas *Epistemologias do Sul*, formuladas pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Esse conceito reúne os países que ocupam o Hemisfério Sul, do ponto de vista geográfico, mas possuem significação política, cultural, histórica e econômica peculiar já que foram a periferia na organização atual do sistema mundo.

As Epistemologias do Sul reivindicam sua existência e reconhecimento, bem como aprender a partir, com e se posicionando desde o Sul. Desse modo, espera-se atingir uma descentralização do saber enunciado não apenas por homens brancos, mas por mulheres, indígenas e negros, considerando as experiências históricas e saberes das comunidades, tendo como fim a construção de um conhecimento libertador e não necessariamente comercial.

Figura 1 – *América invertida* (1943), de Joaquín Torres García.



Fonte: Wikimedia Commons.

Assim, a globalização provoca uma dinâmica **centrípeta** que tende a aproximar regiões diversas em direção a um modelo econômico, político e cultural; e uma outra tendência **centrífuga** que reivindica a diversidade humana, a justiça social e o multiculturalismo. Um mundo fragmentário de identidades que coexistem e contrastam entre si, de culturas e modos de vida concorrentes e relações sociais fluídas e ambíguas. Esses elementos conformam o conceito de modernidade tardia ou **modernidade líquida**, enunciado pelo cientista social polonês Zygmunt Bauman (2004).

Sendo a língua uma ferramenta fundamental na comunicação, ela veicula os diferentes debates ideológicos, políticos e acadêmicos e, ao mesmo tempo, sofre o impacto dos processos que ajuda a articular. Nesse contexto a língua seria meio e alvo das transformações que alteram as comunidades de falantes.

Após termos apresentado, de maneira sucinta, o quadro geral do presente, dedicaremos as próximas partes deste último capítulo a contextualizar as tendências atuais e as forças que operam sobre a língua espanhola e sobre as comunidades dos mais de 567 milhões de *hispanohablantes*. Resulta pertinente lembrar que o espanhol é falado majoritariamente nos países do Sul global, tanto na América Latina, quanto na Guiné Equatorial (na África) e mesmo na Espanha, já que essa faz parte da periferia sul-europeia.

Igualmente, cabe frisar que a imediatez dos fatos dificulta a sua descrição e exame, como quando estamos perto demais de um objeto para poder enxergá-lo com clareza. Além disso, os ritmos históricos hoje são mais velozes e mutáveis que em décadas ou séculos passados. Por essas razões julgamos as nossas análises com prudência, limitando-as a abalizar tendências que só os anos vindouros confirmarão como temporárias ou irreversíveis.

8.2 Perfil glotopolítico do mundo *hispanohablante* e o ensino da língua espanhola

No capítulo precedente, estudamos a variação geográfica e social da língua espanhola na atualidade dentro do marco da RAE e da Asale, que produzem a normativa linguística pan-hispânica, implementada pelos governos e as instituições educativas dos diferentes países. Dedicaremos este último capítulo a apresentar a diversidade dentro das comunidades *hispanohablantes*, mencionando também aquelas comunidades que ocupam uma posição periférica dentro do sistema, alocadas fora do aparelho normativo. Além disso, traçamos algumas tendências que podem (re)configurar o perfil glotopolítico do espanhol neste século XXI, prestando especial atenção ao ensino de espanhol como língua não materna.

O linguista indiano Braj Kachru (2006) classificou a comunidade linguística anglófona – denominada *Anglosphere* – em uma série de círculos concêntricos: o primeiro formado pelos países onde o inglês é a língua materna da maioria da população (*inner circle*); o segundo, pelos países onde o inglês é língua de administração e escolarização (*outer circle*) e o terceiro, pelos falantes de países onde o inglês é ensinado como língua estrangeira (*expanding circle*).

Com as necessárias adaptações, essa classificação serve como inspiração para caracterizar a comunidade *hispanohablante*. Assim, o primeiro círculo é formado pelos, aproximadamente, **426 milhões** de pessoas que têm o espanhol como **língua materna** e vivem em um dos 21 países onde o **espanhol é língua oficial e hegemônica**. As pessoas desse primeiro perfil cresceram em espanhol, foram educadas nessa língua e desenvolvem a sua vida cotidiana usando diariamente o castelhano. Ademais, uma percentagem importante desses

falantes é monolíngue. Esse contingente de falantes coloca o espanhol como segunda língua materna do mundo, superado apenas pelos 897 milhões que têm como língua materna o chinês mandarim.

A esse, pode-se acrescentar um segundo círculo formado pelos aproximadamente **27 milhões** de pessoas que são cidadãos desses mesmos países, mas que têm **outro idioma como língua materna** e que aprenderam castelhano durante a infância. Este seria o caso dos falantes bilíngues de quéchua, aimará, guarani ou alguma das outras trinta e três línguas nativas do Estado Plurinacional da Bolívia; dos falantes bilíngues de guarani no Paraguai, dos usuários de náuatle e de maia no México e na Guatemala e também das demais línguas indígenas no conjunto dos países hispano-americanos. Já na Espanha, o catalão conta com aproximadamente 11 milhões de falantes, é língua co-oficial das comunidades autônomas de Catalunha, País Valencià e Ilhas Baleares; o galego, com três milhões de falantes, é co-oficial na comunidade autônoma da Galícia e o euskara, com 800.000 falantes, é co-oficial nas comunidades do País Basco e da Navarra.

Todas as comunidades bilíngues apresentam uma situação de **diglossia** entre o espanhol, língua historicamente imposta, e as línguas autóctones, próprias desses espaços. Nas últimas décadas, os falantes de algumas dessas línguas alcançaram certos direitos decorrentes de sua oficialização e o seu uso na educação, na legislação e na mídia. Entretanto, a implementação de políticas educativas emanadas das capitais nacionais e a chegada de canais de rádio e televisão, nacionais ou regionais, fez penetrar o conhecimento da língua espanhola no seio dessas comunidades. Em todo caso, o **bilinguismo social** cria interferências nos diversos níveis gramaticais dos dois idiomas, o hegemônico e o minorizado. Alguns autores dessas comunidades bilíngues recriaram essa relação dialógica em suas obras literárias. Pode-se citar o peruano Gamaliel Churata, autor de *El pez de oro*, em que aparece uma constante tensão linguística entre o quéchua e o castelhano; no âmbito peninsular, as peças de teatro de Valle-Inclán *Comedias Bárbaras* e *Divinas Palabras* estão ambientadas em uma Galiza mítica e rural e ainda que o autor faz as personagens um castelhano impregnado de galego.

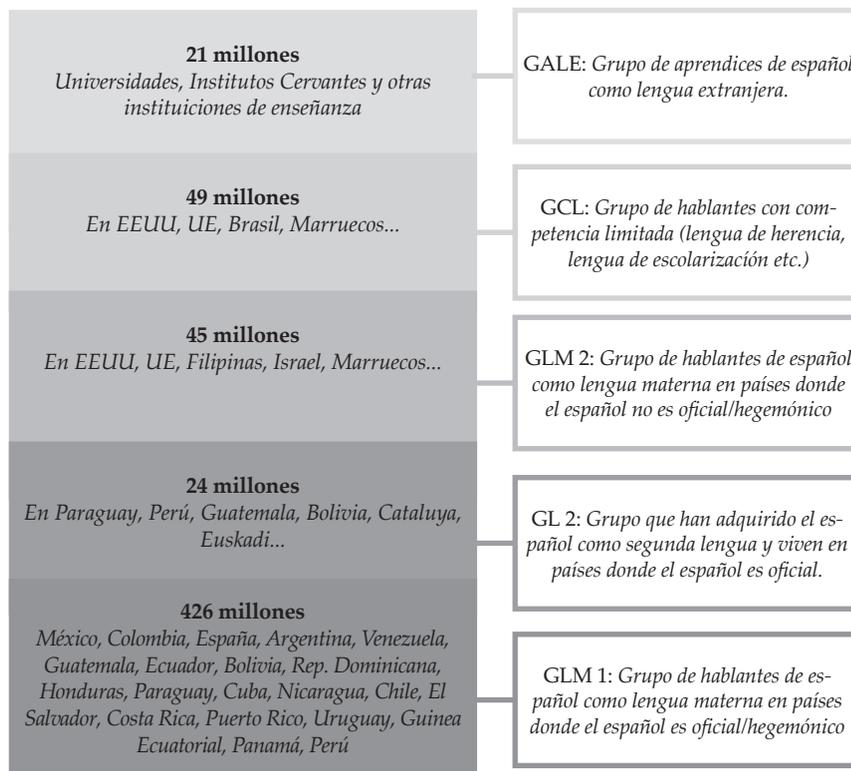
Voltando para a nossa exposição, descrevemos o **terceiro círculo** formado por **45 milhões de pessoas** que, tendo o espanhol como língua materna, cresceram e/ou vivem em países onde essa não é hegemônica. Nesse círculo, englobam-se as **diásporas** hispanas e os cidadãos *hispanohablantes* dos EUA, Belize, Filipinas, Marrocos, Israel e da União Europeia. A maior parte deles é bilíngue em espanhol e na língua hegemônica do país de residência e assim também acontecem interferências linguísticas derivadas dessa convivência. A literatura e a música chicana, realizada pela comunidade descendente de mexicanos nos EUA, também mostram essa situação de bilinguismo. As gerações mais jovens dessas diásporas podem ter o espanhol como **língua de herança**; isto é, como língua transmitida no entorno familiar por pais e avós mas que, por falta de aprendizagem formal, os seus usuários não possuem um domínio do idioma em todos os âmbitos. Em vários desses espaços, a posição

da língua espanhola viu-se reforçada pela sua oficialização e implementação no sistema educativo durante as últimas décadas.

Os mais de 49 milhões de pessoas que **adquiriram o espanhol** na idade adulta, às vezes com alto grau de proficiência, configuram um quarto círculo. Ele engloba os **estudantes** de espanhol como **língua estrangeira**, mas, também, os **imigrantes** instalados em países hispânicos. Por último, existem na atualidade cerca de 21 milhões de estudantes de espanhol, falantes da língua com diferentes graus de proficiência.

Em síntese, a figura 2 permite visualizar os círculos que configuram a esfera *hispanohablante*.

Figura 2 – A hispano-esfera no início do século XX.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Por razões demográficas, as estimativas predizem que nas próximas décadas deverá ocorrer um aumento do percentual da população mundial que tem espanhol como língua materna. Esse fato garante, a princípio, que essa língua românica continue sendo um veículo importante de comunicação e cultura. Todavia, as políticas linguísticas coordenadas entre

países *hispanohablantes* e outros países não *hispanohablantes* ajudarão a assegurar um desenvolvimento harmonioso da língua e a democratização do acesso aos diversos bens culturais de seus usuários.

Além dos 21 países onde é língua oficial e as outras nações onde ocupa um papel significativo na vida pública e no ensino, o espanhol também possui o status de idioma oficial de várias **organizações internacionais**. É uma das seis línguas oficiais e de trabalho da ONU; oficial na UE (União Europeia), UA (União Africana), Unasur (União de Nações Sul-Americanas), Mercosul (Mercado Comum do Sul), OEA (Organização de Estados Americanos), Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), ALBA (Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América), TLCAN (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), CAN (Comunidad Andina), SICA (Sistema de la Integración Centroamericana) e Caricom (Comunidad del Caribe). A presença da língua nessas entidades gera um enorme volume de documentos produzidos ou traduzidos para o castelhano que, dessa forma, serve como meio de documentação e difusão dos informes e informações emanados das citadas organizações.

A forte demografia, a diversidade cultural hispana, os interesses econômicos e a presença oficial em diversas instâncias são razões que justificam o interesse pela aprendizagem desta língua. Desde a década de 80 do século XX veio aumentando a procura pelo espanhol, acompanhada do desenvolvimento de formações específicas, para ensiná-lo não como língua materna mas como língua adquirida. De acordo com os dados que apresentamos, estima-se que, atualmente, cerca de **21 milhões de pessoas estudam castelhano** no mundo; seja no ensino básico e médio, seja na universidade ou, ainda, em academias de idiomas privadas. Os EUA com 7.820.000 estudantes, encabeçam a lista seguidos pelo Brasil, com 6.120.000, e a França, 2.589.000. No caso brasileiro, como é sabido, a Lei Federal n. 11.161 de 05 de agosto de 2005, tornou obrigatória a oferta da língua espanhola nas escolas públicas e privadas de ensino médio em todo o território nacional. Entretanto, a sua implementação foi desigual e a aprovação da Lei 13.415 em 2017, que exonera a obrigatoriedade, coloca em risco a continuidade do ensino desse idioma no Brasil.

Em 1991, a Espanha criou o **Instituto Cervantes** com o objetivo de promover o idioma espanhol, as culturas hispânicas e as outras três línguas co-oficiais da Espanha no exterior. Hoje, existem 58 centros do **Instituto Cervantes** em todos os continentes; esses realizam ações de ensino, formação de professores, aplicação de exames oficiais, realização de atividades culturais e também promovem congressos, seminários e outras atividades de pesquisa. O seguinte mapa apresenta as porcentuais de alunos de espanhol e a rede de centros do Instituto Cervantes:

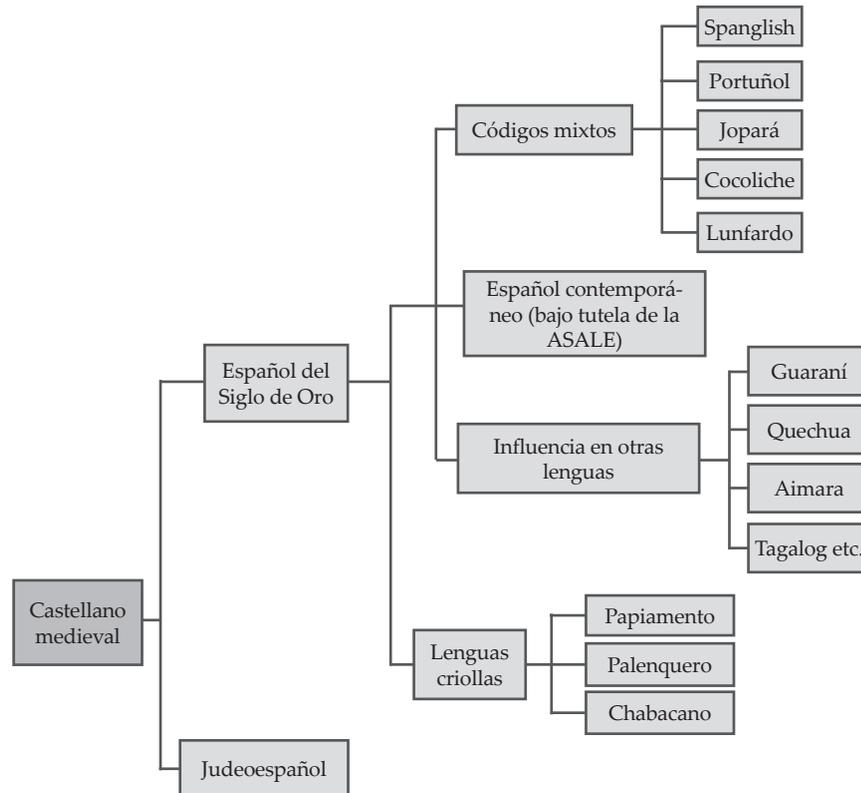
Também nesses anos foram criados vários **exames oficiais** para avaliar o grau de proficiência em língua espanhola. Esse é o caso do **DELE** (*Diploma de Español como Lengua Extranjera*), criado em 1988 pela Universidade de Salamanca e aplicado hoje nos Institutos Cervantes e centros credenciados. O exame segue o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (QCERL) e conta com o reconhecimento do Ministério da Educação e da Ciência da Espanha. Já o **CELU** (*Certificado Español: Lengua y Uso*) é organizado desde 2004 por Consórcio de 19 universidades argentinas e conta com o reconhecimento do Ministério da Educação da República Argentina. Em 2016 foi lançado um novo exame internacional, o **Siele** (*Servicio Internacional de Evaluación de la Lengua Española*) promovido pela Universidade de Salamanca, a Universidade de Buenos Aires e a Universidade Autônoma do México, em cooperação com o Instituto Cervantes, e mais de 60 instituições associadas em 20 países.

Para concluir a presente seção do capítulo, devemos referir brevemente outras línguas que se enquadram na esfera do mundo hispânico, mesmo sem entrar na normativa da RAE-Asale. Em primeiro lugar, cabe mencionar o **judeu-espanhol**, falado por aproximadamente 500 mil pessoas em Israel e em outros países do Mediterrâneo; ele é continuador da língua castelhana que os judeus sefarditas levaram após a sua expulsão da Península Ibérica em 1492. Também aparecem aqui as **línguas crioulas** de base espanhola; como o **papiamento**, idioma oficial das ilhas de Aruba, Bonaire e Curaçao desde 2007 e língua materna dos seus 300 mil habitantes, o **palenquero**, falado na cidade colombiana de San Basilio de Palenque por 3.500 pessoas, e o **chabacano**, falado por mais de 2 milhões de pessoas na cidade filipina de Zamboanga e nas regiões próximas onde também é usado na mídia e pelo governo local.

A integração de elementos gramaticais e lexicais de origem castelhana em outros sistemas linguísticos produz **códigos híbridos** e **línguas mistas**. Esse é o caso do **chamorro**, língua falada por cem mil pessoas na ilha de Guam, no oceano Pacífico. Também o **tagalog**, língua oficial das Filipinas, que possui aproximadamente 5.000 palavras-raízes de origem espanhola, como a saudação *kumusta?*, derivada da frase: *¿cómo está?* Dentro da América Latina, há vários exemplos de línguas mistas, resultado do contato do espanhol com línguas nativas, como a **media lengua** do Equador que utiliza 89% dos lexemas de origem espanhola em uma estrutura gramática procedente do quíchua, e o **jopará**, ou guarani falado nas cidades paraguaias com inúmeros empréstimos do castelhana. O **spanglish**, resultado do contato entre o espanhol e o inglês nos EUA, o **cocoliche**, falado pelos imigrantes italianos do Rio da Prata no início do século XX, e as inumeráveis variações de **portuñol** poderiam ser classificadas também nestes códigos híbridos e instáveis que reconfiguram o panorama eco-linguístico das respectivas regiões.

A figura que reproduzimos a seguir mostra os membros deste grupo linguístico que, de diferentes modos, orbitaram e orbitam em torno da língua espanhola, reconstruindo assim um percurso histórico sobre as inúmeras cisões geográficas, cronológicas e linguísticas.

Figura 4 – Progressão histórica do diassistema castelhano.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Apresentamos esse olhar em direção ao porvir da língua espanhola para encerrarmos o percurso que fomos esboçando ao longo dos capítulos precedentes. A sorte da língua está atrelada ao destino das comunidades que a falam, uma dobradiça que une a história interna, as mudanças que vão reconfigurando os vários níveis da gramática, e a história externa, vinculada aos fatos políticos, sociais e culturais das comunidades de falantes.

8.3 O espanhol como meio de comunicação e expressão

Uma língua que atingiu um número de falantes tão elevado e que é usada em contextos sociais, culturais e geográficos tão variados constitui, certamente, uma poderosa **ferramenta de comunicação**. Nesta última parte do capítulo, discutiremos o papel da língua como veículo de diferentes produções artísticas, culturais e literárias e os interesses econômicos que operam sobre a língua dentro do atual sistema.

Em 2010, a RAE-Asale publicou a versão atualizada da *Ortografía de la lengua española*, em que foram modificadas algumas de suas características, principalmente de acentuação, usos de maiúsculas e minúsculas, adaptação de palavras estrangeiras e o nome de algumas letras. O objetivo geral não era só deixar a ortografia mais sistemática, mas obter o referendo

de todas as academias dos países hispânicos. Como vimos nos capítulos precedentes, a norma padrão de uma língua sustenta-se, principalmente, sobre três pilares: a gramática normativa, o dicionário e as normas ortográficas.

Hoje em dia existem diferenças lexicais entre os diferentes dialetos do espanhol; por exemplo, para o conceito de “ônibus”, veículo de grande tamanho destinado ao transporte coletivo, no México usa-se *camión*; nas Canárias, na Guiné Equatorial e no Caribe *guagua*; na Argentina *colectivo* e na Península Ibérica *autobús*. Também há divergências no sistema fonético-fonológico: a variedade peninsular possui o fonema /θ/, a rioplatense tem o fonema /ʒ/, o caribenho detém vogais nasais e, em algumas variedades de andaluz, há uma diferença fonológica entre /ɔ/, /ɛ/ aberto e /o/, /e/ fechado. Na parte da morfossintaxe também observamos a variação que apresenta o paradigma da segunda pessoa, os usos de vários tempos verbais e os valores e formas dos diminutivos. Em uma comunidade tão extensa como a *hispanohablante* encontramos ainda diferenças pragmáticas e discursivas notáveis. O que compartilham então esses mais de 560 milhões de usuários da língua espanhola? O conhecimento e o uso de uma **ortografia comum**.

A **ortografia** pode ser entendida como uma convenção e, de fato, seria possível escrever em espanhol usando outros sistemas de escrita, como demonstra o caso medieval da aljâmia que usava o alfabeto árabe. Assim, a ortografia é um produto técnico, resultado da normatização e da padronização. Ela responde não apenas às necessidades de estabelecer uma forma considerada correta e estável de escrita, mas possibilita a circulação de produtos culturais tais como livros, jornais, revistas e outras publicações escritas. Consequentemente, a existência de uma ortografia comum a todos os *hispanohablantes* resulta enormemente interessante para os grandes grupos editoriais, as multinacionais das telecomunicações e os empórios multimídia, cujos produtos podem chegar a esses mais de 500 milhões de possíveis consumidores. Essa visão da **língua** enquanto **mercado transnacional** e ativo econômico tem despertado o interesse de um conjunto de empresas, como demonstra o projeto de pesquisa *Valor económico del español: una empresa multinacional*, realizado pela Fundación Telefónica em parceria com várias universidades. Em seguida examinaremos os vários atores que empregam o espanhol como insumo fundamental na sua produção.

Em primeiro lugar, as **editoras** em língua espanhola, criadas ao longo do século XX como projetos locais com determinada orientação estética ou ideológica, passaram por processos de fusão e compra de grande porte e hoje fazem parte de grupos editoriais transnacionais, com sede social em mais de um país. Um exemplo disso é a Editora Santillana, integrada no Grupo Prisa, presente em 22 países da América e da Europa, que foi vendida à multinacional Penguin Random House, com sede em Barcelona. Essas empresas movimentam altos volumes de capital e possuem um enorme aparelho publicitário para lançar e promover seus autores. Também convocam **prêmios literários** de diversos gêneros e participam nas principais **feiras do livro** do mundo, como a Feria Internacional del Libro de Guadalajara (no México) e a Feria Internacional del Libro de Buenos Aires (na Argentina). Todavia, há outros projetos editoriais independentes dos grandes consórcios como Siglo XXI Editores o Fondo de Cultura Económica; este último recebe apoio econômico do Estado mexicano e está especializado na publicação de obras das ciências sociais e das humanidades.

Vinculados diretamente com os grupos editoriais, os **conglomerados de mídia** baseiam sua atividade econômica na venda e distribuição de informação, conteúdos culturais e entretenimento. Aqui também encontramos grandes grupos transnacionais que possuem canais de rádio, televisão, jornais impressos e digitais, assim como outras publicações periódicas. Constituem esses grupos transnacionais: Grupo de Diarios América (GDA) La Nación (Argentina), O Globo (Brasil), El Mercurio (Chile), El Tiempo (Colômbia), La Nación (Costa Rica), El Comercio (Equador), El Universal (México), El Comercio (Peru), El Nuevo Día (Puerto Rico), El País (Uruguai), El Nacional (Venezuela) y La Prensa Gráfica (El Salvador). Necessário mencionar também os grupos da mídia norte-americana que jogam um papel importante na produção e difusão de conteúdo em língua espanhola. O canal de notícias CNÑ (versão espanhola da CNN), com sede em Atlanta e Miami, transmite para a comunidade *hispanohablante* dos EUA e para toda América Latina; contando com sucursais nas grandes capitais latino-americanas. Ademais, Univision é uma emissora de televisão norte-americana que transmite integralmente em espanhol e hoje é líder de audiência entre a comunidade hispânica. Vários desses conglomerados possuem **gravadoras** especializadas em música latina; outro meio de difusão do espanhol.

Cabe salientar o poder que esses grupos detêm para direcionar a opinião, o pensamento e as tendências culturais, musicais e literárias do enorme público que atingem com sua programação 24 horas. Frente a esses canais que emitem desde seus estúdios no Norte global, surgiram nos últimos anos, canais de rádio e televisão nos chamados países do Sul com uma agenda informativa alternativa. Esse é o caso da sociedade pública TeleSUR, com sede em Caracas, e também de HispanTV, com sede em Madri; esta última é propriedade da República Islâmica do Irã, emite integralmente em castelhano e se dirige a um público espanhol e latino-americano.

Cientes da abrangência da língua espanhola, as principais agências de notícias internacionais – como Reuters ou FrancePresse – produzem ou traduzem seus conteúdos para esse idioma.

Em síntese, a mídia serve-se da língua como meio e exerce sobre ela uma forte pressão pela sua capacidade de difusão no seio da comunidade de falantes, conformando, ou reconformando, modelos de prestígio que não emanam apenas das academias nem das instituições educativas, mas sim dos usos de apresentadores, jornalistas, revisores de textos e chefes de redação.

Todavia, os interesses comerciais dos grandes grupos de comunicação não conseguem monopolizar a expressão de escritores/as, cantores/as, diretores/as de cinema, atores e atrizes e todas aquelas pessoas que trabalham com a língua como meio de criação artística; com independência da posição central ou periféricas que ocupam nos sistemas culturais.

Os **satélites de comunicação**, lançados em órbitas geoestacionárias, resultam fundamentais nas telecomunicações e, portanto, constituem uma peça vital na transmissão de rádio, televisão, internet e telefonia. Vários países hispânicos possuem satélites desse tipo como Hispasat da Espanha, ARSAT da Argentina e Satmex do México. Ademais, a Venezuela lançou o satélite VENESAT-1 Simón Bolívar em outubro de 2008 e a Bolívia o satélite TKSAT-1 Túpac Katari em 20 de dezembro de 2013; os dois países sul-americanos contaram com a parceria da China.

A utilização de celulares, internet e redes sociais contribuiu para o aumento exponencial dos usos escritos do idioma, desenvolvendo-se uma **linguagem da internet** caracterizada pelas abreviações de palavras (*tb* por *también*, *pq* ou *pk* por *porque* etc.), o emprego de siglas e acrônimos (*pc*, *cd*, *módem*) e vozes procedentes do inglês, chamadas de anglicismos (*hardcore*, *web*, *software*, *link*, *hacker*, *blog*). Essa linguagem que tende a uma ortografia e morfossintaxe simplificada foi avaliada com receio desde as academias e, inclusive, julgada de forma negativa.

Todavia, a exposição das funções do idioma resultaria incompleta se não considerarmos o papel das universidades e centros de pesquisa que trabalham em espanhol e produzem conhecimento nesta língua. Esse trabalho é representado pelo registro de patentes e as descobertas científicas, mas também pelas contribuições que os pesquisadores e pesquisadoras fazem no campo das ciências sociais e das humanidades.

Assim, no início do século XXI as sociedades *hispanohablantes* têm à sua frente importantes questões, como superar definitivamente o analfabetismo, democratizar a educação e garantir para o castelhano o *status* de língua de ciência. Também precisam promover as línguas minorizadas (como o aimara, o catalão, o euskara, o galego, o guarani, o maia, o náuatle, o quéchua e tantas outras) que historicamente foram marginalizadas pela hegemonia do castelhano e, ao mesmo tempo, promover o ensino do espanhol nas diásporas hispânicas e procurar países e regiões parceiras que se interessem pelo conhecimento dessa língua e pela sua introdução na vida pública das mais diversas formas. Garantindo ainda as condições materiais e culturais das sociedades *hispanohablantes* e fazendo que os mais de 560 milhões de usuários não sejam um mero número, mas sim os protagonistas da uma língua plural.

+ Ampliando seus conhecimentos

El español coloquial es diferente

(MORENO CABRERA, 2010, p. 113-116)

En la actualidad, la inmensa mayoría de la actividad de enseñanza de segundas lenguas en general y del español en particular se lleva a cabo dentro de un contexto alfabetizado. Es decir, dentro de una situación en la que los alumnos saben leer y escribir. [...]

Un error frecuente entre los que están alfabetizados es pensar que la lengua hablada espontánea o coloquial no es más que una versión automatizada, degradada o desviada de la lengua escrita. Según esta concepción, las prisas, la economía, la indolencia, la ignorancia o el descuido hacen que la lengua escrita no se materialice de modo perfecto en el habla. Incluso algunos investigadores, que describen la lengua hablada coloquial espontánea, echan mano de supuestos principios de economía, falta de

planificación, improvisación, incorrección, abreviación, entre otros, para explicar por qué la lengua hablada informal se desvía supuestamente de la lengua estándar escrita.

Lo que podemos afirmar de forma categórica es que la lengua coloquial espontánea no es una realización más o menos aproximada de la lengua escrita normativa. Invariablemente, los hablantes nativos de un idioma aprenden a entender y a hablar su lengua antes, mucho antes, de aprender y dominar la lengua estándar escrita. Cuando el niño está todavía en la compleja y costosa actividad del aprendizaje de la lectura y de la escritura, ya comprende perfectamente la lengua coloquial espontánea y la habla sin ningún problema.

Ahora bien, la alfabetización trae consigo precisamente, junto con una serie de consecuencias muy positivas, otras muy negativas. Una de ellas es la idea de que la lengua coloquial es una variedad más o menos aproximada de la lengua escrita. Ya hemos estudiado en el capítulo segundo cómo la escritura de la lengua nativa, que se ha automatizado a través de un costoso aprendizaje, puede influir de forma distorsionadora en el aprendizaje del español, dado que las convenciones ortográficas de esta lengua no son exactamente las mismas que las vigentes en la lengua de partida.

Cuando una segunda lengua se aprende desde la escritura, el resultado, en el mejor de los casos, es una forma de hablar artificiosa y chocante para el hablante nativo, dado que el habla coloquial no se atiene a las convenciones de la lengua escrita y por tanto no se puede llegar fácilmente desde la lengua escrita a la lengua coloquial informal.

El papel del profesor en este ámbito es claramente decisivo, pero en la práctica lo es menos de lo que debería. La razón es que el profesor tiene que luchar contra el prejuicio, dominante entre los hablantes nativos y a veces también entre los no nativos de una lengua, de que la lengua coloquial espontánea es una lengua en buena medida indigna, incorrecta, zafia, imperfecta, contaminada, empobrecida, fragmentaria, incoherente, incompleta, imprecisa, elíptica, abreviada, ininteligible, descuidada; mientras que la lengua escrita normativa es digna, correcta, perfecta, pura, rica, completa, coherente, precisa, inteligible y cuidada. ¿Cómo va el profesor Enseñar a sus alumnos lo primero desatendiendo incluso olvidando lo segundo? Parece que la responsabilidad del profesor es llevar a sus alumnos por este buen camino que los hablantes nativos no son capaces de transitar en su habla espontánea debido a las supuestas premura, incuria

e ignorancia. Este tipo de consideraciones, que tienen que ver con la función y el papel del profesor en muchas sociedades actuales consideradas como desarrolladas tecnológica y culturalmente, puede hacer que inhiba las enseñanzas derivadas de su conocimiento de la lengua real, en favor de las correspondientes a la lengua artificial escrita, la considerada correcta por él y por otros; o, simplemente, las sitúe en un segundo o tercer plano o las ponga para las etapas avanzadas de aprendizaje.

Existe además otro condicionante ideológico al que están sometidos los profesores de español. Se reconocen unos modelos estándares de lengua, que son modelos escritos normativos, sobre los que se definen conceptos político-ideológicos de carácter nacionalista tales como el de la unidad de la lengua, uno de los tópicos indiscutibles en las ideologías del nacionalismo lingüístico imperialista (Moreno Cabrera 2008: 126-143). Ante ello, al profesor que insista en la enseñanza del español hablado por la mayoría de una población en alguna o algunas de sus numerosas variedades, o que les dé preeminencia sobre el modelo estándar normativo, puede ser acusado no sólo de estar enseñando una forma incorrecta o degradada de la lengua española, sino de estar atentando contra la unidad del idioma.

Atividades

Com base na leitura do oitavo capítulo do livro, responda às perguntas abaixo utilizando entre dez e quinze linhas.

1. Classifique os diferentes perfis de falantes de espanhol de acordo com a proposta do autor, feita com base na metodologia do linguista indiano Braj Kachru (2006).
2. Disserte sobre o ensino de espanhol como língua não materna no mundo considerando políticas linguísticas, instituições envolvidas e exames de proficiência.
3. Explique brevemente o papel assumido pela ortografia na articulação das comunidades *hispanohablantes*.

Referências

ASALE-RAE. Ortografía de la lengua española. Madrid: Espasa-Calpe, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidad líquida**. Tradução de Mirta Rosenberg e Jaime Arrambide Squirru. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

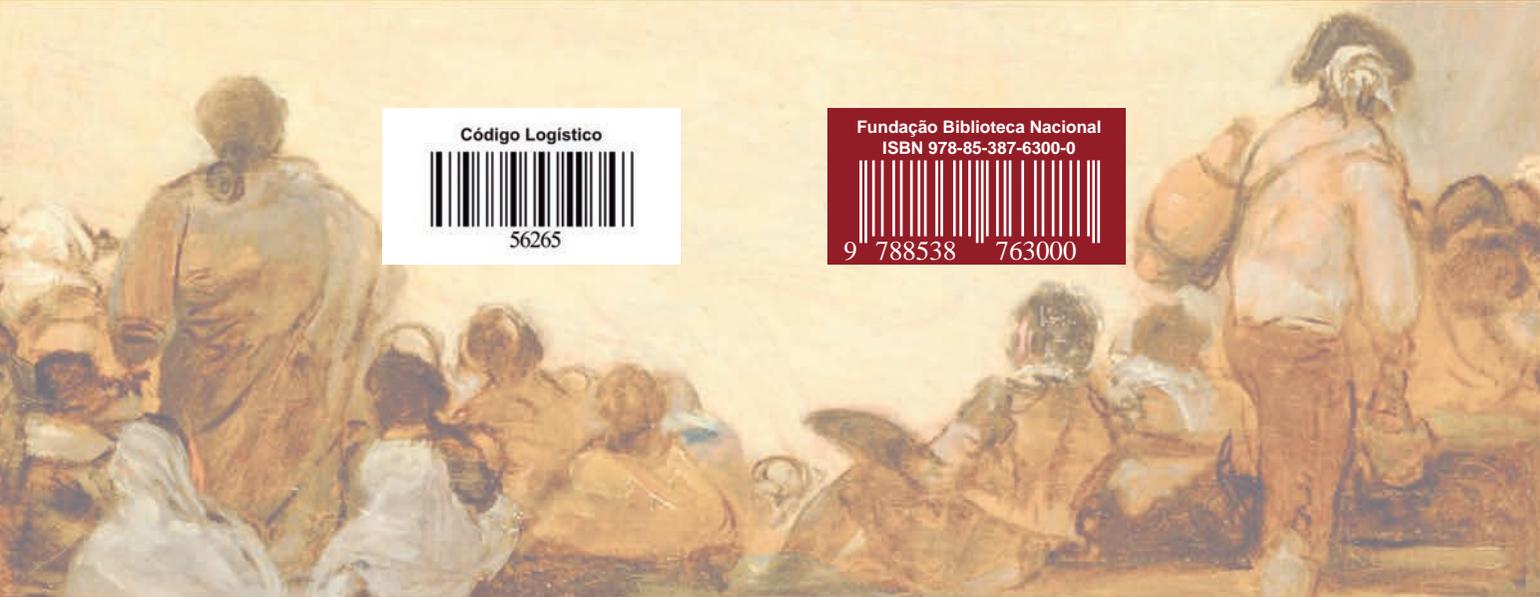
BLAS ARROYO, José Luis. El español actual en las comunidades del ámbito lingüístico catalán. In: CANO, Rafael. (coord.) **Historia de La lengua española**. Barcelona: Ariel, 2013. p. 1065-1086.

- CORPUSCUENTA. Disponível em: <<https://corpuscuenta.wordpress.com/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- INSTITUTO CERVANTES. **El español una lengua viva**. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/lengua/espanol_lengua_viva/pdf/espanol_lengua_viva_2016.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- INSTITUTO CERVANTES. **Los medios de comunicación**. Disponível em: <http://cvc.cervantes.es/lengua/anuario/anuario_08/pdf/medios01.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.
- KACHRU, Braj. **World Englishes: critical concepts in linguistics**, Vol. 4, London/New York: Routledge, 2006.
- LIPSKI, John. **El español de América: los contactos bilingües**. In: CANO 1117-1138.
- MORENO CABRERA, Juan Carlos. **Spanish is different**. Introducción al español como lengua extranjera. Madrid: Castalia, 2010.
- SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) 2009: **Epistemologias do sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- TRIBAULT, André; TORRES TORRES, Antonio. Otros casos de mixtura (romance/no romance). In: GARGALLO GIL, Henrique; REINA BASTARDAS, Maria. (coord.) **Manual de lingüística románica**. Barcelona: Ariel, 2007. p. 453-476.

Resolução

1. Podemos classificar os aproximadamente 567 milhões de falantes de espanhol em uma série de cinco círculos concêntricos. O primeiro é formado pelos 426 milhões de pessoas que têm o castelhano como língua materna e vivem em um dos 21 países onde é a língua oficial e hegemônica. O segundo reúne 27 milhões de cidadãos desses mesmos países que não têm o espanhol como língua materna, mas o aprenderam na infância como uma segunda língua, alcançando um grau de proficiência semelhante ao de seus concidadãos do primeiro grupo. Em terceiro lugar, 45 milhões de pessoas têm o espanhol como língua materna, mas nasceram e/ou vivem em países onde ele não é a língua dominante, embora possa ser co-oficial. Por fim, as pessoas que aprenderam esse idioma como idioma não materno (quer como língua de herança, quer como língua estrangeira) formam o quarto círculo, com 49 milhões de usuários. O círculo mais externo representa os 21 milhões de estudantes de espanhol.
2. Estima-se que, atualmente, cerca de 21 milhões de pessoas estudam castelhano no mundo; seja na ensino básico e médio, seja na universidade ou ainda em academias de idiomas privadas. Os EUA, com 7.820.000 estudantes, encabeçam a lista seguidos pelo Brasil, com 6.120.000, e a França, com 2.589.000. Em 1991, a Espanha criou o Instituto Cervantes com o objetivo de promover o idioma espanhol em todos os continentes, realizando ações de ensino, formação de professores, realização de atividades culturais e congressos. Também nas últimas décadas foram criados exames de proficiência e certificados oficiais por vários países hispânicos como o DELE, o CELU e o Siele.

3. Em uma comunidade tão extensa como a *hispanohablante*, encontramos ainda diferenças fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, pragmáticas e discursivas notáveis; porém os mais de 560 milhões de usuários da língua espanhola compartilham o uso de uma ortografia comum, definida pela normativa da RAE-Asale. A ortografia é uma convenção, um produto técnico padronizado; e, de fato, nada impediria que o espanhol fosse escrito com outras normas ou outros alfabetos. A ortografia estabelece uma forma considerada correta e estável de escrita, possibilitando, desse modo, a circulação de produtos culturais em suporte escrito. Consequentemente, a existência de uma ortografia comum resulta de grande interesse para os grupos editoriais, as multinacionais das telecomunicações e os empórios multimídia.



Código Logístico



56265

Fundação Biblioteca Nacional
ISBN 978-85-387-6300-0



9 788538 763000